

MAYARA DA SILVA SARAIVA

SERVIÇO SOCIAL
E A LUTA 
CONTRA
A TRANSFOBIA

COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL


Edições
UERN

MAYARA DA SILVA SARAIVA

**SERVIÇO SOCIAL
E A LUTA** 
**CONTRA
A TRANSFOBIA**

COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

UERN Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Reitora

Cicília Raquel Maia Leite

Vice-Reitor

Francisco Dantas de Medeiros Neto

Diretor da Editora Universitária da Uern – Eduern

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Chefe do Setor Executivo da Editora Universitária - Eduern

Jacimária Fonseca de Medeiros



Conselho Editorial das Edições UERN

Edmar Peixoto de Lima

Filipe da Silva Peixoto

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima

Jacimária Fonseca de Medeiros

José Elesbão de Almeida

Maria José Costa Fernandes

Maura Vanessa Silva Sobreira

Kalidia Felipe de Lima Costa

Regina Célia Pereira Marques

Rosa Maria Rodrigues Lopes

Saulo Gomes Batista

Revisão:

Sarah Kimberlly de Oliveira Cananea

Capa e diagramação:

Alice Kelly Silva Oliveira

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

Saraiva, Mayara da Silva.

Serviço Social e a Luta contra a Transfobia como Expressão da Questão Social [recurso eletrônico]. / Mayara da Silva Saraiva – Mossoró, RN: Edições UERN, 2025.

106 p.

ISBN: 978-85-7621-532-5 (E-book).

1. Gênero e Sexualidades. 2. Transfobia. 3. Serviço Social. I. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. II. Título.

UERN/BC

CDD 305.9

A todas as pessoas trans que, apesar dos desafios impostos pelo “cis-tema”, seguem resistindo e reexistindo a cada novo amanhecer.

Está para nascer a sociedade que não possua preconceito de gênero. Nossa luta, jovens, deverá construir logo esse tipo de sociedade. Mãos à obra.” (Heleieth Saffioti)

“É revolucionário uma pessoa trans escolher ser vista e visível num mundo que diz que não devemos existir.” (Laverne Cox)

AGRADECIMENTOS

A Deus, inteligência suprema e força universal que rege todas as coisas. Sem ela/e/u, nada disso seria possível.

À minha mãe, dona Leonor (*in memoriam*). Seu amor incondicional, sua felicidade e sua coragem para enfrentar os desafios cotidianos me fortalecem e me inspiram todos os dias em minha construção como mulher e como ser humano. Mãe, todas as minhas conquistas serão por ti e para ti. Te amarei por toda a eternidade.

Ao meu esposo, José Rodrigues (Juninho), por seu apoio, companheirismo e cumplicidade. Obrigada por segurar a minha mão nos momentos mais difíceis e por aceitar construir, junto comigo, uma relação leve e cheia de amor. Te amo!

Aos familiares que sempre acreditaram em mim e me incentivaram a ir em busca dos meus sonhos: Marlon Saraiva (irmão), Larissa Saraiva (sobrinha). Amo vocês!

Às/aos amigos/as que se tornaram família e que estiveram/estão comigo nos momentos bons e ruins. Amo vocês!

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da UERN, que foi um divisor de águas em minha vida.

A todas/os/es que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esse sonho se tornasse realidade. Muito obrigada!

SUMÁRIO



1. Notas Introdutórias	8
2. Caminhos Metodológicos da Pesquisa	14
3. Cisheteropatriarcado como Sistema de Opressão e Exploração do “Feminino” no Capitalismo	19
3.1 <i>Opressão, exploração e apropriação das mulheres: uma análise feminista materialista</i>	20
3.2 <i>Transfeminismo e a concepção de cisgenderidade como categoria de análise</i>	30
4. Estado, Conservadorismo e a Pauta da Diversidade Sexual e de Gênero no Brasil	37
4.1 <i>Sistema Cisheteropatriarcal-Racista-Capitalista e Formação Sócio-Histórica do Brasil</i>	37
4.2 <i>A Transfobia como Expressão da Questão Social</i>	49
5. Serviço Social e a Luta contra a Transfobia	63
5.1 <i>O Projeto Ético-Político do Serviço Social e a Agenda da Diversidade Sexual e de Gênero: desafios e possibilidades</i>	63
5.1.1 O Código de Ética da/o Assistente Social de 1993	67
5.1.2 GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades	69
5.1.3 Campanha “O amor fala todas as línguas”	71
5.1.4 Resoluções do Conjunto CFESS-CRESS	75
5.1.5 Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans	77
5.1.6 CFESS Manifesta	83
5.1.7 Série “Assistente Social no Combate ao Preconceito”	90
5.1.8 Projeto “Ética em Movimento”	93
6. Considerações Finais	96
Referências	100

1. Notas Introdutórias

Em tempos de avanço do neoliberalismo e de correntes de pensamento ultraconservadoras, a transfobia¹ tem se apresentado, cada vez mais, como expressão das relações patriarcais de gênero, atravessadas por questões étnico-raciais e de classe. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas *trans*² no mundo, com pelo menos 151 assassinatos de ordem transfóbica em 2022.³

Para além da violência direta, a transfobia se expressa no campo da reprodução social, por meio de discursos de ódio e de cerceamento da liberdade que incidem nas mais diversas esferas da vida dos sujeitos e dos grupos sociais, desde a família às relações comunitárias. Ao subverterem a norma binária de gênero, pessoas *trans* passam a ocupar lugares de subalternização e de vulnerabilidade social, em decorrência dos processos de marginalização dos seus corpos.

Para compreender a transfobia como processo de deslegitimação das identidades de gênero que fogem à ordem cisheterosnormativa e binária de gênero, faz-se necessário concebê-la como expressão sócio-histórica das relações patriarcais de dominação da mulher - e do feminino - na sociedade capitalista. Em outras palavras, em uma perspectiva crítica, entende-se que a análise da transfobia pressupõe a compreensão da própria questão social, no tocante à condição histórica da mulher e dos chamados corpos dissidentes na divisão sexual e racial do trabalho.

A iniciativa da pesquisa surgiu a partir das vivências pessoais da autora, bem como das experiências adquiridas em sua vida acadêmica e luta política. O relato trazido abaixo evidencia, brevemente, como se deu a sua aproximação com a temática e as motivações para a escolha do objeto.

O ano era 1989. Nascia ela, cheia de sonhos e de vontade de viver. Sua mãe era uma mulher negra aguerrida, trabalhadora, que dedicou a vida a cuidar sozinha dos seus dois filhos, pois foi abandonada por seu então companheiro. Talvez pela necessidade de apoio naquele contexto de vulnerabilidade, sua mãe passou a sonhar com a ideia de ter uma filha,

1 A transfobia pode ser entendida como um conjunto variado de violências e violações de direitos que se abatem sobre os corpos trans, em decorrência de suas identidades e/ou expressões de gênero.

2 Utilizou-se a expressão “trans” como termo “guarda-chuva” para designar as pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento, portanto, que fogem à ordem cisheterosnormativa e/ou binária de gênero, como mulheres e homens trans, travestis e pessoas trans não binárias.

3 Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 / Bruna G. Benevides (Org). - Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2023.

alguém que a auxiliasse nas “batalhas” diárias e, sobretudo, que se tornasse um referencial de cuidado e de afeto em sua vida. A esperança veio com a segunda gravidez, dez anos após o nascimento do seu primeiro filho. Tudo era diferente daquela vez, os enjoo, o formato da barriga... para ela, não havia dúvidas, uma menina estava a caminho⁴. Foi o momento de escolher o enxoval, os itens do quarto e até mesmo o nome da criança, Mayara!

Aos seis meses de gestação, ao realizar um exame de ultrassonografia, viria a notícia, informada com alegria pelo médico e recebida com tristeza por sua mãe, “a senhora terá um menino”. Em meio às lágrimas e a um pedido de adoção por parte do profissional que realizava o exame, sua mãe decidiu dar seguimento à gestação e aceitar o seu “filho”. No entanto, aquela seria apenas a primeira lição de uma história de amor e de aceitação que se iniciava naquele momento.

Sua filha nasceu com um corpo socialmente categorizado como masculino, porém, desde criança, identificou-se muito mais com o “universo” dito feminino. Nas brincadeiras, sentia-se mais confortável ao lado das meninas, lugar onde nem sempre a permitiram estar. Não a atraíam as histórias de polícia e ladrão ou os brinquedos de super-herói, preferia as atividades ligadas à arte, à sensibilidade e à comunicação, mesmo sendo uma criança consideravelmente tímida. Como gostava de estudar, sempre a encantaram os cadernos coloridos e as mochilas de princesa, embora nunca tenha ganhado uma. Ainda que de forma precarizada, ela teve acesso ao conhecimento e o utilizou como estratégia de enfrentamento daquelas opressões, uma realidade que, infelizmente, não é comum para a grande maioria da população trans nesse país.

Os anos foram passando e ela descobria que não era como as outras meninas. Ela não podia usar as roupas ou calçar os sapatos que queria, não podia pintar as unhas, ou enfeitar-se com os acessórios que lhe enchiam os olhos. Quanto aos rapazes, para as outras meninas, abraços e beijos no rosto; para ela, apenas frios apertos de mão. O que havia de errado com ela? Nada, além de ter nascido em uma sociedade cisheteropatriarcal.

Ela foi crescendo e entendendo que, em muitos momentos, precisaria esconder o seu verdadeiro “eu” para evitar as dores que viriam. Por ter traços considerados delicados e “femininos”, passou a enfrentar as implicações de ser trans em uma sociedade cissexista ainda na infância. Foram incontáveis as situações de violência: os assédios no banheiro da escola, os insultos e agressões por parte dos colegas - quase sempre meninos -, o afeto negado nas primeiras paixões - que pareciam impossíveis

4 Até os dias atuais, nas cidades interioranas, ainda é bastante comum a crença de que é possível descobrir o sexo do bebê apenas pelas características físicas da gestação.

para ela -, as crises existenciais por nunca ser “vista” como se sentia por dentro, apenas para citar algumas situações. Em casa, felizmente, sempre encontrou acolhimento por parte de sua mãe, com a qual sempre manteve uma relação de amor, respeito e cumplicidade.

Ainda na adolescência, ela assumiu as responsabilidades com o lar e também os cuidados com sua mãe, que enfrentava problemas de saúde em decorrência de uma cardiopatia. Idas e vindas para a realização de consultas e exames, cuidados com a sua alimentação, sua aparência - como ela adorava escovar os seus cabelos e vê-la linda! De alguma forma, aquela relação de amor dava-lhe forças para seguir adiante, mesmo com os seus medos e inseguranças.

No entanto, para viver na contramão de uma sociedade cisheteropatriarcal, era necessário resistir, reexistir e tentar ser feliz a partir das condições objetivas e subjetivas que dispunha naquele momento. Em uma tentativa de se encaixar no “cis-tema”, ela passou a construir a sua imagem como um homem cis gay, uma construção importante no processo de formação da sua consciência militante, mas que ainda se mostrava em desacordo com o seu verdadeiro “eu”.

Aos 23 anos, iniciou um processo de transição sexual sozinha, chegando a fazer uso de hormônios femininos, porém, recuou por falta de orientação e de suporte emocional. À época, a transgeneridade ainda figurava no discurso médico como um transtorno mental.⁵ Consequentemente, as referências às pessoas trans eram sempre construídas a partir de estereótipos e de preconceitos, uma realidade não muito diferente do que observamos nos dias atuais - embora tenhamos vivenciado avanços importantes.

Na luta política, ela participou da diretoria da Associação Russa da Diversidade Humana (ARDH), que realizava ações sociais junto à população LGBTQIA+⁶ e a famílias em situação de desigualdade social na região. A organização também realizou um feito histórico ao promover a primeira “Parada Regional da Diversidade Humana” do município, reunindo milhares de pessoas no centro da cidade. O contato com outras

5 Em maio de 2019, a transexualidade (transexualismo na época) foi retirada da Classificação Internacional de Doenças (CID) pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Apesar dessa importante conquista, pessoas trans continuam sendo patologizadas no acesso a serviços diversos, sobretudo diante da necessidade de realização de procedimentos transexualizadores.

6 Consideramos que há polêmicas no que se refere à escolha da sigla de referência a essa comunidade. Optamos, então, pela utilização da sigla LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, queer, intersexos, assexuais e demais possibilidades de expressão de gênero e sexualidade), dialogando com os debates realizados durante a III Conferência de Políticas Públicas de Direitos Humanos de LGBT, em 2016. A próxima conferência está prevista para ser realizada em 2025. Ver: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/12/nova-conferencia-nacional-dos-direitos-das-pessoas-lgbtqia-e-convocada>

pessoas trans apresentou a ela um novo “universo”, mais humano e colorido. Entretanto, a saída do “armário” ainda demoraria para acontecer, devido a questões familiares e profissionais que, naquele momento, demandariam todas as suas forças.

Em setembro de 2017, mês do seu aniversário, dona Leonor, seu maior exemplo de luta e de superação, partiu para a pátria espiritual. Entretanto, algum tempo antes do seu desencarne, ao conversar com uma de suas amigas ao telefone, sentada em sua cadeira de balanço, como sempre fazia aos finais de tarde, disse algo que sua filha jamais iria esquecer: *“eu não tenho inveja de quem tem filha mulher, pois o meu filho é, pra mim, tudo o que um dia eu pedi a Deus.”* Na verdade, o que sua mãe havia entendido naquele momento é que os papéis de gênero - como construções sociais que são - podem ser subvertidos e/ou ressignificados, independentemente dos corpos com os quais nascemos. À época, a experiência do luto e a vivência de um relacionamento abusivo distanciaram Mayara temporariamente dos seus sonhos e também de si mesma.

Porém, ela não poderia imaginar que, alguns anos depois, viveria uma de suas maiores alegrias, ser aprovada em uma seleção de mestrado acadêmico em uma universidade pública. Mais do que isso, ela não imaginaria que essa aprovação a aproximaria novamente de seus sonhos, sendo um “divisor de águas” na sua vida. A aproximação com a pesquisa, com as/os docentes e com as/os colegas de turma a fizeram vislumbrar possibilidades que, até então, pareciam muito distantes da sua realidade.

Os livros e textos sobre feminismo estudados no mestrado, bem como os debates sobre gênero em sala de aula, despertaram, em seu interior, a vontade incomensurável de deixar vir à tona a mulher que havia dentro de si, uma mulher feminista. Incomodavam-na as referências constantes a ela como sendo “o único homem da turma” - “Eu sou uma de vocês, por que não conseguem me ver?”. Ela se identificava com cada leitura, com cada discussão, pois compreendia que, embora suas vivências em relação ao gênero tivessem particularidades, assemelhavam-se, em muitos aspectos, às vivências das demais mulheres. Em outras palavras, ela entendia que as opressões e violências enfrentadas pela classe das mulheres (cisgêneras) e pela comunidade trans, possuem uma base material comum, o sistema cisheteropatriarcal.

As conversas com professoras queridas - que se tornariam suas amigas mais tarde - a fariam entender que, talvez, ela já tivesse o suporte material/emocional que precisava para dar um passo importante na construção da sua felicidade. Dessa vez, mais madura e com o suporte das pessoas que a amam, ela conseguiu dar um “grito” de libertação e decidiu lutar por tudo o que sempre sonhou. Vieram as primeiras roupas, os primeiros sapatos de salto alto - que ela sempre sonhou em usar -, os primeiros brincos e, acima de tudo, uma sensação indescritível de liberdade.

Ela retificou os documentos e, em homenagem à mãe, adotou o nome que fora escolhido inicialmente para ela. Embora não tenham chegado a se conhecer após a transição da filha, as duas sempre estiveram juntas de alguma forma e haverão de se reencontrar no plano celestial.

Atualmente, ela sonha em se tornar professora universitária e em viver muitos anos para seguir pintando o seu “arco-íris” com as cores que se perderam nos caminhos tortuosos da vida. Ela busca subverter a lógica perversa que fora colocada para corpos como o seu, a mesma que lhes atribui uma expectativa de vida de apenas 35 anos de idade. Ela espera que, um dia, cheguemos a construir uma sociabilidade onde todas/os/es tenham, de fato, o direito de viver conforme aquilo que sonharam para si, por compreender que a transgeneridade (assim como a cisgeneridade) é uma forma de “ser” no mundo, inerente à diversidade humana e que merece ser vivenciada em toda a sua plenitude.

Explicitadas as motivações pessoais para a escolha da temática, a presente pesquisa analisará a relação entre Serviço Social e a luta contra transfobia, aqui compreendida como uma expressão da questão social vinculada ao sistema cisheteropatriarcal-racista-capitalista.

Em um contexto de desmonte das políticas públicas e de regressão dos direitos sociais, compreendemos que a produção acadêmica sobre temáticas como essa representa, antes de tudo, um ato político de resistência frente ao avanço de setores conservadores, ultraliberais e fundamentalistas da sociedade.

Compreendemos, ainda, que a pesquisa, como importante instrumento de apreensão da realidade concreta, possibilita a reflexão coletiva, bem como a denúncia das contradições e dos processos de dominação de grupos que, historicamente, tiveram suas existências criminalizadas, demonizadas e patologizadas pelo Estado por meio da ideologia cisheterossexista.

Com o avanço do conservadorismo e do fundamentalismo religioso na contemporaneidade, a população LGBTQIA+, em especial, a população trans, tem sofrido, constantemente, violências de ordem física, verbal e simbólica, em um cenário que vem ameaçando as conquistas históricas dessa população até os dias atuais.

Mesmo direitos já “consolidados” são, constantemente, alvo de ataques de setores conservadores e fundamentalistas religiosos. O casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, que se tornou realidade em 2011, a partir de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheceu a união homoafetiva como núcleo familiar, equiparando as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre homens e mulheres, voltou a ser assunto em 2023, quando foi aprovado, pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº

5167/09, de autoria do ex-deputado Capitão Assunção (ES). O projeto prevê uma medida que proíbe que relações entre pessoas do mesmo sexo equiparem-se ao casamento ou a entidade familiar, um retrocesso sem precedentes para a luta histórica da comunidade LGBTQIA+.

Diante desse contexto extremamente desafiador, faz-se necessário, cada vez mais, atuar na produção de conhecimentos e na discussão coletiva sobre os processos de naturalização das relações cisheteropatriarcais de gênero, raça e classe que estão no cerne da transfobia como processo sócio-histórico de opressão e exploração.

2. Caminhos Metodológicos da Pesquisa

A presente pesquisa parte do materialismo histórico-dialético como método de apreensão e desvelamento da realidade social, articulada a uma abordagem feminista materialista, transfeminista, antilgbtfóbica, antirracista e anticapitalista. A escolha do método deu-se por seu potencial de análise das contradições sociais em uma perspectiva de totalidade, contradição e movimento, ou seja, a partir de seus múltiplos determinantes (históricos, políticos, econômicos, culturais, etc.), indo para além da aparência dos fenômenos e chegando à sua essência. Afinal, como nos diz Marx (1985, p. 939), “[...] toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas”.

Ainda sobre o método em Marx, Netto (2011, p. 53) nos afirma: “o método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”.

O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações (Netto, 2011, p. 53).

O estudo proposto previu a realização de pesquisas bibliográfica, documental e qualitativa. Segundo Mioto e Lima (2007), a pesquisa bibliográfica, embora comumente confundida com revisão de literatura, consiste em um conjunto ordenado de procedimentos de buscas em relação a um objeto de estudo. Realizada a partir de material já produzido, a exemplo de livros e artigos científicos, esse tipo de pesquisa possibilita ao investigador o contato com um conjunto amplo de fenômenos.

Sobre a pesquisa qualitativa, Minayo (2001) afirma que o seu objeto de estudo deve ser analisado não de forma isolada, mas mediante os seus condicionantes históricos, sociais e culturais. Desse modo, a pesquisa qualitativa apresentou-se como ideal por contemplar o objeto em questão em suas múltiplas determinações.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2002, p. 21-22).

Para a discussão epistemológica e política sobre patriarcado e feminismo em uma perspectiva materialista, fundamentamo-nos em autoras de referência como: Saffioti (2013), Federici (2017), Guillaumin (2014), Tabet (2014), Cisne (2020) e Wittig (2022). Adentrando no debate sobre gênero e sexualidade em uma perspectiva transfeminista, utilizamos textos de autoras como Nascimento (2021), Jesus (2014), Bagagli (2015), Palha (2019) e Koyama (2001).

Já pensadores como Ianni (1984), Fernandes (2020), Santos (2017) e Pereira; Toiotio (2020) foram essenciais para a análise materialista do contexto social, político e econômico em que se desenvolve o capitalismo na particularidade brasileira. Para as reflexões sobre questão social, conservadorismo e Serviço Social, partimos de autores como Netto (2015), Iamamoto (2014), Barroco (2001), Abramides (2019) e Pastorini (2004). Sobre as agendas da diversidade sexual e de gênero no Serviço Social brasileiro, destacamos: Santos (2005), Cisne; Santos (2018), Ferreira (2016) e Marinho (2017).

Referenciamos-nos, ainda, em autores/as que, embora não partem necessariamente de uma abordagem marxista/materialista, são referências na discussão das temáticas que atravessam o nosso objeto, como Butler (2021), Pelúcio (2009), Davis (2016), Almeida (2021), dentre outros.

Já a pesquisa documental foi realizada em dois momentos. No primeiro, analisamos dados relativos à transfobia disponibilizados por entidades referências na elaboração de pesquisas e relatórios sobre a LGBTQIA+fobia no Brasil, como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, o Grupo Gay da Bahia - GGB e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN. Na análise desses dados, questionamos: qual o perfil das vítimas da transfobia no Brasil? Que outras expressões da questão social contribuem para a reprodução da violência transfóbica?

No segundo momento, realizamos a pesquisa documental por meio da análise dos principais marcos históricos e legais que contribuíram para a inserção da temática da transfobia no Serviço Social brasileiro: Código de Ética da/o Assistente Social de 1993; GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades; Campanha “O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual”; diferentes resoluções do Conjunto CFESS-CRESS; Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans; CFESS Manifesta e Projeto “Ética em Movimento”.

Nossa análise partiu dos seguintes questionamentos: em que consistem esses marcos legais? Quais foram/são os seus objetivos principais? De que forma contribuíram para o aprofundamento do debate

ético e dos direitos humanos no Serviço Social brasileiro? O que trazem especificamente sobre a pauta da diversidade sexual e de gênero e, em especial, sobre a luta contra a transfobia na profissão?

Segundo Pádua, (1997, p. 62), a pesquisa documental:

[...] é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...]

Como perspectiva de análise, partimos da noção de imbricação entre as relações patriarcais de gênero, raça e classe como categorias indissociáveis para a análise crítica do objeto. O termo “imbricação” tem sido utilizado por diferentes autoras/es, como Hirata (2014), Cisne e Santos (2018) e Falquet (2020), o que nos remete aos conceitos de consubstancialidade e coextensividade⁷, inaugurados por Danièle Kergoat, no final dos anos 1970.

[...] analisar a dinâmica das relações sociais de classe, raça/etnia, sexo/gênero e sexualidade, de forma coextensiva e consubstanciada, permite-nos apreender criticamente determinações da sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista. Nosso entendimento é de que as relações sociais de sexo (incluindo sexualidade), raça/etnia e classe são estruturantes e, como tais, indispensáveis à análise crítica da sociedade em uma perspectiva de totalidade (Cisne; Santos, 2018, p. 26).

Os conceitos de consubstancialidade e coextensividade diferem-se da perspectiva interseccional, quando a última não necessariamente parte das dimensões de sexo/sexualidade, raça e classe na análise das relações sociais. Concordamos com Saffioti (2015), quando a autora afirma que as contradições engendradas pelos processos de opressão e exploração devem ser tomadas na “condição de fundidas ou enlaçadas em um nó”.

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enveladas ou enlaçadas em um nó. [...] Não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial,

7 Segundo Kergoat (2012, p. 126-127): as relações sociais são consubstanciais: elas formam um nó que não pode ser sequenciado no nível das práticas sociais, apenas em uma perspectiva analítica da sociologia; e elas são coextensivas: implantando as relações sociais de classe, de gênero e de “raça”, se reproduzem e se coproduzem mutuamente.

própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade - novo patriarcado-racismo-capitalismo - historicamente constituída (Saffioti, 2015, p. 133).

Em outras palavras, consideramos que machismo, sexismo e transfobia constituem sistemas perpassados por dimensões étnico-raciais e de classe. Imaginemos os contextos sociais em que vivem duas travestis, a primeira é branca, professora universitária e residente em um bairro nobre de uma grande cidade; a segunda é negra, profissional do sexo e sobrevive nas ruas desde os 16 anos de idade, quando foi expulsa de casa. Teriam essas duas travestis as mesmas possibilidades de enfrentamento da transfobia? Teriam as mesmas condições de acesso a direitos como a retificação do nome civil e a realização do processo transexualizador? Se a resposta para tais questionamentos for não, concordaremos com Saffioti que as contradições sociais precisam ser analisadas a partir das suas dinâmicas e múltiplas determinações. Nesse sentido, para além da identidade de gênero, torna-se relevante considerarmos as dimensões étnico-raciais e da classe na análise da transfobia como processo estrutural de opressão e exploração.

Como objetivos, buscamos: Identificar as particularidades sócio-históricas, os desafios e possibilidades relacionados à incorporação da temática da transfobia como expressão da questão social e objeto de intervenção do Serviço Social no Brasil; identificar os processos de opressão, exploração e apropriação da mulher e dos sujeitos associados ao “feminino” no capitalismo; compreender os aspectos sócio-históricos relacionados à incorporação da temática da transfobia como objeto de intervenção profissional e apreender os principais desafios e possibilidades postos ao projeto ético-político do Serviço Social no tocante ao enfrentamento da transfobia estrutural.

Em relação aos aspectos estruturais, a pesquisa encontra-se dividida em quatro capítulos. O primeiro consiste em uma introdução à pesquisa, momento em que trazemos uma breve contextualização em relação à temática, bem como as motivações da autora para a escolha do objeto. O segundo capítulo refere-se aos caminhos metodológicos da pesquisa, explicitando a sua perspectiva teórica e política, os seus objetivos e as técnicas de pesquisa utilizadas.

Já no terceiro capítulo, trazemos uma discussão sobre o cisheteropatriarcado como sistema de opressão e exploração da mulher e dos sujeitos associados ao sexo feminino. Compreendemos que esse sistema

- assim como ocorre no racismo - é funcional à reprodução do sistema capitalista, por meio da naturalização da divisão sexual do trabalho, do cissexismo e do heterossexismo.

O capítulo seguinte analisa a relação entre Estado, conservadorismo e a pauta da diversidade sexual e de gênero no Brasil. Para a discussão proposta, trazemos um breve resgate histórico sobre a formação sócio-histórica do Brasil, marcada pelo conservadorismo, pelo autoritarismo e pela subserviência aos interesses dos países de capitalismo central. No contexto do desenvolvimento do capitalismo no país, compreendemos que a modernização a partir de bases conservadoras e de instituições patriarcais como a família nuclear monogâmica contribuiu para que a pauta da diversidade sexual e de gênero fosse - e seja até hoje - alvo de injunções e ataques.

Ainda nesse capítulo, trazemos uma discussão crítica sobre a transfobia, compreendida como expressão da questão social, a partir da análise de dados provenientes, sobretudo, da ANTRA, do GGB e do SINAN, organizações reconhecidas nacionalmente pelo trabalho realizado no tocante ao registro e à divulgação de informações sobre a LGBTQIA+ fobia no Brasil. Nesse tópico, buscamos identificar quais são as determinações materiais da transfobia, ou seja, de que forma a violência transfóbica é funcional ao capitalismo e como se articula a outros sistemas de opressão e exploração, como o patriarcado e o racismo, para a reprodução da ordem de dominação burguesa.

Por fim, no quinto capítulo, trazemos um resgate histórico sobre os principais marcos históricos e políticos relacionados à inserção do debate sobre diversidade sexual e de gênero no Serviço Social. Compreendemos que a incorporação da temática à profissão foi perpassada pela ação política de sujeitos que estiveram na vanguarda da luta pelo aprofundamento do debate ético na profissão, dentre assistentes sociais, estudantes e movimentos sociais da área dos direitos humanos.

3. Cisheteropatriarcado como Sistema de Opressão e Exploração do “Feminino” no Capitalismo

O presente capítulo traz uma discussão sobre o cisheteropatriarcado como sistema de opressão e exploração das mulheres e dos sujeitos associados ao sexo feminino no capitalismo. Entendemos que a transfo-
bia constitui uma expressão das relações patriarcais de gênero nesse sistema. Desse modo, sua análise perpassa, inicialmente, pela compreensão dos processos sócio-históricos de inferiorização da mulher, a partir das divisões sexual⁸ e racial⁹ do trabalho.

Todavia, entendemos que pessoas *trans* sofrem violências e violações de direitos específicas em decorrência de suas identidades e/ou expressões de gênero. Nesse sentido, trazemos, ainda, uma discussão sobre a concepção de *cisgeneridade*, categoria de análise importante para a compreensão das particularidades dos processos de opressão e exploração desta população.

Em uma análise epistemológica, entendemos que o termo patriarcado já contempla os processos de inferiorização das pessoas não cisgêneras e não heterossexuais. Entretanto, optamos pela utilização dos prefixos *cis-* e *hétero-* por darem ênfase ao cissexismo e ao heterossexismo como dimensões estruturantes no sistema do capital.

Segundo o *Dicionário Crítico do Feminismo* (2009), a etimologia do termo patriarcado pode ser explicada pela junção das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando). Desse modo, podemos considerar que:

[...] o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. [...] Portanto, o patriarcado é literalmente a autoridade do pai (Hirata *et al*, 2009, p. 173-174).

8 A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.) (Hirata *et al*, 2009, p. 67).

9 A divisão racial do trabalho está relacionada ao racismo estrutural e às consequências históricas do processo de escravização das populações negra e indígena. Diz respeito à exploração desigual do trabalho que tem alocado estas populações - sobretudo as mulheres negras - nas atividades mais precarizadas.

Já o termo cisheteropatriarcado tem sido utilizado por autoras como Nascimento (2021) e Akotirene (2019) para dar visibilidade às dimensões cissexista e heterossexista que também estruturam o patriarcado. Nesse sentido, o cisheteropatriarcado pode ser entendido como um sistema de opressão e exploração que incide negativamente sobre a vida das mulheres, das pessoas não heterossexuais e não cisgêneras.

Embora a origem do patriarcado seja anterior ao surgimento do modo de produção capitalista, sendo observado em diferentes culturas, foi a partir desse que se expandiu pelo mundo, ganhando novas formas. Como nos afirma Federici (2017), a instituição do sistema capitalista inaugurou um conjunto de fenômenos que estão no cerne dos processos de inferiorização social das mulheres, desde a acumulação primitiva até os dias atuais. Dentre estes fenômenos, a autora destaca:

[...] i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores. [...] mesmo quando os homens alcançaram certo grau de liberdade formal, as mulheres sempre foram tratadas como seres socialmente inferiores, exploradas de modo similar às formas de escravidão (Federici, 2017, p. 26-27).

Nesse sentido, compreendemos que o cisheteropatriarcado - assim como ocorre no racismo - foi e continua sendo funcional ao desenvolvimento do sistema capitalista, o que ocorre, dentre outros fatores, a partir da exploração do trabalho “feminino” não remunerado e por meio da naturalização das ideologias da classe dominante - majoritariamente branca, heterossexual e cisgênera.

3.1 Opressão, exploração e apropriação das mulheres: uma análise feminista materialista

O feminismo materialista constitui uma vertente do feminismo que se contrapõe à noção de uma identidade feminina supostamente natural ou biológica. Distanciando-se de concepções que atribuem à mulher um caráter essencialista, as autoras desta corrente teórica e política partem das relações materiais concretas para o entendimento dos processos de dominação das mulheres que se espraiam nas diversas culturas, em diferentes tempos históricos.

Para autoras do feminismo materialista francófono (FMF)¹⁰ como Jules Falquet e Ochy Curiel, mulheres e homens formam, na verdade, *classes sociais de sexo*, marcadas por relações antagônicas e assimétricas que se materializam em processos de opressão, exploração e apropriação das primeiras. Ao discorrerem sobre a tese defendida por esta vertente do feminismo, as autoras afirmam que:

[...] o ponto central de seu pensamento radica em que nem os homens, nem as mulheres são um grupo natural ou biológico, não possuem nenhuma essência específica nem identidade a defender e não se definem pela cultura, a tradição, a ideologia, nem pelos hormônios - mas pura e simplesmente por uma relação social [*rappor*t], material, concreta e histórica. Esta relação social é uma relação de classe, ligada ao sistema de produção, ao trabalho e à exploração de uma classe por outra (Curiel; Falquet, 2014, p. 15).

Para as autoras, o entendimento desta relação social¹¹ está vinculado à análise do sistema de produção e ao trabalho enquanto categorias. Em outras palavras, não é a partir de fatores biológicos, ideológicos e/ou culturais que as classes de homens e mulheres são constituídas, mas de interesses materiais, concretos e antagônicos.

É uma relação social que as constitui na classe social das mulheres ante a classe dos homens, em uma relação antagônica (nem guerra dos sexos, nem complementaridade, mas simplesmente uma oposição de interesses cuja resolução supõe o fim da exploração e a desapareição das mulheres e dos homens como classe) (Curiel; Falquet, 2014, p. 15).

Segundo Guillaumin (2014), as relações sociais entre as classes de homens e mulheres são marcadas por processos de opressão, exploração e apropriação. Apesar desses termos parecerem conter significados iguais à primeira vista, guardam diferenças substanciais no que se refere aos seus efeitos e na forma como esses são invisibilizados nas relações cotidianas.

10 O feminismo materialista constitui uma corrente teórica que se desenvolveu na França a partir dos anos 1970. Consiste em uma abordagem antinaturalista, que analisa os processos de dominação da classe das mulheres, a partir de relações materiais concretas vinculadas ao heteropatriarcado como sistema de opressão. São intelectuais representantes desta corrente, autoras como Christine Delphy, Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu e Monique Wittig. Ver O Patriarcado Desvendado: teorias de três feministas materialistas. 2014.

11 Aqui, as autoras se referem não às relações sociais cotidianas, individuais, mas às relações estruturais da sociedade, em um nível macro. Em francês, o termo corresponde a *rappor*ts sociaux.

Para a autora, a *opressão* diz respeito aos processos de obstrução, impedimento ou limitação do poder de decisão e de expressão das mulheres. Situações de *mansplaining*¹², *maninterrupting*¹³ e de violências políticas de gênero, por exemplo, nos ajudam a compreender como a opressão se materializa nas relações cotidianas.

Para além disso, a opressão se expressa, sobretudo, no campo das violências (física, verbal, sexual, psicológica, patrimonial e social e das ideologias machistas, sexistas e misóginas que visam situar as mulheres em lugares de subserviência em relação aos homens, sob o argumento de uma suposta natureza feminina. Por ser mais “visível”, a opressão contra as mulheres tem sido denunciada pelos movimentos feministas e se tornado objeto de intervenção de políticas públicas por parte do Estado, embora sem promover alterações nas bases estruturais do sistema que a engendra.

Já a exploração se refere aos benefícios (materiais e psicológicos) que são subtraídos “do trabalho, do tempo e das forças das mulheres” (Guillaumin, 2014, p. 87). Assim como, no sistema capitalista, a exploração da classe trabalhadora significa o enriquecimento dos detentores dos meios de produção; essa subtração (do trabalho, do tempo e das forças da mulher) é o que possibilita melhores condições de vida à classe dos homens. São exemplos de exploração o pagamento de salários inferiores para mulheres que exercem as mesmas funções que homens, embora possuindo as mesmas qualificações profissionais; e a alocação das mulheres - sobretudo das mulheres negras - nos postos de emprego mais precarizados, além dos assédios morais e sexuais praticados na esfera do trabalho, os quais as maiores vítimas são mulheres, em especial as negras.

Paola Tabet (2014), outra intelectual do feminismo francófono, ao analisar as relações de trabalho entre homens e mulheres, nos afirma que, em diferentes culturas, a ascensão social da classe dos homens esteve associada à propriedade de instrumentos e técnicas de trabalho mais elaboradas. Segundo a autora, “são precisamente os instrumentos utilizados que determinam a atribuição de diversas atividades às mulheres ou sua exclusão delas” (Tabet, 2014, p. 113).

12 Comumente utilizado por estudiosas/os do feminismo, o termo vem do inglês *man*, que significa homem, e *splaining*, uma versão informal do verbo *explain* (explicar). Em tradução livre, seria algo como “explicação do homem”. Ocorre quando homens tentam “explicar” algo dito por mulheres, geralmente em tom paternalista, o que evidencia uma tentativa, muitas vezes inconsciente, de desqualificação intelectual da mulher.

13 O termo, criado pela jornalista Jessica Bennett, ficou conhecido a partir de janeiro de 2015 com a publicação do artigo “How Not to Be ‘Maninterrupted’ in Meetings” (Como não ser interrompido em reuniões), para o jornal TIME. Em linhas gerais, se refere às ocasiões em que uma mulher tem as suas falas interrompidas por homens, em tentativas de invalidar os seus discursos.

[...] nas sociedades de caça e coleta, o monopólio das armas tem uma importância decisiva nas relações entre homens e mulheres: de fato, é na tecnologia que cria as armas e nas próprias armas que ocorrem os progressos mais importantes no campo da mecânica, aqueles que marcam a distância entre instrumentos masculinos e instrumentos femininos, pois nestas sociedades as armas são ao mesmo tempo, instrumentos de produção privilegiados (Tabet, 2014, p. 157).

Para a autora, o subequipamento da mulher atribuído por meio da divisão sexual do trabalho possui, ainda, uma relação direta com o tempo necessário para a realização das atividades. Assim, instrumentos e técnicas de trabalho mais rudimentares vinculam a mulher à realização de trabalhos mais demorados - o que representa uma limitação do seu tempo - e de funções socialmente consideradas menos relevantes.

Segundo Tabet (2014, p.123), seja nas sociedades de caça e coleta, ou na sociedade industrial moderna, “[...] “é impondo e extorquindo mais trabalho das mulheres que os homens garantem mais tempo livre”. Esse tempo, utilizado em atividades como a guerra e a conquista de novos territórios, é essencial para a ascensão social dos homens enquanto classe de sexo.

Compreendemos, então, que a relação entre instrumentos de trabalho e tempo livre é fundamental para a dominação entre as classes e para o posicionamento dessas em locais de vantagem ou de desvantagem no modo de produção. Desse modo, nos termos da autora, “[...] a expropriação do tempo das mulheres é um aspecto fundamental de sua exploração” (Tabet, 2014, p. 124).

Ao citar Warner (1937), a autora traz um exemplo de sociabilidade na qual as atividades mais complexas eram desempenhadas majoritariamente pelos homens, a sociedade australiana dos *Murngin*.

Quanto mais complexa é a tecnologia, maior é a participação dos homens, quanto mais simples são os processos tecnológicos, mais as mulheres participam deles. A técnica mais elaborada e a única técnica complexa utilizada pelas mulheres é aquela de confecção de cestos. (...) A extração de inhames, a coleta de conchas, raízes, frutos são os mais simples entre os processos econômicos existentes na sociedade Murngin. E é sobretudo nestas coisas que ela [a mulher] está envolvida. Entre os homens, a pesca da tartaruga com arpão – que pressupõe uma bagagem técnica tão complexa quanto construir uma canoa, saber conduzi-la e utilizá-la de modo adequado e fabricar um arpão e saber usá-lo – situa-se provavelmente no limite extremo da complexidade tecnológica dos murngin (Warner, 1937 *apud* Tabet, 2014, p. 118).

Na sociedade moderna, ao analisarmos a divisão sexual do trabalho, iremos compreender que, de forma geral, as atividades vinculadas à tecnologia também são designadas aos homens, enquanto às mulheres cabem funções menos complexas ou que não necessitam de conhecimentos tecnológicos aprofundados. Se pensarmos em uma loja de venda de móveis e eletrodomésticos, embora desempenhando a mesma função (de vendedor, por exemplo), os homens estarão à frente dos departamentos de TVs, *home theaters* e computadores de última geração; já as mulheres irão figurar nos departamentos de cama, mesa e banho, utensílios de cozinha e decoração, que rendem menores valores de comissão nas vendas, bem como reforçam as atividades do cuidado, limpeza da casa, arrumação, etc.

Até aqui, vimos que, em uma perspectiva crítica, a opressão e a exploração das mulheres, longe de partirem de explicações biologicistas ou essencialistas - como nos fazem querer pensar as ideologias de cunho sexistas - possuem bases materiais concretas que partem de condições objetivas de inserção no meio produtivo.

Segundo Guillaumin (2014), para além da opressão e da exploração, as relações sociais entre homens e mulheres são marcadas por processos de apropriação. Para a autora, a apropriação guarda íntima vinculação com relações servis, tais como as observadas nos processos de escravização. Aqui, diferentemente da exploração, onde é possível encontrar alguma forma de compensação - ainda que precarizada - há a “apropriação física em si, a relação na qual é a unidade material produtora da força de trabalho que é tomada em mãos, e não apenas a força de trabalho” (Guillaumin, 2014, p. 34).

Silvia Federici, ao analisar as formas como a classe das mulheres foi explorada e apropriada no capitalismo durante o seu período de acumulação primitiva, afirma:

[...] na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho (Federici, 2017, p. 34).

Mais invisibilizada do que a opressão e a exploração, a apropriação segue sendo naturalizada, inclusive, em hábitos semânticos que refletem a forma como a mulher é socialmente concebida. Frases rotineiras como “o jogador chegou acompanhado de duas *mulheres*” ou “uma *moça* o acompanhou até o gerente do banco” são exemplos de discursos cotidianos em que a mulher é tomada apenas em seu sexo, o que promove um apagamento das qualificações e/ou atributos que também a definem enquanto sujeito. Esse apagamento não é um dado desprezível, mas

guarda relação com processos de dominação da mulher que atendem a interesses materiais concretos e que se naturalizam por meio das ideologias sexistas e cisheteropatriarcais.

Tais expressões de coisificação da mulher Guillaumin denomina de relações de *sexage*¹⁴ (sexagem). Para a autora, esse tipo de relação, na qual a mulher é reduzida ao estado de coisa, passa a ser institucionalizada por meio do casamento. Entretanto, não se limita à esfera doméstica, transpassa as paredes do lar e se materializa em diferentes formas de apropriação, como veremos a seguir.

Segundo Guillaumin (2014), as expressões particulares da relação de apropriação podem ser divididas em: “a) apropriação do tempo; b) apropriação dos produtos do corpo; c) obrigação sexual; e d) encargo físico com o cuidado de crianças, idosos, enfermos e pessoas com deficiência.” Embora possuam especificidades, tais expressões podem estar vinculadas entre si e conter, ainda, relações de opressão e exploração.

Para a autora, a apropriação do tempo ocorre por meio do “contrato” do casamento, onde não há nenhuma definição ou limitação da carga horária de trabalho atribuída à esposa. Em uma sociedade cisheteropatriarcal, na qual os homens estão à frente da esfera produtiva e as mulheres são designadas ao campo da reprodução social, não é difícil considerarmos os rebatimentos desiguais desta relação.

Com efeito, por não haver qualquer tipo de regulamentação de tempo, bem como da natureza das atribuições a serem desempenhadas após o casamento, as mulheres passam a realizar um trabalho não remunerado¹⁵ e ininterrupto. Em contrapartida, os homens, ao terem suas relações contratuais de trabalho estabelecidas - ainda que precarizadas - podem desfrutar de descansos fixos, o que os confere maior autonomia e possibilidade de escolhas.

Ainda segundo a autora, a apropriação do tempo não se restringe à esposa, mas atinge as demais mulheres que compõem o grupo familiar. Isso porque, após o casamento, mães, irmãs, filhas, tias e outras mulheres de ambas as famílias também passam a ser responsabilizadas, em algum nível, pelos cuidados com o lar. Como nos afirma a autora:

[...] não se trata somente da esposa, mas sim de membros do grupo de mulheres em geral. Afinal, são as mães, irmãs, avós, filhas, tias, etc., que não assinaram nenhum contrato individual com o esposo, o “chefe de família”, que contribuem para o sustento e a conservação dos bens, vivos ou não, deste último. Com efeito, a faxina, o cuida-

14 Criado por Colette Guillaumin, o termo *sexage* representa uma analogia aos conceitos de *servage* (servidão) e *esclavage* (escravidão).

15 Sílvia Federici (2018), em *O Ponto Zero da Revolução*, discorre sobre o trabalho reprodutivo no capitalismo e o seu caráter não remunerado enquanto pilares de sustentação do sistema.

do das crianças, a preparação da comida e outras tarefas são, às vezes, garantidas igualmente por uma das mães dos dois esposos, sua filha ou suas filhas, a irmã de um dos esposos, etc. (Guillaumin, 2014, p. 35).

Ao trazeremos tais reflexões, consideramos importante reafirmar que não nos referimos às relações entre mulheres e homens em um nível interpessoal. Sabemos que tais relações podem ser construídas de maneira mais ou menos igualitária, sobretudo quando há consciência feminista em suas bases. Todavia, referimo-nos às relações estruturais que engendram o heteropatriarcado como sistema de dominação e exploração.

Embora as relações de trabalho tenham se modificado ao longo dos últimos séculos e as mulheres tenham passado a atuar também na esfera produtiva, ocupando espaços significativos no mercado de trabalho formal, consideramos que a apropriação do tempo não diminuiu. Pelo contrário, para além da desigualdade na atribuição de salários e na ocupação de cargos de poder, as mulheres passaram a vivenciar jornadas de trabalho intensivas, extensivas e intermitentes, precisando dividir o tempo entre as funções laborais e o cuidado do lar, o que as restringe à esfera doméstica e as coloca em posição de desvantagem na busca por melhores oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

Conforme os dados do IBGE de 2023, mulheres recebem salários 22% menores em comparação com homens. A diferença salarial aumenta de acordo com o nível do cargo ocupado - mulheres em cargos de poder chegam a ganhar cerca de 34% menos em relação aos homens nos mesmos cargos.

Ainda segundo o IBGE, são as mulheres pretas e pardas as mais afetadas pela pobreza, uma vez que participam menos do mercado de trabalho, por estarem mais ocupadas com atividades domésticas.¹⁶

Segundo Hirata (2016, p. 54):

O trabalho de cuidado é exemplar das desigualdades imbricadas de gênero, de classe e de raça, pois os cuidadores são majoritariamente mulheres, pobres, negras, muitas vezes migrantes (provenientes de migração interna ou externa). Por ser “um conjunto de práticas materiais e psicológicas que consiste em trazer respostas concretas às necessidades dos outros”; o trabalho de cuidado de idosos, crianças, doentes, deficientes físicos e mentais foi exercido durante muito tempo por mulheres, no interior do espaço doméstico, na esfera dita “privada”, de forma gratuita e realizado por amor.

16 A pesquisa encontra-se disponível no site <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza>

Para além da apropriação do tempo, Guillaumin (2014) nos afirma que também são apropriados os “produtos do corpo” da mulher. Sabemos que, durante o período de escravização, por exemplo, era comum o fato de que mulheres negras escravizadas eram obrigadas a amamentar os filhos dos senhores de engenho, quando as mães naturais, suas esposas, não podiam fazê-lo. Nesse caso, o leite materno tornou-se um produto, que passava a ser apropriado nas relações de dominação das mulheres que, historicamente, passaram a ser denominadas de “amas de leite”.

Segundo Davis (2016), também os filhos das mulheres escravizadas eram apropriados e vendidos “como animais”, em um processo cruel de violência e de desumanização de seus corpos.

Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas. Um ano após a interrupção do tráfico de populações africanas, um tribunal da Carolina do Sul decidiu que as escravas não tinham nenhum direito legal sobre suas filhas e filhos. Assim, de acordo com essa medida, as crianças poderiam ser vendidas e separadas das mães em qualquer idade, porque “crianças escravas [...] estão no mesmo nível de outros animais (Davis, 2016, p. 26).

Compreendemos, entretanto, que a apropriação dos produtos do corpo da mulher é uma realidade que não ficou no passado. Isso porque questões relativas aos direitos sexuais e reprodutivos e à descriminalização do aborto, por exemplo, ainda permanecem no campo da luta política e da esfera moral, o que, talvez não ocorresse se o sujeito tema de tais discussões já não fosse, em si, objeto de apropriação.

Outra expressão da apropriação identificada por Guillaumin (2014) é a “obrigação sexual”. Para a autora, apesar da expressão, não temos aqui uma relação que se refere ao sexo enquanto prática, mas uma relação de posse e de controle sobre o corpo da mulher. Tal questão pode ser observada, por exemplo, na obrigatoriedade cultural do sexo na noite de núpcias, momento em que o matrimônio ganha o status de “consumado”¹⁷. “Não é de sexualidade que se trata aqui, nem de “sexo”, trata-se simplesmente de uso; não se trata de “desejo”, trata-se simplesmente de controle, como no estupro” (Guillaumin, 2014, p. 38)

Por fim, a autora identifica a expressão da apropriação como “encargo físico dos membros do grupo”. Aqui, além da exploração a que estão submetidos todos os sujeitos da classe proletária, por meio da divisão social do trabalho, compreendemos que as mulheres são responsabi-

17 Em muitas tradições e leis do direito civil e religioso, a consumação é considerada o primeiro ato sexual após o casamento entre um homem e uma mulher.

lizadas especificamente pela realização de atividades - não remuneradas - junto a outros seres humanos: filhos, pessoas enfermas, com deficiência e/ou idosas, dentre outros.

Compreendemos que estas atividades ligadas ao cuidado ocorrem dentro e fora do lar. Não é coincidência que profissões como Pedagogia, Enfermagem e Serviço Social tenham o seu escopo profissional formado majoritariamente por mulheres.

As relações de classe de sexo e as relações de classe “banais” fazem uso de instrumentalidades diferentes. Se a escravidão e a servidão implicam a redução ao estado de coisa, de ferramenta cuja instrumentalidade é aplicada (ou aplicável) a outras coisas (agrícolas, mecânicas, animais, etc.), a sexagem, por outro lado, como a escravidão doméstica, compreende a redução ao estado de ferramenta cuja instrumentalidade se aplica, sobretudo e fundamentalmente, a outros humanos. Sobretudo e fundamentalmente, pois as mulheres, como todos os dominados, cumprem certamente tarefas que não implicam relação direta e pessoal com outros seres humanos, mas sempre, e doravante, somente elas, nos países ocidentais, são consagradas a assegurar, fora da relação salarial, a manutenção corporal, material e eventualmente afetiva do conjunto dos atores sociais (Guillaumin, 2014, p. 43-44).

Nesse cenário, as mulheres que ousam extrapolar a lógica do cuidado e adentrar espaços historicamente ocupados por homens (brancos, ricos, heterossexuais e cisgêneros), como cargos de chefia em grandes empresas e o espaço da política representativa, por exemplo, têm a sua capacidade intelectual e produtiva constantemente invalidada. Essa tentativa de invalidação, por sua vez, constitui mais um mecanismo ideológico do patriarcado, que busca a manutenção do *status quo*.

Sobre a apropriação das mulheres, Guillaumin (2014) nos aponta, ainda, a existência de duas contradições. A primeira diz respeito ao fato de que essa apropriação ocorre, ao mesmo tempo, de forma privada (por meio do casamento) e coletiva (da classe das mulheres como um todo). Isso porque, ao mesmo tempo, em que são alvo de coação sexual¹⁸ nas relações individuais, as mulheres continuam sendo apropriadas coletivamente, sendo vítimas de assédio sexual, todos os dias, nos mais diversos espaços. Ainda que observemos a intimidação dos assediadores na presença dos companheiros das vítimas (esposos, namorados), entendemos que tal situação ocorre, não por respeito à mulher em si, mas pela impossibilidade de apropriação de algo que já “pertence” ao outro.

18 Segundo a autora, a coação sexual consiste em [...] um dos meios de coerção empregados pela classe dos homens para submeter e amedrontar a classe das mulheres, ao mesmo tempo, em que é a expressão do direito deles de propriedade sobre esta mesma classe (Guillaumin, 2014, 58).

A segunda contradição mencionada pela autora refere-se ao fato de que, nas relações de *sexagem*, a mulher é apropriada física e materialmente, não podendo usufruir livremente da sua força de trabalho. Ao mesmo tempo, necessita vender essa força no mercado para sobreviver. Uma dupla relação que se contradiz e que é reforçada, inclusive, por discursos liberais que defendem a igualdade entre os sexos sem contestar a dinâmica que estrutura o sistema cisheteropatriarcal.

Assim, compreendemos que as relações sociais entre homens e mulheres podem guardar, ao mesmo tempo, marcas de opressão, exploração e apropriação, espalhando-se nas esferas individual e coletiva, nas relações interpessoais e também ao nível macro. Assim, temos a apropriação do corpo da mulher enquanto *unidade material*, nos termos de Guillaume (2014), e também da classe das mulheres como um todo.

Vimos que, para além da opressão e da exploração, as relações de apropriação têm, como uma de suas características fundantes, a realização de trabalhos não remunerados e ligados à esfera reprodutiva. Essas atividades, via de regra, se expressam por meio de relações servis que impõem limites concretos à mulher em relação ao tempo, à mobilidade e ao seu direito ao próprio corpo.

Por fim, vimos que estas relações são naturalizadas por meio da ideologia de uma suposta essência feminina, uma “natureza” não coincidentemente sempre associada às noções de passividade, compassividade e subserviência. Em contrapartida, características como coragem, força e independência têm sido culturalmente associadas ao sexo masculino.

Compreendemos que tais discursos, todavia, ao invés de explicitarem diferenças reais entre os sexos, são produzidos de modo a legitimar as diferentes formas de opressão, exploração e apropriação da mulher. Essas relações, de caráter antagônico e assimétrico, são engendradas a partir de bases materiais concretas, relacionadas à divisão sexual do trabalho, às condições objetivas de existência e ao local ocupado no modo de produção e reprodução social.

Por tomar as relações materiais como base para a análise das relações de assimetria e de antagonismo entre homens e mulheres, compreendemos que o feminismo materialista constitui uma perspectiva teórica e política estratégica para o estudo da nossa temática. Todavia, também consideramos necessário adensar o debate realizado até aqui, dialogando com outra expressão do feminismo que perpassa diretamente no nosso objetivo e que tem ganhado força nos últimos anos, no Brasil e no mundo, o transfeminismo. Trataremos desse assunto no item a seguir.

3.2 Transfeminismo e a concepção de cisgeneridade como categoria de análise

O presente item tem como objetivo trazer reflexões introdutórias sobre as bases históricas e epistemológicas do transfeminismo, bem como sobre suas principais contribuições à luta política feminista mais ampla, como, por exemplo: a desnaturalização/desessencialização da categoria “sexo”; a ampla disseminação do conceito de cisgeneridade; a subversão dos padrões sócio-históricos e culturais de sexo-gênero, pilares centrais do cisheteropatriarcado e, por conseguinte, do sistema capitalista-racista; e a ampliação das discussões em torno da categoria divisão sexual e racial do trabalho, a partir das experiências laborais trans.

É fato conhecido que o feminismo constitui um movimento político significativamente amplo e plural, sendo constituído por diferentes correntes que partem de perspectivas teóricas diversas. Muitas autoras, inclusive, optam por se referirem ao tema no plural, ou seja, feminismos. As diferentes vertentes do movimento (marxista, liberal, radical, negro, trans, etc.) surgem a partir das demandas concretas de grupos de sujeitos que, em diferentes tempos históricos, passam a reivindicar direitos a partir de suas particularidades.

Nesse sentido, o feminismo pode ser entendido como uma “práxis emancipatória que põe em movimento processos de radicalização da democracia não apenas junto às relações sociais estruturais, como também no interior das relações interpessoais, no miúdo da vida cotidiana” (Cisne, 2020, p. 41).

Em linhas gerais, podemos dizer que o transfeminismo constitui uma corrente do feminismo voltada às questões das pessoas trans. Suas bases datam da segunda metade do século XX, sendo considerado um movimento relativamente novo, que surge a partir da ação política de grupos de sujeitos frente à invisibilização - e mesmo à exclusão - de mulheres trans e travestis no interior do movimento feminista.

Nos Estados Unidos, o transfeminismo tem, como um dos seus marcos históricos, a publicação, em 1987, do artigo *The Empire Strikes Back: A Posttranssexual Manifesto* (O Império Contra-Ataca: Um Manifesto Pós-Transsexual), de autoria da pesquisadora Sandy Stone. O texto consiste em uma resposta ao livro *Transsexual Empire*, da feminista radical Janice Raymond, publicado em 1979, que menciona a existência de um “império transexual”, financiado pela comunidade médica e que reforçaria os estereótipos de gênero por meio de intervenções cirúrgicas. Em resposta presente no artigo, Stone desconstrói concepções biologicistas e essencialistas atribuídas aos corpos considerados “femininos”, denunciando, ainda, o apagamento histórico das/os transexuais nos estudos de gênero.

Outro importante marco na construção histórica do transfeminismo foi a publicação, em 2001, do texto Manifesto Transfeminista, de autoria de Emi Koyama. No ensaio, a autora traz um breve resgate histórico sobre o transfeminismo, apontando estratégias para o movimento, no que se refere à política do movimento e à necessidade de articulação com as mulheres cisgêneras e outros sujeitos.

O transfeminismo é, primariamente, um movimento de e para mulheres trans que vêem a sua libertação como intrinsecamente ligada à libertação de todas as mulheres (e além). Está também aberto a queers, pessoas intersexo, homens trans, mulheres não-trans, homens não-trans, e outros/as que se revêem na luta destas mulheres e que consideram uma aliança com estas como essencial para a sua própria libertação. [...] Especificamente os movimentos de mulheres transexuais e das travestis, parcelas mais visíveis da população trans, têm na aproximação com o pensamento feminista um referencial teórico e prático poderoso para resistirem e construir suas próprias forças quando confrontadas, no cotidiano, com vivências de opressão impostas pela dominação masculina (Koyama, 2001, p. 2-3).

No Brasil, a literatura transfeminista conta com a publicação de livros, artigos e diversas publicações em sites e nas redes sociais, que têm sido bastante referenciadas nos estudos de gênero e sexualidade, a partir de perspectivas teóricas variadas. Segundo Jaqueline Gomes de Jesus, professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), o transfeminismo:

[...] pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que, em síntese, rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero histerectomizadas e/ou mastectomizadas; homens cisgênero orquiectomizados e/ou emasculados; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivos sexuais divergentes do tradicionalmente atribuídos, entre outras pessoas (Jesus, 2014, p. 5).

Compreendemos que uma das maiores contribuições do transfeminismo aos estudos de gênero diz respeito à desnaturalização e à desessentialização da categoria “sexo”. Em muitos desses estudos, é comum

observarmos a defesa da dicotomia sexo-gênero, sendo o primeiro visto um dado biológico, e o segundo, como uma construção social. Na verdade, em uma perspectiva transfeminista, ambas as categorias são construídas socialmente, o que não significa negar a presença de fatores biológicos e/ou anatômicos na constituição do ser social.

A concepção do sexo como construção social, entretanto, não é inaugurada pelo transfeminismo. Como vimos no tópico inicial desse trabalho, as autoras do conhecido feminismo materialista francófono já mencionavam o sexo como categoria socialmente construída e apropriada na dinâmica do patriarcado.

Em sua obra “Problemas de Gênero”, a filósofa estadunidense Judith Butler também criticou o binarismo sexo-gênero, difundido, inclusive, no próprio movimento feminista, no tocante à existência de um sujeito “mulher” de base universal e essencialista.

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (Butler, 2021, p. 27).

Outra importante contribuição do transfeminismo frente à luta contra as formas de opressão e exploração observadas no sistema do capital diz respeito ao seu caráter interseccional. Ao dialogar com outros movimentos, o transfeminismo se insere, por exemplo, nas lutas antirracista e anticapacitista, fortalecendo o seu potencial de transformação política.

[...] o transfeminismo dialoga com o feminismo negro, o feminismo interseccional e o feminismo decolonial, entendendo a necessidade de compreender as opressões em suas correlações estruturais. As opressões de gênero se interceptam com os preconceitos e discriminações de raça/etnia, classe, orientação sexual, localização geográfica, origem, idade, religião, gordofobia, capacitismo, entre outras (Nascimento, 2021, p. 81).

Em uma perspectiva epistemológica, outra contribuição do transfeminismo aos estudos de gênero - e à sociedade como um todo - consiste na disseminação do conceito de cisgeneridade, categoria analí-

tica importante para desestabilizar o caráter essencialista e naturalizante dos gêneros.

Sobre a definição de cisgeneridade, Bagagli (2015, p. 13) afirma:

Cisgênero” é uma palavra composta por justaposição do prefixo “cis” ao radical “gênero”. O prefixo “cis”, de origem latina, significa “posição aquém” ou “ao mesmo lado”, fazendo oposição ao prefixo “trans”, que significa “posição além” ou “do outro lado”. “Cisgênero” estabelece uma relação de antonímia com a palavra “transgênero”.

Por seu potencial subversivo e revolucionário diante das rígidas estruturas dos gêneros binários e cisonormativos, o conceito de cisgeneridade encontra-se em um campo de disputas, enfrentando resistências mesmo dentro dos movimentos de esquerda. É comum que, ao serem surpreendidas com a pergunta “você é cis?”, muitas pessoas respondam “não, eu sou homem”, ou “não, eu sou mulher”. Ambas as respostas se fundamentam em uma perspectiva essencialista do gênero, a mesma que atribui às pessoas trans um caráter desviante, antinatural. A grande contribuição, então, está em afirmar que tanto a cisgeneridade como a transgeneridade são socialmente construídas.

O conceito de cisgeneridade é uma máquina de guerra discursiva que expõe o modo pelo qual corpos generificados se apropriam do direito de subalternizar outros corpos generificados. A cisgeneridade retira o foco da produção discursiva sobre nós, corpos trans*, e passa a questionar: como os corpos cis construíram o privilégio discursivo de que são naturalmente generificados? Parafraseando Lélia Gonzalez (2019), o lixo toma a palavra, o lixo recusa as definições que lhes foram impostas e passa a questionar o processo de construção da norma. Se nós, corpos trans, precisamos conferir qualquer tipo de explicação para justificar nossa existência, não me parece justo que outros corpos possam gozar seus gêneros sem justificar-se (Nascimento, 2021, p. 99).

A utilização da categoria contribui, desse modo, para a desconstrução das noções biologicistas de mulher-homem, expressas, por exemplo, em expressões como “mulher biológica”, ou, ainda, “mulher de verdade”. Consideramos a última expressão demasiadamente problemática, ao conceber a existência de determinadas identidades de gênero como “verdadeiras” ou “originais” e outras como “falsas” ou “paroxísticas”.

Para Butler, os gêneros são, na verdade, atos performáticos, sendo constituídos por meio de práticas discursivas repetidas. Nesse sentido, para a filósofa, o gênero não possui “status ontológico separado dos vários atos que constituem a sua realidade” (Butler, 2021, p. 235).

[...] o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. Consequentemente, o gênero mostra ser performativo no interior do discurso herdado da metafísica da substância - isto é, constituinte da identidade que supostamente é (Butler, 2021, p. 56).

Concordamos com Butler quanto à dimensão performativa do gênero, embora não possamos esgotar o entendimento de gênero em performances. Em uma perspectiva crítica, consideramos importante nos questionarmos: Quais são as bases materiais que dão sustentação à produção dos gêneros e de suas performances? Por que determinadas performances são mais ou menos prestigiadas do que outras? Ou, ainda, a que interesses atendem os padrões de gênero socialmente produzidos?

Em uma sociedade capitalista, compreendemos que o binarismo homem-mulher atende a interesses políticos e econômicos das classes dominantes, que se expressam na defesa da família nuclear monogâmica, da propriedade privada e na disseminação de padrões de masculinidade e de feminilidade. Esses padrões, por sua vez, são funcionais à lógica do capital, por meio da divisão sexual e racial do trabalho, categorias que, embora não fizesse menção às pessoas trans em sua formulação original, trouxe elementos importantes para a realização de estudos subsequentes sobre como a organização do trabalho por sexo também atinge as pessoas trans de maneira particular.

Para além das questões enfrentadas por toda a classe trabalhadora, decorrentes da financeirização do capital e da reestruturação produtiva, tais como a precarização das relações de trabalho e o desemprego, a população trans está sujeita a uma série de opressões e explorações particulares. Dentre elas, podemos citar: privação de acesso no uso dos banheiros, desrespeito ao nome social em crachás e documentos, situações de assédio, discriminação, precarização das relações e das condições de trabalho etc. Já no mercado informal, local onde se encontra a grande maioria dessa população, uma das maiores questões observadas tem sido, sem dúvidas, a prostituição compulsória.¹⁹

19 Segundo dados da segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2022, cerca de 90% da população de travestis e transexuais sobrevivia da prostituição, sendo a maioria expulsa de casa por volta dos 13 anos de idade. O termo “compulsório” é utilizado para evidenciar que, para grande parte das pessoas trans, a prostituição não é algo dado à escolha, mas fruto da exclusão social vivenciada na família, nas instituições escolares e no mercado de trabalho.

Na sociedade capitalista, o binarismo de gênero, base para a divisão sexual do trabalho, é instituído a partir de interpretações biológicas e/ou anatômicas, que visam catalogar e justificar as diferenças entre os corpos humanos. Nesse sentido, consideramos que as experiências laborais trans contribuem, significativamente, para elucidar o caráter sexuado e assimétrico das relações no mundo do trabalho, por meio da desnaturalização da categoria sexo e pela subversão dos padrões de gênero socialmente impostos.

Nesse sentido, concordamos com Palha (2019), sobre o potencial revolucionário do transfeminismo.

É nesse ponto que a ação transfeminista guarda imensa potência. Ainda que na dimensão mais imediata sua busca pela legitimação implique a afirmação do sistema de gênero, a ilegitimidade combatida apoia-se justamente no caráter social-social da relação sexo-gênero. Combater a ilegitimidade do gênero reivindicado por pessoas trans implica pôr sob os holofotes o que o fetiche encobre. Para os movimentos sociais de pessoas trans, o caráter socialmente determinado do sexo, bem como a natureza da sua relação com o gênero, ocupa papel central. A ação política transfeminista, independente de intencionalidade, impõe aos movimentos feministas e socialistas dispostos à aproximação a retomada e o destaque de uma chave teórica imprescindível para a construção de qualquer estratégia revolucionária que se pretenda anticapitalista e que esteja disposta a tratar o gênero com a seriedade que merece (Palha, 2019, p. 40).

Para a autora, embora haja uma tendência de organização do movimento em torno de suas pautas mais imediatas, como o reconhecimento social de suas identidades e a garantia de direitos via políticas públicas, é na desconstrução do caráter natural do sexo que o transfeminismo constrói as bases para a sua inserção na luta anticapitalista.

Em síntese, destacamos três importantes contribuições do transfeminismo para a luta revolucionária: (1) a desnaturalização/ desessencialização da categoria “sexo” e a subversão dos padrões de sexo-gênero, pilares centrais do cisheteropatriarcado e, por conseguinte, do sistema capitalista e racista?; (2) o seu potencial interseccional, ao beber das fontes do feminismo negro, do feminismo lésbico e das lutas de outros movimentos políticos e (3) a ampliação das discussões em torno da categoria divisão sexual do trabalho, a partir das experiências laborais trans.

Nesse sentido, acreditamos que a pauta da diversidade de gênero deve ser anticapitalista, se inserindo na luta pela construção de um novo modelo de sociedade, mais livre e igualitário. Por outro lado, acreditamos que a luta de classes deve ser, ao mesmo tempo, (trans)feminista,

antirracista, antilgbtfóbica e anticapacitista, compreendendo que, nesta sociabilidade, as diferenças inerentes à diversidade humana são apropriadas no modo de produção de forma assimétrica e transformadas em desigualdades.

Por fim, compreendemos que a produção teórica, bem como a ação política transfeminista, tem muito a contribuir não só com o movimento feminista mais amplo, mas também com todas/os/es que acreditam na possibilidade de construirmos uma sociedade livre de todas as formas de opressão e exploração.

4. Estado, Conservadorismo e a Pauta da Diversidade Sexual e de Gênero no Brasil

O presente capítulo tem como objetivo discutir sobre a pauta da diversidade sexual e de gênero no Brasil, bem como sobre o papel do Estado na reprodução e no enfrentamento das opressões que atingem a população LGBTQIA+. Para isso, realizamos uma análise dos aspectos centrais que estiveram presentes na formação sócio-histórica do Brasil, o que nos levou a compreendermos a importância de categorias como família, conservadorismo e religião na dinâmica desse processo. Destacados os principais elementos desse cenário histórico e político, realizamos um breve resgate acerca das políticas sociais para a população LGBTQIA+ no Brasil, seus limites estruturais e sua importância na viabilização de direitos e das condições materiais mínimas para o fortalecimento da luta revolucionária.

4.1 Sistema Cisheteropatriarcal-Racista-Capitalista e Formação Sócio-Histórica do Brasil

Para analisarmos a particularidade brasileira no processo de desenvolvimento do capitalismo, bem como a sua relação com a LGBT-fobia, consideramos importante, primeiramente, situá-la no contexto da formação sócio-histórica de uma nação periférica, marcada pelo conservadorismo, pelo colonialismo e pela subserviência aos interesses dos países centrais na dinâmica do capital internacional.

Em uma perspectiva marxista, consideramos que o conservadorismo atua de modo a preservar as estruturas tradicionais de dominação burguesa. Segundo Sousa (2020, p. 120):

[...] o conservadorismo, seja clássico ou contemporâneo, desse ponto de vista ontológico, é uma vertente dentre outras possíveis no campo amplo das ideologias conservadoras que atuam em defesa da preservação das relações sociais capitalistas, organizando movimentos, grupos e indivíduos. Como ideologia que emerge na crise, o conservadorismo chama para si a função de centro irradiador da defesa da sociedade burguesa.

Cisne, Cantalice e Araújo (2020, p. 309-310) concordam com o caráter instrumental do conservadorismo que, em tempos de crise, atua de modo a disseminar leituras acríticas e a-históricas da realidade, por meio da naturalização das ideologias dominantes.

[...] em tempos de crise, propicia-se o avanço do conservadorismo, visto que é preciso consolidar uma visão de mundo fetichizada, que interdita a apreensão materialista, histórica e dialética da realidade e invisibiliza suas contradições e a força social e política das classes, no movimento desse concreto. Difunde-se a destruição da razão e expande-se o irracionalismo. Assim, a história aparece como algo superficial e incognoscível, portanto, seu conhecimento é manipulado pelas ideias dominantes.

Segundo Netto (1996), os modelos econômicos e políticos conservadores mostraram-se incompatíveis com o desenvolvimento do sistema capitalista nos países centrais. No caso brasileiro, entretanto, esse processo se deu a partir de bases arcaicas, por meio da manutenção do latifúndio e de uma economia centrada na exportação de bens primários, por exemplo. Para o autor, na análise da fase inicial do capitalismo no Brasil, observa-se:

Em primeiro lugar, um traço econômico-social de extraordinárias implicações: o desenvolvimento capitalista operava-se sem desvencilhar-se de formas econômico-sociais que a experiência histórica tinha demonstrado que lhe eram adversas; mais exatamente, o desenvolvimento capitalista redimensionava tais formas (por exemplo, o latifúndio), não as liquidava: refuncionalizava-as e as integrava em sua dinâmica. Na formação social brasileira, um dos traços típicos do desenvolvimento capitalista consistiu precisamente em que se deu sem realizar as transformações estruturais que, noutras formações (v.g., as experiências euro-ocidentais), constituíram as suas pré-condições. No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o “atraso”, mas mediante a sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados (Netto, 2015, p. 33).

Segundo Fernandes (2020), nos países da Europa, por exemplo, o desenvolvimento do capitalismo se deu a partir da derrocada do antigo sistema feudal e da ascensão de uma camada social emergente, uma burguesia que defendia o livre comércio e que se organizava politicamente em torno de ideais como “liberdade” e “igualdade”, ainda que em âmbito apenas formal. Na particularidade brasileira, esse desenvolvimento ocorreu a partir de estruturas tradicionais, autocráticas e vinculadas a ações repressoras e fascistas por parte do Estado.

O “nacionalismo burguês” enceta assim um último giro, fundindo a república parlamentar com o fascismo. [...] Um poder que se impõe sem rebuços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado nacional democrático

em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva (Fernandes, 2020, p. 294).

De acordo com Saffioti (2013), a economia brasileira cumpriu, desde o período colonial, um papel auxiliar na dinâmica do capitalismo internacional, sobretudo a partir da produção escravista e da exportação de produtos primários.

A história da economia brasileira é a história de uma constante e renovada rearticulação no sistema capitalista internacional, no qual sempre coube ao Brasil, por força da divisão do trabalho entre as nações, a posição de uma peça auxiliar da engrenagem e um sistema autopropulsor (Saffioti, 2013, p. 205).

Na conformação do capitalismo no Brasil, iremos observar um fenômeno que o autor irá denominar de “dupla articulação”, que consiste na relação entre “desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista externa” (Fernandes, 2020). Em outras palavras, observamos a constituição de uma burguesia que, ao mesmo tempo, em que impõe sua dominação de forma autoritária e vertical, “de cima para baixo”, em âmbito nacional, mostra-se dependente e subserviente aos interesses do capital internacional.

O novo surge pela mediação do passado, transformando e recriando em novas formas nos processos sociais do presente. A atual inserção do País na divisão internacional do trabalho, como um país de economia dita “emergente” em um mercado mundializado, carrega a história de sua formação social, imprimindo um caráter peculiar à organização da produção, às relações entre o Estado e a sociedade, atingindo a formação do universo político-cultural das classes, grupos e indivíduos sociais (Iamamoto, 2015, p. 128).

Santos (2017) ao discorrer sobre a formação do capitalismo no Brasil, também destaca o caráter conservador do seu processo de modernização, que não rompeu com marcas características do passado, a exemplo da permanência do latifúndio e de um modelo agroexportador de matérias-primas. A autora também chama atenção para o caráter político desse processo, que se expressou, dentre outros fatores, no poder autocrático exercido pelas oligarquias rurais.

A dominância do modelo agro-exportador resulta da conjugação de uma série de fatores de produção a baixo custo, especialmente a força de trabalho, que possibilitavam a produção de matérias-primas relativamente baratas. Assim, esses produtos podiam ser vendidos no mercado

internacional por preços satisfatórios para quem as produzia e, também, para quem as comprava – no caso, os países capitalistas centrais que tinham nesse mecanismo de acesso a matérias-primas um dos fatores que proporcionaram a elevação das taxas de lucro (Santos, 2017, p. 66).

Iamamoto (2015) também afirma que as desigualdades sociais têm sido uma das principais marcas do desenvolvimento do país, um desenvolvimento possibilitado pela expansão das forças produtivas e vinculado a uma herança de base colonial e patrimonialista. Para a autora, tal processo está diretamente relacionado à concentração de renda e ao aumento da pobreza, o que tem aliado sujeitos e grupos de seus direitos e do usufruto das riquezas socialmente produzidas.

No caso brasileiro, a expansão monopolista faz-se mantendo, de um lado, a dominação imperialista e, de outro, a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional. Ela aprofunda as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que favorece a concentração social, racial e regional de renda, prestígio e poder. Engendra uma forma típica de dominação política, de cunho contra-revolucionário, em que o Estado assume um papel decisivo não só na unificação dos interesses das frações e classes burguesas, como na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade (Iamamoto, 2015, p. 132).

Nesse cenário socioeconômico e político, para atender aos interesses do que Fernandes (2020) irá denominar de “consenso burguês”, o Estado passa a ser apropriado hegemonicamente pelas classes dominantes como instrumento que irá assegurar as condições materiais de reprodução da ordem vigente. Desse modo, o Estado passa a cumprir um papel fundamental na reprodução das ideologias burguesas e na repressão das manifestações contrárias à ordem nacional.

O Estado adquire estruturas e funções capitalistas, avançando, através delas, pelo terreno do despotismo político, não para servir aos interesses “gerais” ou “reais” da nação, porém, para satisfazer o consenso burguês, do qual se tornou instrumental, e para dar visibilidade histórica ao desenvolvimentismo extremista, a verdadeira moléstia infantil do capitalismo monopolista na periferia (Fernandes, 2020, p. 340).

Ianni (1984) também irá discorrer sobre a figura do Estado burguês e sua função de repressão das reivindicações advindas de segmentos das classes populares. Para o autor, no contexto brasileiro, observa-se um processo que irá denominar de “contrarrevolução burguesa permanente”.

Todas as formas históricas do Estado, desde a Independência até ao presente, denotam a continuidade e reiteração das soluções autoritárias, de cima para baixo, pelo alto, organizando o Estado segundo os interesses oligárquicos, burgueses e imperialistas. O que se revela, ao longo da história, é o desenvolvimento de uma espécie de contra-revolução burguesa permanente (Ianni, 1984, p. 11).

Segundo Ianni (1984), os argumentos utilizados pela autocracia burguesa para justificar as decisões de cunho autoritário que se sobrepujam às reais necessidades da população estavam relacionados à ideia de que a sociedade brasileira seria “amorfa”. O termo diz respeito a um tipo de sociedade que, por ser “incapaz de se autogovernar”, carece de um Estado forte, autoritário e, por conseguinte, ditatorial. Nesse sentido, segundo o autor, instituindo-se a concepção de que a sociedade civil seria “frágil”, ou incapaz de gerir os seus próprios interesses, segmentos das mais variadas camadas sociais passariam a naturalizar a ideia de que o cidadão e, por conseguinte, o povo precisava ser “tutelado”.

Desde 64 desenvolveu-se um processo político por meio do qual o poder estatal se impõe à sociedade, que aparece como se fora incapaz de autogovernar-se; uma sociedade que seria incapaz de instituir um Estado que expressasse as suas forças sociais, a dinâmica de suas classes hegemônicas e subalternas. A ideia de uma sociedade civil incapaz - ou da incapacidade de largos segmentos dessa sociedade, e não apenas das classes subalternas, submetidas - é o complemento ideológico necessário da prática ditatorial [...] (Ianni, 1984, p. 67-68).

A noção de sociedade amorfa, naturalizada como justificativa para a existência de um Estado autocrático e antidemocrático, nos remete ao conceito gramsciano de “revolução passiva”, ou seja, de uma revolução “pelo alto”. Segundo Coutinho (1992), a transformação do capitalismo no Brasil foi conduzida não por uma classe burguesa revolucionária, tampouco pelas camadas populares, ou pela massa de trabalhadores/as, mas pelas classes que possuíam o poder econômico. Em outras palavras, pelas camadas sociais que já detinham a propriedade privada dos meios de produção, inicialmente, na agricultura e no comércio e, posteriormente, na indústria.

Ao analisar o processo de transformação do capitalismo no Brasil, Coutinho (1992) nos afirma que:

[...] ao invés de ser o resultado de movimentos populares, ou seja, de um processo dirigido por uma burguesia revolucionária que arrastasse consigo as massas camponesas e os trabalhadores urbanos, a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes domi-

nantes, com a exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado (Coutinho, 1992, p. 121).

Aprendemos, até aqui, que o desenvolvimento do capitalismo no país não se deu nos moldes de uma revolução burguesa clássica, com a ascensão de uma nova classe social ao poder, mas por meio de uma “modernização conservadora”, que manteve ativas velhas estruturas políticas e sociais.

Segundo Iamamoto (2015, p. 134):

A velha oligarquia agrária recompõe-se, moderniza-se economicamente, refaz alianças para se manter no bloco do poder, influenciando decisivamente as bases conservadoras da dominação burguesa no Brasil. Esse vínculo de origem marca profundamente o “horizonte cultural da burguesia”, que se socializa polarizada por um forte conservantismo sociocultural e político, traduzido no mandonismo oligárquico.

Compreendemos, desse modo, que o desenvolvimento do capitalismo no país foi marcado por um forte viés conservador, tradicionalista e pela presença de um Estado utilizado como instrumento de repressão e dominação ideológica. Essa particularidade irá imprimir marcas profundas na formação social e histórica do país, inclusive, no campo da superestrutura, a partir da manutenção de ideologias patriarcais e racistas, que são funcionais à reprodução do capital, e que dão sustentação ao machismo, ao racismo e à LGBTfobia no Brasil.

Partindo de uma perspectiva feminista materialista, Saffioti (2013) analisa a articulação entre as relações patriarcais de gênero, “raça” e classe e as desigualdades sociais na formação sócio-histórica do país. Para a autora, embora o capitalismo não tenha inaugurado as desigualdades entre homens e mulheres, ou entre brancos e negros, apropriou-se destas, naturalizando-as nas relações de produção por meio da exploração do trabalho e da mais-valia.

As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa (Saffioti, 2013, p. 67).

Segundo Saffioti (2013), o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se dará a partir da conservação de estruturas, valores e tradições do passado, um processo que ocorrerá, dentre outros fatores, por meio da exploração do trabalho escravizado e do trabalho feminino não remunerado. Para a autora, a mulher já é inserida na sociedade de classes em condições de desvantagem, uma vez que, nesta sociabilidade, estarão presentes contradições originárias de formações sociais anteriores e contradições típicas do próprio sistema capitalista.

A lógica do cuidado, por exemplo, inferiorizada e vista como naturalmente feminina em diferentes culturas patriarcais, será apropriada nesse sistema, transpassando as paredes da casa e chegando às esferas do mercado. Nesse processo assimétrico e desigual, o local ocupado pela mulher no modo de produção será, de forma hegemônica, inferior em relação ao do homem, sobretudo ao considerarmos a “raça” e a classe. Desse modo, patriarcado e racismo serão apropriados como sistemas de inferiorização social da mulher e da população negra, respectivamente, que serão estruturantes na sociedade de classes.

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, a medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (Saffioti, 2013, p. 65).

Compreendemos que a análise da formação sócio-histórica do país perpassa pelo entendimento da dinâmica de um capitalismo periférico, que se modernizou a partir de bases arcaicas. Perpassa, ainda, pela compreensão de um Estado que, embora esteja situado em um campo de disputas, tem sido, historicamente, apropriado e aparelhado pelas classes dominantes como instrumento de reprodução do capital e de dominação ideológica. Por fim, entendemos que processos de opressão como a LGBTfobia estão diretamente relacionados a um passado fortemente marcado pelo conservadorismo e pela estruturação de um sistema cisheteropatriarcal e racista, tema que abordaremos no próximo tópico.

Como vimos anteriormente, o conservadorismo tem sido uma das marcas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil que permanece viva até os dias atuais. Sob a intenção de uma pretensa transformação social e de ampliação da democracia, segmentos de direita e ultraliberais atualizam velhas práticas nos planos político, econômico e, também, mo-

ral. Nesse cenário, é comum observarmos a reprodução de discursos que trazem o clamor à defesa da família, da moral e dos “bons costumes”, narrativas utilizadas, sobretudo, pelo governo Bolsonaro (2018-2022).

Nas eleições presidenciais de 2022, mesmo diante de uma grave crise econômica gerada pela pandemia da Covid-19, a estratégia política de Jair Bolsonaro girou em torno de temáticas de forte apelo ideológico para o eleitorado conservador. Dentre outras pautas, o ex-presidente genocida defendeu a redução da maioridade penal, de 18 para 16 anos, a facilitação da compra de armas por parte da população, o ataque à suposta “ideologia de gênero” e às iniciativas pela descriminalização do aborto.

Como nos mostra Marx (2011), em “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, em tempos de crise, é comum que governos autocráticos recorram a lemas como “propriedade”, “família” e “religião”, como estratégias de repressão aos movimentos de luta por direitos. Segundo o autor, também é comum o culto a líderes que despontam no cenário nacional sob a promessa de restauração da ordem e de retomada do crescimento econômico. Observa-se, no entanto, a hipertrofia do poder executivo, somada à ampliação da função de repressão do Estado, que deixa de atender às reais necessidades da classe trabalhadora.

Nesse cenário, o debate sobre as famílias tornou-se um dos principais objetos de injunção dos setores conservadores e fundamentalistas aliados ao governo Bolsonaro (2018-2022), o que contribuiu para a reprodução de discursos de ódio e, conseqüentemente, para o aumento da LGBTfobia no país. Em linhas gerais, os argumentos utilizados por esses setores giram em torno da ideia de que as existências não heterossexuais e não cisgêneras estariam indo contra os princípios cristãos de defesa da família.

Segundo Trevisan (2004, p. 19):

[...] Além de ser inútil para a reprodução da espécie, a prática homossexual solaparia a família (em cujo seio se geram os novos consumidores) e seus padrões ideológicos (cuja ordem é consumir). [...] A partir do final do século XX, o vácuo político-ideológico, a crise do capitalismo e a recrudescência dos credos religiosos institucionalizados criaram terreno fértil para as execrações morais, insufladas por um milenarismo de olho no capital.

Engels (2019), mostra-nos que a família nuclear monogâmica possui relações históricas com a instituição da propriedade privada, com o acúmulo de riquezas e com a necessidade de garantia de direitos sucessórios. Em outras palavras, a investida conservadora no tocante à defesa da família tradicional (heterossexual-monogâmica) como a única instituição familiar legítima e digna de proteção por parte do Estado constitui um processo que atende a interesses políticos e econômicos da ordem do capital.

Nesse sentido, a diversidade sexual, inerente à condição humana, transpassa as esferas da singularidade e da subjetividade e passa a ser cooptada por uma lógica de controle dos corpos, por meio da introjeção de sentimentos de culpa e de medo junto aos sujeitos cujas relações afetivas/sexuais fogem à ordem cisheteropatriarcal.

Pela primeira vez, sentimentos sexuais e emocionais começaram a ser influenciados pelo controle social, e proibições sexuais rígidas foram construídas. Vergonha, culpa e medo passaram a ser relacionados com o sexo e como forma de opressão para a manutenção da ordem. O que era casual, espontâneo e natural começou a ser objeto de conflitos e, em última instância, perseguição. Com a propriedade privada, o natural passou a ser não natural. [...] A sexualidade, em geral, assumiu uma significação social negativa. Era uma forma de expressão pessoal incompatível com a nova ordem patriarcal, somente sendo permitida dentro dos limites rígidos da família monogâmica dominada pelo homem. Este fato resultou em que a homossexualidade, pela primeira vez, era um fenômeno condenado. (Okita, 2007, p. 33-34).

Na mesma perspectiva, Barroco (2009) discorre sobre a centralidade da família no processo de reprodução do conservadorismo. Segundo a autora, a instituição familiar exerce uma importante função na disseminação dos papéis sociais de gênero e de sexualidade que são funcionais à manutenção da ordem cisheteropatriarcal, por meio da defesa de valores morais conservadores e autoritários. Nas palavras da autora:

A família é um dos alicerces morais do conservadorismo e sua função é a de manutenção da propriedade. A mulher exerce o papel de agente socializador responsável pela educação moral dos filhos; por isso, essa perspectiva é radicalmente contrária aos movimentos feministas, entendendo-os como elemento de desintegração familiar. A moral adquire, no conservadorismo, um sentido moralizador [...]. É assim que se apresentam sob diferentes enfoques e tendências, objetivando a restauração da ordem e da autoridade, do papel da família, dos valores morais e dos costumes tradicionais (Barroco, 2009, 174-175).

Solange Teixeira, umas das maiores referências no debate sobre famílias no Serviço Social, ao discorrer sobre a definição de família na perspectiva conservadora, também nos afirma:

Família-padrão, “normal”, nuclear-tradicional (tomada como padrão): eram definidas segundo a presença de um casal heterossexual e sua prole, concepção difundida por várias disciplinas científicas, como, por exemplo,

a Psicologia e os Terapeutas Familiares, Psicanálise, dentre outras. Para estas disciplinas, a maior parte das outras formas de composição familiar ou era encarada como patológica, incompleta, insuficiente, ou era simplesmente invisível (Teixeira, 2010, p. 7).

Até aqui, vimos que, no processo de formação social e histórica do Brasil, o conservadorismo tem sido funcional à manutenção do sistema capitalista, por meio do aparelhamento do Estado e das diferentes instituições sociais, a exemplo da família e da Igreja. Embora a separação entre Igreja e Estado no país tenha ocorrido desde 1891²⁰, discursos de viés religioso e fundamentalista continuam sendo utilizados por setores conservadores no Congresso Nacional e nas demais esferas da política representativa, no intuito de cercear direitos e de fazer frente às lutas da população LGBTQIA+.

Ferreira (2016) nos lembra que, antes do surgimento do cristianismo e da Igreja Católica Apostólica Romana, as relações homoafetivas não eram consideradas dissidentes. Foi com o seu surgimento que a homossexualidade passou a ser criminalizada, sob o argumento de constituir uma prática sexual “não reprodutiva”, portanto, não natural.

Silvia Federici (2017), em “Calibã e a Bruxa”, também irá discorrer sobre a criminalização da homossexualidade na fase do capitalismo denominada nos estudos marxistas de acumulação primitiva²¹. Nesse período, não coincidentemente, o Estado passou a exercer maior controle sexual e reprodutivo sobre os corpos das mulheres. O objetivo era elevar o índice de crescimento demográfico, em decorrência da escassez de trabalhadores gerada durante a epidemia da “Peste Negra”²², que dizimou mais de um terço de toda a população europeia. A pandemia gerou uma “crise do trabalho”, alterando as relações de poder e beneficiando temporariamente as classes mais baixas. Algumas medidas adotadas pelo Estado neste período foram: institucionalização de bordéis, perseguição e extermínio das mulheres que detinham conhecimentos sobre métodos e técnicas abortivas e criminalização das práticas sexuais consideradas “não reprodutivas”, a exemplo das relações homoafetivas.

20 A Constituição Federal de 1891 consolidou a separação entre a Igreja e o Estado por meio do § 2º de seu art. 11, que trazia: “é vedado aos Estados, como à União, estabelecer, subvencionar, ou embaraçar o exercício de cultos religiosos”. Firma-se, nesse período, o Estado laico no país.

21 No livro, a autora analisa o processo de formação do capitalismo e a sua relação com a apropriação da capacidade reprodutiva das mulheres, com a ascensão da família nuclear e com a transformação do “corpo proletário” em uma “máquina de trabalho” (p. 13).

22 Também conhecida como Peste Bubônica, a Peste Negra foi uma epidemia ocasionada pela transmissão em massa de uma doença causada pela bactéria *Yersinia pestis*, que atingiu o continente europeu em meados do século XIV.

Segundo a autora:

[...] a proliferação de bordéis públicos foi acompanhada de uma campanha contra os homossexuais que se estendeu até mesmo a Florença, onde a homossexualidade era uma parte importante da tessitura social “que atraía homens de todas as idades, estados civis e níveis sociais”. A homossexualidade era tão popular em Florença que as prostitutas costumavam usar roupas masculinas para atrair seus clientes. Os sinais de mudança vieram de duas iniciativas introduzidas pelas autoridades em 1403, quando a cidade proibiu os “sodomitas” de assumirem cargos públicos e instituiu uma comissão de controle dedicada a extirpar a homossexualidade (FEDERICI, 2017, p. 105).

Observamos que, em diferentes contextos históricos, a religião tem sido utilizada para legitimar interesses políticos e econômicos das camadas dominantes da sociedade. Como exemplo de tal afirmação, basta lembrarmos que, há pouco mais de um século, pessoas negras eram escravizadas sob o argumento religioso de que seus corpos não possuíam “alma”, uma herança histórica perversa que deixou profundas marcas no processo de formação do nosso povo.

Embora ser LGBTQIA+ não seja mais considerado crime no Brasil, grande parte dos argumentos que visam demonizar e/ou desqualificar a lesbo/homo/bi/transsexualidade pautam-se em concepções de viés fundamentalista e preconceituoso. Este fato, por sua vez, contribui para o fortalecimento dos discursos de ódio, que se espriam nas diferentes esferas da vida social e dão sustentação à violência LGBTfóbica.

Apesar de todos os desafios postos pelo conservadorismo nesta lógica cisheteropatriarcal, têm sido várias as conquistas da população LGBTQIA+ no tocante à garantia de direitos e à participação social. São exemplos de conquistas importantes: a equiparação, em 2021, das relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre homens e mulheres, reconhecendo, assim, a união homoafetiva como um núcleo familiar²³; a aprovação, em 2013, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da Resolução nº 175/2013, que proibiu os cartórios do país de se negarem a realizar casamentos entre pessoas do mesmo sexo; e a equiparação da LGBTfobia ao crime de racismo, em 2019, pelo Supremo Tribunal Federal (STF)²⁴.

Conquistas como essas foram possibilitadas pela via estatal, a partir das lutas de movimentos sociais organizados e de grupos ativistas.

23 A decisão foi tomada a partir do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277.

24 O reconhecimento ocorreu a partir de uma ação direta. O documento denunciou omissão inconstitucional por parte do Congresso Nacional, ao não prever a discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero no texto da Lei nº 7.716/89, que define os crimes resultantes do preconceito de raça ou de cor.

Embora consideremos verdadeiro o fato de que o Estado atua de modo a garantir as condições materiais para a reprodução das ideologias heterossexistas e cissexistas, é também por via deste que os movimentos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais têm garantido avanços sociais importantes. Em outras palavras, é por meio das políticas públicas estatais que essa população tem garantido os seus direitos civis, políticos e também sociais relativos à saúde, à educação, à profissionalização, etc.

Embora acreditemos que essas políticas não promovam alterações substanciais nas estruturas do sistema no qual foram engendradas - o sistema cisheteropatriarcal-racista-capitalista - consideramos a sua grande importância no sentido de contribuírem para a promoção das condições materiais mínimas para o fortalecimento da luta política em prol de uma sociedade menos LGBTfóbica. Isso porque, como Marx (2008) nos afirma:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.” (MARX, 2008, p. 207).

Nesse sentido, compreendemos que as ações estabelecidas entre os sujeitos e suas possibilidades reais de luta por direitos são determinadas socialmente a partir das condições materiais disponíveis em seu contexto histórico, o que ocorre, sobretudo, via políticas públicas e sociais, assunto que retomaremos nos próximos tópicos.

Assim, vemos que o Estado tem se configurado historicamente no campo de disputas travadas entre diferentes setores da sociedade, afinal, afirma Poulantzas (2020, p. 162) “o Estado concentra não apenas a relação de forças entre frações do bloco de poder, *mas também a relação de forças entre estas e as classes dominadas*” (grifos do autor).

Por fim, concordamos com Marx e Engels (2002, p. 62), na frase de abertura de *O Manifesto do Partido Comunista*, “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes”. Enquanto às classes populares, sabemos que essas também se complexificaram, agregando, hoje, diferentes grupos de sujeitos, com pautas e reivindicações diversas. É nessa correlação de forças que as classes têm disputado a figura do Estado, com vistas à garantia de seus interesses diretos. É nesse cenário histórico e político, marcado por avanços e retrocessos, que os movimentos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais têm atuado, na busca por respeito, igualdade e na denúncia das violências que se abatem diariamente sobre os seus corpos.

4.2 A Transfobia como Expressão da Questão Social

Antes de adentrarmos na análise dos dados relativos à transfobia, aqui entendida como expressão da questão social, consideramos importante trazer uma breve discussão sobre o conceito de questão social, à luz de autores referências no estudo da temática.

Em uma perspectiva crítica, compreendemos que a questão social se situa no âmbito da relação capital x trabalho constituída na dinâmica da sociedade de classes. Um dos seus conceitos clássicos encontra-se na obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, de Yamamoto e Carvalho, publicada em 1982.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (Yamamoto; Carvalho, 2006, p. 77).

Para Netto (2001, p. 45) “a questão social é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo”, não sendo possível suprimi-la sem que haja o fim do sistema que a engendrou. Para o autor, os diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da questão social, o que se contrapõe à tese de autores como Castel e Rosanvallon, que defendem a existência de uma “nova questão social”.

Na mesma perspectiva, Pastorini (2004, p. 12) defende que não é possível falar em uma nova questão social, mas em novas expressões que “[...] mantém os traços constitutivos das suas manifestações originais”. Nesse sentido, a análise da questão perpassa pelo entendimento da dinâmica do sistema que a gestou, ou seja, do sistema capitalista, marcado pela expropriação do valor do trabalho de uma classe (o proletariado) pela classe detentora dos meios de produção (a burguesia).

No que se refere à diversidade sexual e de gênero, autoras como Yamamoto, desde a década de 1990, já sinalizavam a importância dessas dimensões para a análise das relações sociais e, portanto, para o entendimento da própria questão social. Isso porque, como nos diz Marx, as classes sociais não são abstratas, mas compostas por indivíduos reais, sujeitos que pertencem a uma classe social, determinada pelo local que ocupam no modo de produção, mas que também possuem etnia, orientação sexual, identidade de gênero, etc.

A gênese da questão social encontra-se enraizada na contradição fundamental que de marca esta sociedade, assumindo roupagens distintas em cada época: a produção,

cada vez mais social, que se contrapõe à apropriação privada do trabalho, de suas condições e seus frutos. Uma sociedade em que a igualdade jurídica dos cidadãos convive, contraditoriamente, com a realização da desigualdade. Assim, dar conta da questão social, hoje, é decifrar as desigualdades sociais - de classes - em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente, etc. (Iamamoto, 1999, p. 114).

Como vimos nos tópicos iniciais, embora sejam anteriores ao capitalismo, sistemas de opressão e exploração como o patriarcado e o racismo são apropriados pelo sistema e utilizados como mecanismos de reprodução da ordem dominante. Esse processo ocorre, dentre outros fatores, por meio das divisões sexual e racial do trabalho.

Na Divisão Sexual do Trabalho, temos a designação prioritária da classe dos homens à esfera produtiva, enquanto às mulheres cabem as atividades ligadas à reprodução social, sobretudo aquelas situadas na lógica do cuidado. Sabemos, entretanto, que esse cenário não é o mesmo para todo o conjunto das mulheres, sendo necessário considerarmos as dimensões da classe e da raça na análise das relações patriarcais de gênero constituídas na sociedade de classes.

No Brasil, país marcado por quase quatro séculos de escravidão, as mulheres negras seguem ocupando os postos de trabalho mais precarizados, sendo, também, as maiores vítimas de feminicídio no país. Segundo o Atlas da Violência 2023 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2.601 mulheres negras foram vítimas de feminicídio no Brasil em 2021, o que representa 67,4% do total de assassinatos de mulheres.

Ainda no âmbito das relações patriarcais de gênero, compreendemos que as dimensões da orientação sexual e da identidade de gênero são apropriadas na dinâmica do capital, possuindo bases materiais. Nesse sentido, a análise da LGBTQIA+fobia não pode prescindir da compreensão dos pilares a partir dos quais o sistema capitalista se desenvolveu.

Como vimos no item anterior, para além do patriarcado e do racismo, o capitalismo também se utilizou de instituições como a família nuclear monogâmica e de designações legais como o direito à propriedade privada para se expandir pelo mundo e se consolidar como sistema de dominação. Vimos que tanto a família nuclear monogâmica como a propriedade privada funcionaram - e funcionam até os dias atuais - como bases de sustentação do capitalismo. Esses dois pilares, por sua vez, constituem-se, também, a partir de outros dois sistemas de opressão e exploração, o heterossexismo e o cissexismo.

Segundo Cisne e Santos (2018, p. 44), podemos compreender o heterossexismo:

[...] como uma forma ideológica de naturalização dos sexos que organiza, estrutura e dissemina a heterossexualidade como a prática supostamente correta e única possibilidade aceitável de expressão e vivência afetivo-sexual. E, desse modo, temos uma imposição da heterossexualidade sobre as demais possibilidades de orientação sexual, que são tratadas sem aceitação e legitimidade social.

A família nuclear monogâmica apoia-se, então, no heterossexismo como padrão regulatório da sexualidade humana e como mecanismo necessário para a reprodução das relações sociais e para a manutenção da ordem dominante. Nesse sentido, as relações de sexualidade e de gênero tornam-se basilares para a reprodução do sistema capitalista, “[...] na medida em que garantem, a longo prazo, o processo de reposição das forças de trabalho e das classes capitalistas” (Nogueira; Pereira; Toiotio, 2020, p. 71).

Já o cissexismo está relacionado aos padrões e estereótipos de gênero socialmente construídos para homens e mulheres e que os são atribuídos ao nascimento, a partir de suas características sexuais/anatômicas. Em outras palavras, diz respeito à noção de inteligibilidade ou à expectativa social criada em torno daquilo que se deve “ser” a partir do órgão sexual/reprodutor com o qual se nasce. Assim, “a classificação do gênero a partir da genitália atua como mecanismo de imposição sistemática da identidade de gênero” (Pereira; Toiotio, 2020, p. 57).

Jaqueline Gomes de Jesus, mulher trans e professora, afirma que o cissexismo constitui uma ideologia que se naturaliza a partir do binarismo de gênero, ou seja, da ideia de suposta oposição e/ou complementaridade entre homem e mulher. Nesse binarismo, os sujeitos cujas identidades e/ou expressões de gênero fogem à ordem cissexista tendem a sofrer prejuízos de diferentes ordens, frutos da adequação compulsória desses sujeitos aos padrões cisgêneros socialmente construídos.

O cissexismo pode ser definido como uma “Ideologia, resultante do binarismo ou dimorfismo sexual, que se fundamenta na crença estereotipada de que características biológicas relacionadas a sexo são correspondentes a características psicossociais relacionadas a gênero. O cissexismo, ao nível institucional, redundando em prejuízos ao direito à autoexpressão de gênero das pessoas, criando mecanismos legais e culturais de subordinação das pessoas cisgênero e transgênero ao gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. Para as pessoas trans em particular, o cissexismo invisibiliza e estigmatiza suas práticas sociais” (Jesus, 2012, p. 30).

A concepção de cissexismo relaciona-se, portanto, à noção de binarismo de gênero, categoria que deve ser analisada em uma perspec-

tiva de totalidade, ou seja, a partir de suas determinações materiais e de suas estratégias ideológicas de naturalização das relações sociais.

O binarismo de gênero é uma ideologia constituída pela afirmação de que mulheres e homens são radicalmente distintos e que esta distinção está fundada nos corpos biológicos e que, portanto, ela é imutável e inquestionável. Como qualquer ideologia, ele produz um ocultamento da realidade social, destinado a esconder das pessoas o modo real como as relações sociais são produzidas (CFESS, 2016, p.09).

Até aqui, vimos que, em uma perspectiva materialista, a orientação sexual e a identidade de gênero, longe de serem dimensões circunscritas ao campo da subjetividade e das relações interpessoais, são categorias também ligadas à esfera produtiva ou, ainda, continuem “[...] práticas sociais, materiais e simbólicas que contribuem para estruturar a sociedade” (Pereira; Toiotio, 2020, p. 24).

Realizada essa análise inicial, já temos elementos para apreender a tese de que a vivência de pessoas trans (mulheres e homens trans, travestis, pessoas trans não binárias, etc.) desestabiliza alguns dos pilares que são estruturantes para o sistema capitalista, como o binarismo de gênero e a própria naturalização da cisgeneridade.

É fato que as pessoas trans - assim como todo o conjunto da população -, não estão imunes a reproduzir os papéis e estereótipos de gênero cisnormativos, entretanto, a própria busca pela adequação a esses padrões já contribui para a desconstrução de concepções deterministas e/ou biologicistas do gênero, ou seja, para o entendimento de que, longe de ser determinado por características sexuais e cromossômicas, o gênero é socialmente construído.

Nesse sentido, consideramos que a transfobia, aqui entendida como situações de “preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais, ou travestis” (Jesus, 2012, p. 16), é uma expressão da questão social, por constituir-se como um desdobramento das relações patriarcais de gênero e por seu papel de manutenção do cissexismo, como sistema de opressão e exploração funcional à lógica do capital.

Segundo Ferreira (2017), para analisar a transfobia como expressão da questão social, faz-se necessário compreendê-la a partir de seus condicionantes sócio-históricos, bem como situá-la no campo das contradições sociais que se estruturam a partir de um sistema cisheteropatriarcal-racista-capitalista. Em outras palavras, não é possível mencionar a transfobia de forma indissociada do debate dos direitos humanos, sendo necessário tomá-la a partir das lutas históricas da população LGBTQIA+ por afirmação de direitos.

O debate dos direitos humanos, assim, se intersecciona com o tema da diversidade sexual e de gênero especialmente quando pensamos a luta por direitos de uma população o historicamente negligenciada e violada nesses direitos – a população LGBTI, que, pelo gênero ou pela sexualidade, é tratada marginalmente e acaba experimentando diferentes processos de subalternização e precarização da vida (Ferreira, 2017, p. 38).

Por ser estrutural, a transfobia manifesta-se não apenas por meio da violência física contra pessoas trans, mas por um conjunto variado de violências e de violações de direitos que perpassam todas as dimensões da vida dos sujeitos, desde a família às relações comunitárias.

Segundo informações do Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, são diversas as razões pelas quais a população trans tem sido alijada de seus direitos e posta em locais de subalternização e de marginalização:

Ideologia politicamente dominante colonialista, cissexista, racista, autoritária, patriarcal, negacionista, anti-ciência e anti-gênero na estrutura do estado; criminalização e tentativas de proibição das discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade nas escolas e disseminação de uma política institucional antitrans através da narrativa falaciosa de uma suposta “ideologia de gênero”; interferência direta no Estado de uma ideologia religiosa em detrimento do Estado laico; manutenção e contratação de grupos que adotam uma ideologia antitrans nas esferas públicas e institucionais; falta de campanhas de educação/prevenção da violência transfóbica; ausência de projetos, ações e campanhas sobre educação e empregabilidade para a população trans.²⁵

No âmbito do judiciário, temos observado importantes conquistas em relação aos direitos da população trans. Um exemplo foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2018, que trouxe a possibilidade de alteração do sexo e do nome no registro civil, sem necessidade de autorização judicial ou de realização de cirurgia de afirmação de gênero e/ou de terapias hormonais.²⁶

Entretanto, o acesso a esse direito tem esbarrado na realidade vivenciada por grande parte dessa população, que, muitas vezes, sobrevive nas ruas, desprovida de qualquer documento civil e de condições finan-

25 Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021 / Bruna G. Benevides (Org). - Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

26 A decisão se deu a partir do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275.

ceiras para custear os procedimentos de retificação nos cartórios do país. Tal problemática é fruto da ideologia transfóbica que permeia a família, a escola, o mercado de trabalho e demais instituições da vida social.

Pelúcio (2011), ao discorrer sobre as experiências vivenciadas por travestis no ambiente familiar, elucida a compreensão acerca das violências vivenciadas por essa população. Nesse cenário, o lar deixa de ser espaço de acolhimento e de proteção, tornando-se e um ambiente hostil, um espaço para agressões físicas e verbais.

Quando as travestis “se assumem”, o espaço doméstico da família, via de regra, se torna insustentável. Perde seu caráter de acolhimento e proteção, passa a ser ameaçador. São lugares-comuns as histórias de irmãos mais velhos que hostilizam e agridem fisicamente as travestis, ainda “viadinhos”; o pai que joga na rua o filho e seus pertences; a mãe que chora desolada perguntando onde teria errado, vigiando os passos do filho, procurando protegê-lo das pancadas do pai e dos risos dos vizinhos e, por vezes, ela mesma usando da força física para “corrigir” o que considera seu erro. (Pelúcio, 2001, p. 70).

Para além da família, as ideologias cissexistas e heterossexistas espriam-se nas demais esferas da vida social, adentrando os universos da escola, da comunidade, do mercado de trabalho e das instituições de modo geral. Desde as dificuldades enfrentadas para o reconhecimento de direitos básicos, como o direito ao nome social, às burocracias encontradas para a realização de procedimentos transexualizadores, são diversos os desafios encontrados pelas pessoas trans no tocante ao exercício da cidadania.

Ao serem expulsas de suas casas ainda na adolescência, pessoas trans ficam expostas à violência transfóbica das ruas. Por não chegarem a concluir o ensino básico, a grande maioria encontra dificuldades de se inserir no mercado de trabalho formal, passando a ter apenas a prostituição como forma de sobrevivência.

Embora saibamos que o capital encontra formas de se apropriar da diversidade sexual e de gênero como instrumentos de manutenção das relações de produção, o que ocorre, por exemplo, por meio da criação de um mercado LGBTQIA+ variado, sabemos que esse mercado também é extremamente desigual. Em uma sociabilidade onde é necessário “ter” para “ser”, pessoas trans que não podem (ou que simplesmente não desejam) realizar tais procedimentos estéticos e/ou cirúrgicos de afirmação de gênero, seguem tendo suas identidades invalidadas e/ou ridicularizadas.

Para além disso, os sujeitos LGBTQIA+ cujas expressões de gênero mais se distanciam do padrão cisheterossexista tendem a ocupar os postos de trabalho mais precarizados.

O capital pode assimilar a questão LGBT como forma de aumentar a exploração econômica a partir da desigualdade de sexualidade e de gênero. Trabalhadoras travestis, transexuais, “bichas” afeminadas, “sapas” masculinizadas, etc. estão constantemente em empregos precários e informais, porque não podem acessar uma série de empregos que garantem certos *status* sociais. O fato de fugirem muito do padrão heterossexista é uma desvantagem na hora de conseguir os melhores empregos; o que muitas vezes leva trabalhadoras/es LGBT a se submeterem a trabalhos estressantes, repetitivos e mal remunerados (como *telemarketing*, salões de beleza e atendimento em loja) (Peireira; Toiotio, 2020, p. 76).

Em se tratando da relação mulheres trans/travestis e mercado de trabalho, sabemos que a realidade é ainda mais impactante. Segundo dados da ANTRA, 90% dessa população encontra-se na prostituição, ou seja, quase totalmente fora das relações formais de trabalho. Esse cenário, por sua vez, contribui para a exclusão sistemática desse público do acesso a um conjunto de direitos civis e previdenciários necessários a uma vida digna.

É de conhecimento público que o Brasil segue liderando o ranking dos países que mais matam pessoas trans no mundo. Segundo dossiê divulgado pela ANTRA (2023)²⁷, foram pelo menos 151 pessoas trans mortas em 2022, sendo 131 casos de assassinatos e 20 de suicídios. No relatório, a associação divulgou o cenário geral dos assassinatos em 2022, caracterizado, dentre outros fatores, pelo/a: “falta de dados e/ou subnotificações governamentais; ausência de ações de enfrentamento da violência contra pessoas LGBTQIA+; aumento de ações antitrans e propostas que visam institucionalizar a transfobia” (ANTRA, 2023, p. 28).

O Nordeste continua sendo a região do país em que mais ocorreram assassinatos de pessoas trans (40,5% dos casos). Em seguida, temos a Região Sudeste, com 35 casos (27%) casos; a região Centro-Oeste, com 17 (13%); o Norte, com 16 (12,5%) casos; e o Sul com 9 (7%).

27 Benevides, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) - Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. 109p. O dossiê encontra-se disponível para download no site da ANTRA: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>

Quadro 1 - Estados que mais assassinaram pessoas trans (2017-2022).

Tabela: Estados que mais assassinaram pessoas trans (2017-2022)

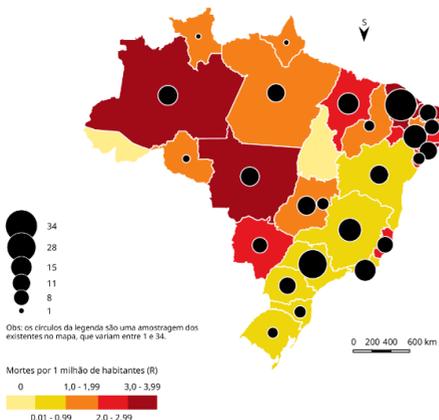


Fonte: ANTRA (2023).

Na mesma linha, o “Dossiê de Mortes e Violência LGBTI+ no Brasil de 2022”²⁸, organizado pelo Acontece - Arte e Política LGBTI+, pelo Grupo Gay da Bahia - GGB e pela ANTRA, afirma que é na região Nordeste em que ocorre a maioria das mortes por LGBTQIA+fobia no Brasil. Segundo os dados do dossiê, em termos proporcionais, o Ceará aparece no topo da lista, seguido por Alagoas e Amazonas.

Quadro 2 - Distribuição espacial das mortes violentas de LGBTI+, por unidade da federação, em 2022.

FIGURA 23: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS MORTES VIOLENTAS DE LGBTI+ NO BRASIL, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO, EM 2022

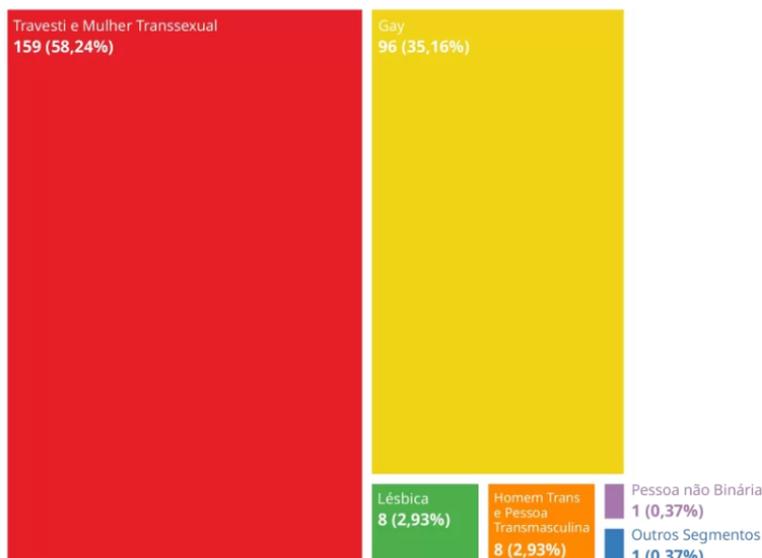


Fonte: Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, 2022.

28 O documento encontra-se disponível para download gratuitamente no site: <https://observatoriomorteseviolenclaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/#dossi%C3%AA-completo-de-mortes-e-viol%C3%A2ncias-contra-lgbti+-no-Brasil-em-2022>

Ainda segundo o dossiê, são as mulheres trans e travestis as que mais são mortas pela violência LGBTQIA+fóbica e cissexista. A idade das vítimas é um dos dados que chamam mais atenção. Segundo a AN-TRA (2023), “dentre as pessoas trans assassinadas em 2022, 89% delas tinham entre 15 e 39 anos”, o que revela ser a população trans jovem a maior vítima da violência transfóbica no país. Para Bruna Benevides, presidenta da associação, “o assassinato precoce é o início da tentativa de destruição sistemática de uma população. É a consolidação de um projeto transfeminicida em pleno funcionamento no país - e no mundo”.

Quadro 3 - Número de mortes de pessoas LGBTQIA+, por segmento, em 2022.



FONTE: Observatório de mortes de LGBTI+ no Brasil (2023).

Em relação à classe e ao contexto social das vítimas, são as mulheres trans, travestis e pessoas transfemininas em situação de desigualdade socioeconômica as que estão mais suscetíveis à violência. A transfobia institucional e a dificuldade de acesso às diferentes políticas públicas e sociais contribuem para que esse público permaneça às margens da sociedade. Nesse cenário, os assassinatos geralmente ocorrem:

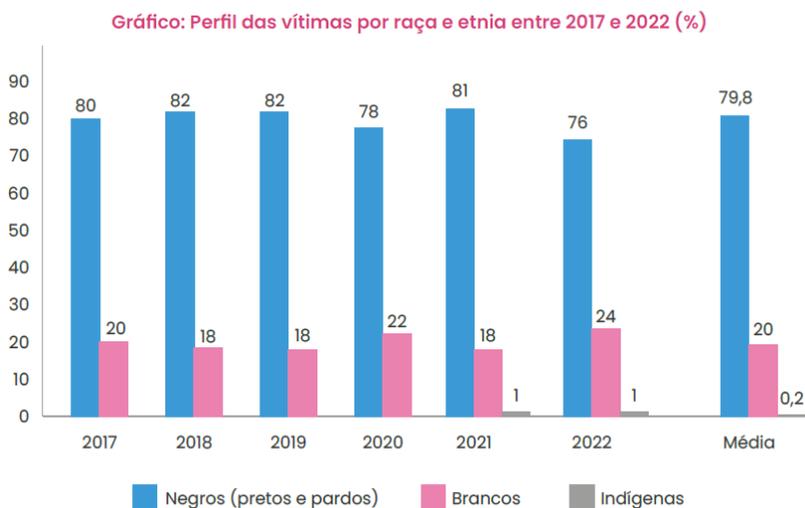
[...] contra pessoas trans empobrecidas que têm pouco acesso às tecnologias de gênero, à saúde, à educação e/ou as políticas públicas, sejam os direitos básicos comuns a toda população ou específicos alcançados pela comunidade trans. Vemos ainda que vivem com poucos recursos financeiros ou estão completamente fora do mercado

formal de trabalho, especialmente quando fazemos um recorte sobre pessoas trans negras, com deficiência e/ou periféricas, esses marcadores colocam uma parcela significativa dessas pessoas em situação de alta vulnerabilidade e precarização de suas existências (ANTRA, 2023, p. 39).

Segundo os dados analisados da ANTRA (2023), é no espaço público onde ocorre o maior número de assassinatos de pessoas trans, sobretudo daquelas que estão na chamada prostituição compulsória.²⁹

Já em relação ao perfil étnico-racial das vítimas, nota-se que a grande maioria dos assassinatos foram de pessoas negras. Segundo a ANTRA (2023), entre 2017 e 2022, “a média de pessoas trans negras assassinadas é de 79,8%, enquanto para pessoas brancas esse índice cai para 20%”. Esse cenário, entretanto, pode ser ainda maior, haja vista a ausência de informações relativas à cor e à etnia das vítimas em grande parte dos casos notificados, o que revela, para além da subnotificação, a falta de qualificação das informações registradas.

Quadro 4 - Perfil das vítimas por raça e etnia entre 2017 e 2022 (%).



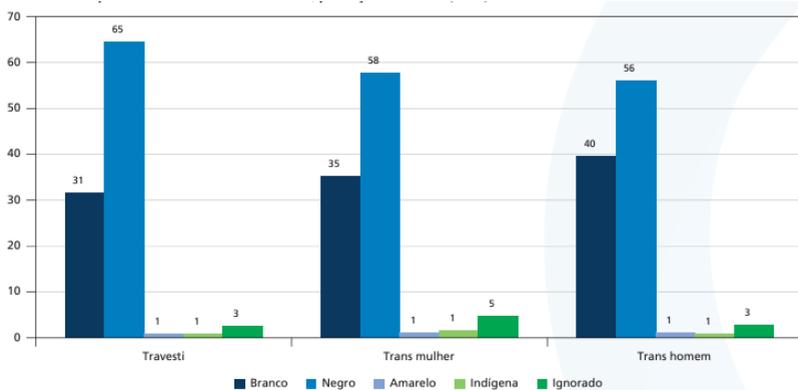
Fonte: ANTRA (2023)

29 A prostituição compulsória [...] é um grande problema que cerceia tantas vidas de tantas travestis e mulheres trans principalmente racializadas espalhadas pelo Brasil, esse mesmo não pode ser tratado de maneira moralista, a se basear por uma falsa régua de ética que ignora nossas transvivências e travestilidades, principalmente quando esses vem inclusive de movimentos de esquerda radical, que muitas vezes continuam culpabilizando os indivíduos e não o sistema que perpetua essa exploração e mercantilização de corpos, nesse caso de mulheres trans e travestis (Quinellato e York, 2023).

Diante dos dados apresentados até aqui, reiteramos a nossa perspectiva teórica ao afirmarmos que a análise crítica da transfobia deve estar articulada à compreensão das dimensões da raça e da classe, aqui não entendidas simplesmente como “marcadores sociais”, mas como dimensões estruturantes da violência transfóbica. Em outras palavras, não é à toa que mulheres trans e travestis negras e pobres são as mais assassinadas, as que mais estão na prostituição e as que mais têm os seus direitos violados por parte do Estado e da sociedade. Pelo contrário, esses dados refletem a necropolítica³⁰ e o racismo estrutural³¹, que, articulado à transfobia e ao cissexismo, promovem uma verdadeira política de extermínio da população trans negra e periférica desse país.

Os dados do SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação, em 2021, também apontaram para uma maior incidência de assassinatos entre pessoas trans negras, em relação às não negras.

Quadro 5 - Perfil de pessoas trans vítimas de violência, por raça/cor - Brasil (2021).



Fonte: SINAN (2021).

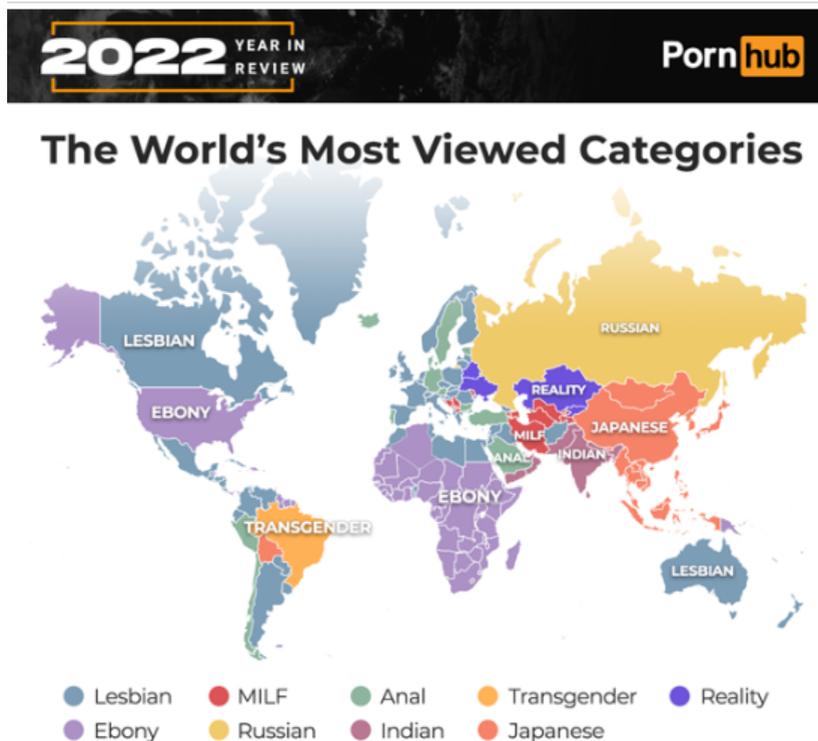
Embora seja o país que mais mata pessoas trans no mundo, também é o “país do carnaval” o país que mais consome pornografia transgênero em sites de conteúdo adulto, o que revela o paradoxo social de uma relação que se expressa por meio do desejo e do ódio. Em 2023, o “Pornhub”, um dos maiores sites de pornografia do mundo, divulgou o seu relatório anual contendo diversos infográficos sobre os rankings

30 O conceito foi criado pelo filósofo e historiador Achille Mbembe. Em linhas gerais, diz respeito às relações de poder socialmente instituídas e que determinam quem “pode vir” e quem “deve morrer”.

31 Segundo Silvio Almeida (2021, p. 50), “[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural”.

de termos, categorias e artistas mais buscados na plataforma no ano de 2022. Segundo o site, a busca pelo termo “trans” cresceu em torno de 75% “[...] tornando-se a 7ª categoria mais popular em todo o mundo. Transgênero foi a categoria mais vista no Brasil e a terceira mais popular nos Estados Unidos e na Itália”³² (tradução nossa).

Quadro 6 - Categorias pornográficas mais visualizadas em cada país.



Fonte: Pornhub (2023).

Outro dado que chama bastante atenção diz respeito ao requinte de crueldade dos crimes. Tiros, facadas, afogamentos, espancamentos e ateamento de fogo estão entre os principais tipos de assassinatos. Se compararmos esses dados com aqueles observados nos crimes de feminicídio, ou seja, nos assassinatos de mulheres cisgêneras em decorrência do gênero, encontraremos semelhanças em relação à forma como os crimes são cometidos.³³ Isso porque, “crimes de ódio com motivações

32 O relatório encontra-se disponível no site: <https://www.pornhub.com/insights/2022-year-in-review#top-seraches-pornstars>

33 Ver “Atlas da Segurança 2023, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA / Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP. Disponível no site: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/atlas-da-violencia-2023/

LGBTIA+fóbicas têm forte influência do patriarcado - e do machismo” (ANTRA, 2023, p. 52), o que nos leva à constatação de que mulheres trans, travestis e demais sujeitos associados ao sexo feminino precisam ser inseridos nas políticas e nos programas de proteção à violência de gênero destinados ao conjunto das mulheres.

A partir da análise dos últimos relatórios publicados pela ANTRA sobre a violência transfóbica no Brasil, é possível identificar diversos elementos comuns. Esses elementos referem-se, sobretudo, ao perfil das vítimas, que permanece o mesmo dos últimos anos.

A maior parte das vítimas é jovem, entre 13 e 29 anos; 89% das vítimas têm até 40 anos; a maioria é negra, empobrecida e reivindicada ou expressa publicamente o gênero feminino; homens trans e pessoas transmasculinas são minoria em crimes de assassinatos/homicídio violentos; travestis e mulheres trans têm até 38 vezes mais chances de serem assassinadas que homens trans, pessoas transmasculinas e pessoas não binárias; entre as vítimas, a prostituição é a fonte de renda mais frequente; estéticas e aparências não-normativas são fatores de alto risco; uma pessoa trans que não fez modificações corporais e não expressa sua inconformidade de gênero explicitamente não confronta a sociedade cis, não estará exposta as mesmas violências que as demais; os crimes ocorrem majoritariamente em locais públicos, principalmente, em via pública, em ruas desertas e à noite; os casos acontecem em sua maioria com uso excessivo de violência e requintes de crueldade [...] (ANTRA, 2023, p. 47).

Os dados apresentados acima trazem muitos elementos para a reflexão. Dentre eles, reiteramos a nossa tese de que a transfobia constitui uma expressão das relações patriarcais de gênero, mais especificamente da opressão ao que socialmente é categorizado como feminino. Para além disso, identificamos que os sujeitos que mais se distanciam dos padrões cissexistas sofrem mais violências e violações de direitos, especialmente pessoas trans negras pobres e profissionais do sexo. Tais constatações nos levam à necessidade de analisar a transfobia em uma perspectiva de totalidade, compreendendo as suas determinações sociais, econômicas e materiais.

É nesse contexto extremamente desafiador, que as políticas sociais para a população trans têm constituído importantes mecanismos por meio dos quais essa população tem conseguido lutar contra a transfobia e acessar direitos, ainda que de forma bastante precarizada e incipiente. Isso porque, como nos afirma Behring (2016, p. 18), as políticas sociais são “produto histórico-social da luta de classes, e como tal se reconfiguram, acompanhando os movimentos do trabalho do capital e seus impactos sobre o Estado”.

No mesmo entendimento, Pereira (2008) nos afirma que as políticas sociais são aquelas cuja política de ação visa atender necessidades sociais cuja resolução extrapola a iniciativa privada e individual, demandando ações coletivas regidas pelo princípio da justiça social.

Sabemos que o surgimento das políticas sociais está diretamente relacionado à luta de classes, que se dá, por sua vez, no movimento de ascensão do sistema capitalista. É no contexto de agudização das desigualdades sociais e econômicas engendradas por esse sistema, que o Estado passa, então, a intervir.

É nesse sentido que, na dinâmica de uma sociedade capitalista, as políticas sociais elaboradas e implementadas nas mais diferentes áreas carregam as marcas próprias desse sistema. São políticas que possuem limites estruturais e que se inserem no campo da contradição e da correlação de forças próprias da luta de classes. Em outras palavras, embora sejam importantes no que se refere à viabilização de direitos básicos (como saúde, educação e moradia), contribuem para a manutenção da ordem burguesa.

Desse modo, consideramos que a atuação do Serviço Social nas políticas sociais para a população trans se dá em um campo de contradições. Se, por um lado, tais políticas contribuem para a manutenção da ordem vigente, por outro, são importantes por concederem condições mínimas de sobrevivência a essa população.

5. Serviço Social e a Luta contra a Transfobia

O presente capítulo, tem como objetivo apresentar elementos para a reflexão sobre a inserção da temática da transfobia no Serviço Social brasileiro. Para tanto, traz uma pesquisa bibliográfica e documental sobre os principais marcos históricos e legais da discussão na profissão.

5.1 O Projeto Ético-Político do Serviço Social e a Agenda da Diversidade Sexual e de Gênero: desafios e possibilidades

Como se deu a inserção da temática da transfobia na agenda do Serviço Social brasileiro? Quais sujeitos estiveram na vanguarda do processo histórico de luta pela incorporação das agendas sobre diversidade sexual e de gênero no projeto ético-político da profissão? Quais os desafios e possibilidades que se apresentam à prática profissional no atendimento à população e no combate à transfobia? Essas são algumas das questões propostas nesse tópico, que traz, dentre outros elementos, uma pesquisa documental sobre os principais eventos, campanhas e documentos produzidos pelas entidades representativas da categoria em matéria de combate aos preconceitos de gênero e sexualidade. Consideramos esse resgate histórico primordial para o entendimento dos principais desafios e possibilidades que se apresentam à profissão, diante da necessidade de enfrentamento à transfobia e da defesa dos direitos da população trans na contemporaneidade.

As bases que irão estruturar o que hoje conhecemos como Projeto Ético-Político do Serviço Social surgem na segunda metade da década de 1970, durante o movimento de reconceituação³⁴, sobretudo a partir da perspectiva de intenção de ruptura³⁵, momento em que ocorre a maior aproximação da profissão com o referencial crítico da teoria marxista.

Naquele contexto histórico, em plena efervescência da ditadura militar, as/os assistentes sociais se reconhecem como parte da classe tra-

34 O Movimento de Reconceituação do Serviço Social ocorreu na América Latina, a partir da década de 1960, e diz respeito à revisão das bases teóricas e ao redimensionamento da intervenção das/os assistentes sociais diante dos sujeitos e de suas relações. Para maior aprofundamento sobre a temática, ver Netto (2017): “Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”.

35 Segundo Netto (2018), a intenção de ruptura é uma das vertentes do movimento de reconceituação do Serviço Social brasileiro e tem, como marco, a realização de III CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, também conhecido como “Congresso da Virada”, realizado em 1979. No âmbito da produção teórica, também destacamos a publicação, em 1982, do livro *Relações sociais e Serviço Social no Brasil - esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, de Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho

balhadora e se inserem nas grandes mobilizações e lutas sociais, assumindo um posicionamento de ruptura com o conservadorismo e em defesa da democracia.

Segundo Netto (1999, p. 1), o Projeto Ético-Político do Serviço Social-PEPSS:

[...] tem uma história que não é tão recente, iniciada na transição da década de 1970 à de 1980. Este período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional. É neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político.³⁶

Gestado no processo de redemocratização do país, o PEPSS representa o compromisso ético da profissão com a defesa dos direitos da classe trabalhadora e com o reconhecimento da pluralidade e da diversidade humana na constituição da luta de classes, na busca pela construção de uma sociedade igualitária.

Tendo a liberdade como valor ético-central, o projeto se consolida na década de 1990, em sua dimensão jurídico-política, com a aprovação da Lei de Regulamentação da Profissão e do Código de Ética da/o Assistente Social em 1993. Como nos afirma Marcelo Braz (2009, p. 98), o projeto encontra-se em construção, porém “fortemente tensionado pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma nova reação conservadora no seio da profissão”.

Ao revisitarmos o processo histórico de renovação do Serviço Social brasileiro, identificamos que foram muitas as lutas travadas no tocante à busca pelo rompimento com as bases conservadoras da profissão. Até os dias atuais, o conservadorismo se faz presente na atuação profissional nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, impactando diretamente na qualidade dos serviços prestados à população usuária.

No tocante à pauta da diversidade sexual e de gênero, Ferreira (2017) nos afirma que o viés conservador que marcou a profissão, desde a sua gênese até meados da década de 1970, foi um dos responsáveis pela incorporação tardia da temática no âmbito da prática profissional e da produção acadêmica.

A raiz conservadora da profissão, aliás, é o que pode explicar esse grande processo de invisibilização do tema no interior do Serviço Social - por exemplo, o primeiro artigo científico brasileiro sobre a população transgênero (isto é,

36 Texto redigido em 1999 e originalmente publicado no módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social (Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999).

de travestis e transexuais) na área do Serviço Social pertence aos anos 2000, duas décadas depois do surgimento dessa discussão na ciência e dez anos depois das primeiras produções sobre o tema. (Ferreira, 2017, p. 27).

Discordamos do autor quanto à incorporação tardia da temática pela profissão, pois havemos de considerar o fato de que o Serviço Social constitui uma profissão “inscrita na divisão social e técnica do trabalho” (Iamamoto, 1982), portanto, inserida em uma lógica mais ampla. Assim como as demais áreas, o Serviço Social também está sujeito à incorporação de discursos e de práticas conservadoras próprias da dinâmica de uma sociedade cisheteropatriarcal. Desse modo, atribuir um caráter tardio a tal aproximação nos parece equivocado por deslocar a análise da profissão do contexto sócio-histórico e político no qual ocorreu o seu desenvolvimento.

Para Ferreira (2017), a ausência de políticas públicas e de programas institucionais voltados à população LGBTQIA+ também contribuiu para a invisibilização do tema no interior da categoria, inclusive, no âmbito da formação profissional, haja vista a insuficiência de discussões sobre diversidade de gênero e sexualidade nos currículos dos cursos de Serviço Social.

[...] Esse fato possui intrínseca relação, também, com o Serviço social ser uma área que tende mais a aguardar a institucionalização dos fenômenos sociais (materializados, por exemplo, em ações do governo, planos, programas e projetos que reverberem em políticas públicas) do que antecipar e acompanhar a sua institucionalização. Isso porque é uma área que tem como característica produzir conhecimento majoritariamente para qualificar sua prática profissional. Assim, sem políticas instituídas para a população LBGTI, a profissão acabou invisibilizando essas pessoas, tanto em termos acadêmicos e da formação profissional quanto em relação às possibilidades da intervenção social (Ferreira, 2017, p. 27).

Entretanto, a partir da década de 1980, momento em que ocorre uma maior aproximação do Serviço Social com a teoria social crítica, já identificamos as bases que darão sustentação para a atuação mais sistemática de assistentes sociais junto a ONG's e movimentos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Já na década seguinte, destacamos a realização de eventos e campanhas alusivas à temática por parte das entidades representativas da profissão (Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS, ENESSO, etc.). Destacamos, também, a produção de um conjunto relativamente vasto de documentos e de resoluções que visam orientar a atuação das/os assistentes sociais junto à população usuária.

Quadro 7 - Marcos da discussão sobre diversidade sexual e de gênero no Serviço Social.



Fonte: Autora (2023).

Nessa trajetória histórica e política, ressaltamos a importância da atuação de profissionais, estudantes, coletivos de sujeitos e de movimentos sociais que estiveram na vanguarda dos processos de luta pelos direitos da população LGBTQIA+, e que contribuíram significativamente para a incorporação da temática pelo Serviço Social.

Destacamos, também, a atuação de assistentes sociais trans (transvestis e transexuais) que estiveram presentes em mesas de debate, bem como nos grupos de estudos e pesquisas e na idealização das campanhas promovidas pela categoria. Consideramos que o protagonismo desses atores foi - e até hoje é - essencial para o entendimento não só da transfobia, mas do cissexismo e do heterossexismo, como sistemas de opressão e exploração apropriados pela ordem do capital e, portanto, como expressões da questão social.

Nos subtópicos a seguir, trazemos uma breve análise daqueles que consideramos serem os principais marcos legais e políticos que contribuíram para o aprofundamento do debate ético e dos direitos humanos na profissão, sobretudo, em relação à luta contra a transfobia, nosso objeto de estudo.

5.1.1 O Código de Ética da/o Assistente Social de 1993

Um dos principais avanços para a materialização do projeto ético-político em relação à pauta dos direitos humanos no Serviço Social foi a aprovação do Código de Ética da/o Assistente Social de 1993. Para além de um dispositivo jurídico-normativo, o documento compreende um conjunto de princípios e de valores que se articulam a um projeto emancipatório de sociedade, ou seja, livre de quaisquer formas de opressão e exploração.

Ao revisitarmos a história da profissão, veremos que o primeiro código de ética a trazer explicitamente uma perspectiva crítica em seu texto foi o Código de Ética Profissional de 1986. Vale lembrar que os códigos anteriores (1947, 1965 e 1975) apoiavam-se nos pressupostos do neotomismo e do positivismo, perspectivas teóricas e filosóficas que influenciaram o Serviço Social, desde a sua gênese até o movimento de reconceituação.

O conjunto das conquistas efetivadas no CE de 1986 pode assim ser resumido: o rompimento com a pretensa perspectiva “imparcial dos Códigos anteriores; o desvelamento do caráter político da intervenção ética; a explicitação do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de “pessoa humana”; a negação de valores a-históricos; a recusa do compromisso velado ou explícito com o poder instituído. A partir de 1986, o CE passa a se dirigir explicitamente ao compromisso profissional com a realização dos direitos e das necessidades dos usuários, entendidos em sua inserção de classe (CFESS, 2012, p. 48).

No Código de Ética de 1986, explicita-se o posicionamento do Serviço Social em favor da classe trabalhadora, momento em que a categoria profissional também passa a se reconhecer como tal. Esse avanço foi favorecido pelo próprio contexto político da época, que observava a efervescência das lutas sindicais, em meio ao processo de redemocratização do país.

Embora não seja o primeiro situado em uma perspectiva crítica, o Código de Ética de 1993 avança em relação ao de 1986, ao trazer alterações substanciais para a conduta em relação às questões de gênero e de diversidade sexual. Consideramos importantes três alterações presentes na revisão desse código realizada em 2011: o reconhecimento da linguagem de gênero (masculino-feminino) em todo o texto, uma modificação, sobretudo, de caráter político, haja vista a profissão ser constituída majoritariamente por mulheres; a substituição do termo “opção sexual” por “orientação sexual” e a inclusão, no princípio XI, da expressão “identidade de gênero” (CFESS, 1993).

Em fevereiro de 2011 o CFESS lançou a 9ª edição do Código de Ética do/a Assistente Social, que incorpora alterações aprovadas no 39º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, realizado em setembro de 2010 em Florianópolis (SC). Estas alterações se referem à incorporação das novas regras ortográficas da língua portuguesa e à numeração sequencial dos princípios fundamentais do Código e, ainda, ao reconhecimento da linguagem de gênero em todo o texto. Houve também mudanças de nomenclatura, com a substituição do termo “opção sexual” por “orientação sexual”, incluindo ainda no princípio XI a “identidade de gênero”, seguindo entendimento político dos movimentos sociais e entidades que atuam na defesa da liberdade de orientação e expressão sexual e do feminismo (CFESS, 2011).

Em relação à atuação junto à população trans, destacamos a relevância do princípio XI, por trazer o reconhecimento da dimensão da identidade de gênero na constituição dos sujeitos sociais. Tal alteração contribui para o debate necessário em torno da separação entre as categorias “orientação sexual” e “identidade de gênero”, tema que é, constantemente, alvo de confusões e de injunções por parte de setores conservadores e fundamentalistas religiosos. O reconhecimento da identidade de gênero de transexuais e travestis pressupõe, dentre outras questões, a adequação dos pronomes e demais formas de tratamento dos sujeitos de acordo com suas identidades e o respeito ao nome social, conquistas que serão alcançadas alguns anos mais tarde.

Ainda no Código de 1993, destacamos dois princípios importantes para a reflexão sobre a prática profissional em relação à pauta da diversidade humana. No princípio de número VI, encontramos a necessidade do “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 1993).

Como já vimos, os preconceitos são construídos socialmente e reproduzidos por meio da ideologia a partir dos interesses das classes dominantes, portanto, possuem bases materiais. Neste sentido, a discussão das diferenças expressa no código perpassa pela formação da consciência dos sujeitos em relação à desnaturalização das relações de opressão e exploração que estruturam o cisheteropatriarcado, na busca pela construção de uma sociedade anticapitalista.

Por fim, destacamos o princípio de número XI, que traz normatizações em relação ao exercício da profissão “[...] sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 1993). Esse princípio consolida o compromisso do Projeto Ético-Político do Serviço Social com o combate às

opressões e explorações dos sujeitos e grupos que, historicamente, são perseguidos em razão de características constitutivas da própria diversidade humana.

5.1.2 GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades

O Grupo de Trabalho e Pesquisa “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades” foi criado em 2010, durante a realização do XII ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, no Rio de Janeiro. Em 2014, o GTP publicou um relatório³⁷ com a síntese dos resultados das pesquisas dos últimos anos, que constataram, dentre outros pontos, o aumento das produções sobre gênero naquele período. Em contrapartida, verificou-se que os estudos e pesquisas sobre as questões de raça/etnia, geração e sexualidades ainda careciam de investimentos, dada a baixa procura por aquelas temáticas no Serviço Social.

Como uma estratégia coletiva para o fortalecimento das discussões referentes às temáticas de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades na profissão, o GTP contou com as contribuições de pesquisadoras/es de diferentes instituições, dada a própria abrangência da sua proposta.

O Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades constituiu-se como um espaço de elaboração, produção e circulação do conhecimento de forma articulada com as problemáticas em tela, visto que as dimensões de exploração e opressão são estruturantes da sociabilidade do capital, intrinsecamente articuladas à dimensão de classe (ABEPSS, 2014, p. 233).

Dadas as suas particularidades, cada ênfase do GTP contou com ementas individuais, que traziam temáticas específicas discutidas em cada área. Como objeto de análise dessa pesquisa, destacamos as ementas das ênfases em gênero e sexualidades, encontradas no relatório publicado em 2014:

37 O relatório contém 21 páginas e reúne sínteses de pesquisas e avaliações referentes às temáticas abordadas no GTP, bem como ações de planejamento e estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa. O documento encontra-se disponível no site da ABEPSS, no link: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/gtp-genero-relatorio-gtp-2015-ultima-versao-201808221711312603580.pdf>

a) Gênero: Divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico, reprodução social no capitalismo; Condição social das mulheres e políticas públicas. Violência contra mulher e a Lei Maria da Penha: atualidade e desafios. Feminismo: teoria, história, debates e dilemas estratégicos na contemporaneidade. Feminismo e Serviço Social. [...] d) Sexualidades: Diferentes expressões de homofobia e sexismo. Diversos arranjos familiares e opressões associadas às sexualidades não hegemônicas e às múltiplas expressões de feminilidade e masculinidade. Violações dos direitos sexuais no campo dos direitos humanos. Políticas públicas, gênero, sexualidade e serviço social. Movimentos sociais de enfrentamento à homofobia e ao sexismo (ABEPSS, 2013).

Consideramos que uma das grandes contribuições do GTP consistiu no fortalecimento do debate sobre a importância da oferta de disciplinas relacionadas às temáticas de gênero, raça/etnia, sexualidade e geração no curso de Serviço Social. Tal necessidade foi amplamente discutida, em 2014, na Assembleia da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPPS), realizada em Natal-RN, por ocasião do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), momento em que, por unanimidade, foi aprovada a inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório nos cursos de graduação, no tocante às temáticas relacionadas às relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração.³⁸

Reiteramos a importância de ofertar disciplinas nos cursos de graduação em Serviço Social, que abordem as temáticas de gênero, raça/etnia, sexualidade e geração, antes ou concomitante às disciplinas de estágio supervisionado, observando ainda ser essencial garantir pelo menos uma disciplina obrigatória que aborde a temática do GTP (ABEPSS, 2013).

Embora compreendamos que esse debate deve passar todo o currículo, uma vez que a questão social, objeto de intervenção do Serviço Social, é estruturada por relações de sexo, raça e classe, consideramos um importante avanço diante da necessidade de construção de uma formação profissional crítica e comprometida com os princípios definidos no nosso atual projeto ético-político.

38 Ver GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades - ABEPSS, 2014.

5.1.3 Campanha “O amor fala todas as línguas”

A campanha “O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual” foi lançada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em parceria com os Conjuntos Regionais de Serviço Social (CRESS) em julho de 2006. Antes do seu lançamento, entretanto, O CFESS desenvolveu algumas estratégias de preparação para a campanha, dentre elas:

Por meio da Comissão de Ética e Direitos Humanos (CEDH/CFESS), promoveu estudos sobre direitos humanos e as particularidades do direito à liberdade de orientação e expressão sexual, com o objetivo de discutir, com toda a diretoria do Conselho, os fundamentos teórico-ético-políticos para o entendimento da diversidade humana e, em particular, da diversidade sexual; participação do CFESS no 2º Fórum Social Brasileiro, realizado em abril de 2006 em Recife (PE) [...]; discussão temática, no Pleno do CFESS, sobre liberdade de orientação e expressão sexual, considerando: reflexões sobre a violação dos direitos humanos dos segmentos LGBT [...]; elaboração do projeto da campanha, em parceria com o Instituto em Defesa da Diversidade Sexual (Divas/PE), contemplando: as razões históricas de violação de direitos da população LGBT; objetivos; metodologia e metas (CFESS, 2017, p. 102).

Aprovada durante o 34º Encontro Nacional CFESS-CRESS, a campanha foi pensada com o propósito de contribuir para a desconstrução do heterossexismo, ou seja, para a desnaturalização da heterossexualidade como a única expressão legítima da sexualidade humana. Como recurso ideológico do cisheteropatriarcado, o heterossexismo contribui para a compreensão social da heterossexualidade como um padrão natural e universal da sexualidade humana, enquanto as expressões de amor/afeto entre pessoas do mesmo sexo seguem sendo vistas como desviantes, ou antinaturais.

Desse modo, nessa sociabilidade, os sujeitos cujas expressões de sexo/gênero, raça e classe fogem aos padrões socialmente impostos pela ideologia dominante passam a sofrer diversos tipos de violências e violações de direitos.

Foram objetivos da campanha:

[...] sensibilizar a categoria das/os Assistentes Sociais e a sociedade para o debate em torno da livre orientação e expressão sexual como direito humano; contribuir para o aprimoramento profissional por meio do debate sobre a sexualidade humana como uma dimensão da individualidade e que, portanto, necessita ser reconhecida em sua diversidade de expressões: heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade e contribuir para garantia do

respeito à diversidade humana nos espaços institucionais de atuação e na formação profissional em Serviço Social (CFESS, 2006).

Segundo Mesquita e Matos (2012), a campanha não foi recebida com tranquilidade por toda a categoria. Na época do seu lançamento, alguns segmentos indagaram o porquê da escolha da temática. Os pesquisadores afirmam que tomaram conhecimento da existência de polêmicas envolvendo assistentes sociais que chegaram a realizar votações sobre a exposição ou não dos materiais informativos da campanha. O argumento era de que “havia temas mais importantes a serem tratados, que era uma campanha inadequada e que o CFESS não tinha que se envolver com tais questões” (p. 132).

A resistência por parte desses segmentos nos leva a refletir sobre a dimensão ética do exercício do Serviço Social, bem como sobre o nosso atual projeto ético-político, que tem, como um de seus princípios, a luta contra todas as formas de preconceito. No entanto, havemos de considerar que, embora tenhamos uma formação profissional articulada à luta pela construção de uma sociedade humanamente emancipada, livre de todas as formas de opressão e exploração, não estamos imunes à ideologia cisheterossexista. A socialização primária em meio conservador e a cooptação por discursos religiosos de base fundamentalista são exemplos de fatores que dificultam a formação da consciência anti-lgbtfóbica e que podem influenciar a conduta das/os profissionais em relação a pautas que ainda são vistas como tabus pela sociedade.

E neste sentido é fundamental o entendimento de que não nascemos assistentes sociais. Nos tornamos assistentes sociais, e este movimento de tornar se é histórico, é diverso na história de cada um/uma de nós. Temos que considerar aqui a necessária temporalidade para gestar, seja o profissional assistente social em sua dimensão individual, seja o coletivo da categoria profissional. Do ponto de vista da formação individual do profissional, o processo tem início no curso de graduação em Serviço Social, mas esse tempo se amplia por meio da participação política dos estudantes e posteriormente nas inserções em nível de Pós-graduação, nas experiências profissionais cotidianas e inserção em espaços de representação e organização política. Não podemos esquecer que a maioria dos(as) assistentes sociais, ao entrar na universidade, possuía projetos voltados para as necessidades do “eu”, com aspirações e buscas ensimesmadas na própria singularidade (Santos, 2010, p. 704).

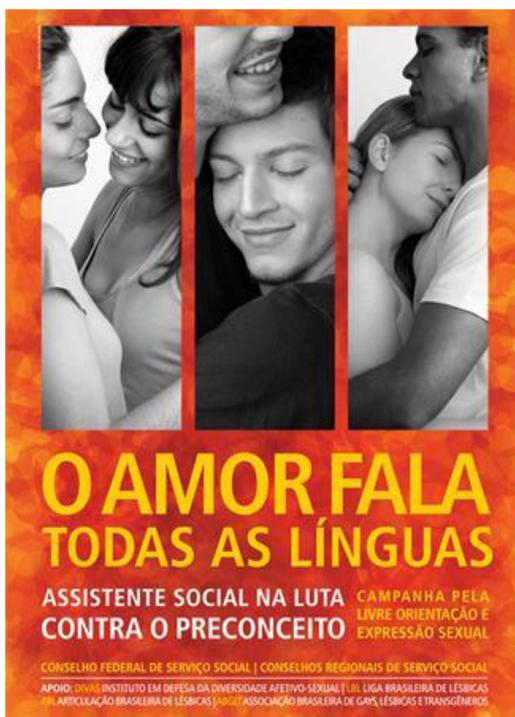
A categoria de assistentes sociais, assim como as demais profissões, não está imune à ideologia cisheterossexista. Assim, tendemos a reproduzir discursos e práticas preconceituosas em nossos espaços

sócio-ocupacionais, o que nos leva à necessidade de reflexão constante sobre a dimensão ética do nosso exercício profissional.

Embora tenhamos construído, ao longo das últimas décadas, um projeto político profissional de caráter contra-hegemônico, centrado no princípio da liberdade, seguimos com o desafio de materializá-lo nos diferentes espaços sócio-ocupacionais em que atuamos. Isso porque a direção social do Serviço Social segue sendo alvo de disputas por setores conservadores no seio da profissão, a exemplo do movimento que ficou conhecido como Serviço Social Libertário.³⁹

Compreendemos que a campanha, um dos principais marcos da incorporação da discussão sobre diversidade sexual na profissão, contribuiu para a sensibilização das/os profissionais e das instituições sobre a necessidade de combate à LGBTfobia e sobre o compromisso do Serviço Social com a luta pelos direitos da população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transsexuais.

Figura 1 - Cartaz de divulgação da campanha.



Fonte: CFESS (2007).

39 Ver “Renovação” do Serviço Social brasileiro: um continuum à ofensiva conservadora. Cisne, Cantalice e Araújo (2020).

Lúcia Barroco, ex-conselheira do CFESS e uma das grandes referências no debate sobre ética no Serviço Social, ressaltou a importância da campanha por seu caráter inovador.

Quero enviar meus parabéns ao conjunto CFESS-CRESS pela campanha: “Assistente Social na luta contra o preconceito, campanha pela livre orientação e expressão sexual”. Essa campanha vem somar-se a outras iniciativas de combate à discriminação e ao preconceito, como a campanha contra o racismo, lançada recentemente. Gostaria de chamar a atenção para o fato de que considero essa campanha diferente. Porque de forma diversa de outras, que foram legitimadas naturalmente pela categoria, essa toca em uma questão que é tabu para grande parte da sociedade: o amor entre pessoas do mesmo sexo, ou a livre escolha sexual entre pessoas do mesmo sexo (2007, p. 6).⁴⁰

Sâmya Rodrigues Ramos, professora de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN e vice-presidente regional NE da ABEPSS à época, também destacou a compatibilidade da campanha com os princípios defendidos pelo nosso atual projeto ético-político.

Parabéns ao CFESS pelo lançamento da Campanha O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito. A ousadia e beleza dessa campanha expressam a defesa dos nossos princípios ético-políticos, além de fortalecer os segmentos sociais que lutam pelo fim de todos os tipos de opressão engendrados pela sociabilidade do capital. Todos(as) estamos de parabéns por essa rica iniciativa de publicizar tema tão relevante para a luta por direitos e liberdade!⁴¹

À época, a campanha contou com diversas entidades como parceiras, dentre elas: o Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual – DIVAS, a Liga Brasileira de Lésbicas – LBL, ABL- a Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL e a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros ABGLT.

Sem dúvida, uma das principais conquistas da campanha foi a aprovação, no dia 03 de junho de 2006, da resolução CFESS nº 489/2006, publicada no Diário Oficial da União em 07 de junho de 2006.⁴² Dentre outras normatizações, a resolução veda a discriminação por orientação e expressão sexual no exercício do Serviço Social.

40 Trecho extraído da publicação CFESS Manifesta de 2007 referente ao lançamento da campanha.

41 Id.

42 Ver subitem 4.1.4.

Figura 2 - Mesa alusiva à campanha no Rio de Janeiro.



Fonte: CFESS (2007).

Por fim, compreendemos a importância da campanha em vários aspectos: 1) a sua abrangência: suas ações foram realizadas em todos os estados sob responsabilidade dos CRESS; 2) a articulação promovida junto às entidades e movimentos sociais voltados à defesa de liberdade sexual e identidade de gênero; 3) o fortalecimento do debate sobre a dimensão ética do exercício profissional no Serviço Social, sobretudo no que se refere à luta contra todas as formas de preconceito e de discriminação.

5.1.4 Resoluções do Conjunto CFESS-CRESS

O Conselho Federal de Serviço Social - CFESS constitui uma autarquia pública federal que tem como função, normatizar, orientar, fiscalizar e defender o exercício do Serviço Social em todo o Brasil.⁴³ O CFESS atua em conjunto com os CRESS - Conselhos Regionais de Serviço Social, à luz da Lei de nº 8.662/93, que regulamenta a profissão de assistente social no país.

Para além da sua função jurídico-normativa, o conjunto CFESS-CRESS tem realizado, ao longo das últimas décadas, um importante trabalho de aprofundamento do debate sobre a ética no exercício profissional. Esse debate tem ocorrido por meio da realização de GTP's (Grupos de Trabalho e Pesquisa), campanhas, capacitações, dentre ou-

tras atividades que têm contribuído para a sensibilização da categoria - e da sociedade como um todo - sobre as temáticas referentes à diversidade humana.

Em relação à pauta da diversidade sexual e de gênero, o CFESS conta com algumas resoluções que orientam a atuação das/os assistentes sociais no atendimento à comunidade LGBTQIA+ e no combate às expressões da questão social que impactam diretamente na vivência da cidadania dessa população.

A resolução nº 489/2006, de 2006, por exemplo, caminha na pauta dos direitos humanos, ao reafirmar a necessidade de uma atuação profissional crítica e comprometida com a liberdade e a livre expressão da sexualidade humana. A resolução coíbe, no exercício da profissão, práticas preconceituosas e discriminatórias cometidas em razão da orientação sexual das/usuárias/os.

Art. 1º O assistente social no exercício de sua atividade profissional deverá abster-se de práticas e condutas que caracterizem o policiamento de comportamentos, que sejam discriminatórias ou preconceituosas por questões, dentre outras, de orientação sexual (CFESS, 2006).

O documento também afirma que é dever das/os assistentes sociais promover a reflexão ética sobre os valores da liberdade e do respeito à orientação sexual dos sujeitos, contribuindo para eliminar situações de preconceito e/ou discriminação nos seus espaços sócio-ocupacionais.

O assistente social deverá contribuir para eliminar, no seu espaço de trabalho, práticas discriminatórias e preconceituosas, toda vez que presenciar um ato de tal natureza ou tiver conhecimento comprovado de violação do princípio inscrito na Constituição Federal, no seu Código de Ética, quanto a atos de discriminação por orientação sexual entre pessoas do mesmo sexo. (CFESS, 2006).

Outra resolução importante é a de nº 615/2011, que dispõe sobre a “inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional” (CFESS, 2011). Segundo a resolução, passam as/os assistentes sociais, travestis, transgêneros e transexuais a terem assegurado o direito à utilização de seus nomes sociais nas carteiras de identidade profissional, bem como de serem tratadas/os com o pronome que considerem mais adequado à sua identidade de gênero.

Torna-se permitida, ainda, a assinatura do nome social junto ao número de registro profissional, além da utilização, em crachás, apenas do nome social. Considerando que o não reconhecimento do nome social constitui uma das violações de direitos a que pessoas trans estão sujeitas até os dias atuais, a resolução continua se afirmando como um instrumento legal de garantia de direitos dessa população.

Já a resolução CFESS nº 845, de 2018, representa um avanço importante no que diz respeito ao atendimento das demandas do público *trans*, ao trazer orientações sobre o processo transexualizador.⁴⁴ Segundo a resolução, é competência da/o assistente social “[...] prestar acompanhamento a sujeitos que buscam as transformações corporais em consonância com suas expressões e identidade de gênero” (CFESS, 2018).

Ao considerarmos o fato de que a expectativa de vida de uma pessoa *trans* no Brasil é de apenas 35 anos⁴⁵ e que muitos desses sujeitos arriscam as suas vidas ao se submeterem a processos de hormonização sem acompanhamento multiprofissional, compreendemos a importância dessa resolução, bem como da necessidade de uma atuação profissional ética e comprometida com a efetivação do direito à saúde dessa população.

5.1.5 Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans

Um dos marcos históricos para o Serviço Social brasileiro em relação à defesa dos direitos da população *trans* e ao combate à transfobia foi a realização do “Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero”, ocorrido na cidade de São Paulo, nos dias 11 e 12 de junho de 2015. A realização do evento foi uma deliberação do 43º Encontro Nacional do conjunto CFES-S-CRESS (Conselhos Federal e Regional de Serviço Social).

Figura 3 - Cartaz de divulgação do seminário.



Fonte: CFESS (2020).

44 Instituído em 2008, o processo transexualizador é realizado no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS e garante o acesso a procedimentos como a hormonização, cirurgias de modificação corporal e genital, bem como acompanhamento multiprofissional para pessoas *trans*.

45 Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 2021.

O Seminário contou com a formação de quatro mesas: “transdiversidade, direitos e serviço social; o processo transexualizador no SUS (Sistema Único de Saúde) e questões para o exercício profissional do Serviço Social; sexualidades e expressões de gênero na infância e na adolescência e demandas da população trans para as políticas públicas e para o Serviço Social”, além das mesas da abertura e de encerramento. (CFESS, 2015).

A mesa de número 1 teve, como palestrantes, Guilherme Almeida e Silvana Mara de Moraes Santos, que trouxeram importantes reflexões sobre a história do Serviço Social no que diz respeito à agenda da ética e dos direitos humanos. Partindo de uma perspectiva crítica, o e a palestrante dialogaram sobre as principais conquistas e desafios vivenciados na luta pelos direitos da comunidade LGBTQIA+, bem como sobre os avanços éticos na profissão, no que diz o atendimento dessa população.

Figura 4 - Seminário Serviço Social e Diversidade Trans (Mesa 1).



Mesa 1, da esquerda para direita: Silvana Mara de Moraes Santos, Tânia Diniz, Guilherme Almeida e Marcia Heloísa de Oliveira (foto: Assessoria de Comunicação/CFESS)

Fonte: CFESS (2020).

A mesa de número 2, por sua vez, contou com a participação das profissionais Flávia do Bonsucesso Teixeira, Liliane de Oliveira Caetano e Márcia Cristina Brasil dos Santos, que dialogaram sobre “o processo transexualizador no SUS e questões para o exercício profissional do Serviço Social” (CFESS, 2020). A despatologização das identidades trans, a precarização das políticas sociais e a dificuldade de acesso ao processo transexualizador foram temas abordados na mesa.

Figura 5 - Seminário Serviço Social e Diversidade Trans (Mesa 2).



Mesa 2, da esquerda para direita: Flávia Teixeira, Liliâne Caetano, Sandra Teixeira, Patrícia da Silva e Márcia Cristina Brasil dos Santos (foto: Assessoria de Comunicação/CFESS)

Fonte: CFESS (2020).

Vanessa Leite e Elizabeth Arabage estiveram à frente da mesa 3, que tratou sobre a forma como as discussões referentes às temáticas da sexualidade, diversidade sexual e de gênero são abordadas pelas instituições sociais de atendimento à criança e ao adolescente. Destacamos a atualidade do debate realizado na mesa, que, após nove anos, continua em evidência, sobretudo em torno das polêmicas criadas por setores conservadores e anti-trans, que tentam convencer a sociedade de que crianças trans não existem.

Figura 6 - Seminário Serviço Social e Diversidade Trans (Mesa 3).



Mesa 3, da esquerda para direita: Elizabeth Arabage, Marlene Merisse, Daniela Barboun e Vanessa Leite (foto: Assessoria de Comunicação/CFESS)

Fonte: CFESS (2020).

Já a 4ª mesa do evento contou com a presença de Cristina Brites, Fernanda Benvenutty, Amanda Palha e Luciano Palhano, que refletiram sobre as particularidades dos diferentes segmentos da população LGB-TQIA+, que é diversa. Participação política, luta por respeito e reconhecimento legal, invisibilização e constrangimento foram temas abordados durante a realização da mesa.

Figura 7 - Seminário Serviço Social e Diversidade Trans (mesa 4).



Mesa 4, da esquerda para direita: Luciano Palhano, Cristina Brites, Solange Moreira, Júlio César de Andrade, Fernanda Benvenutty e Amanda Palha (foto: Assessoria de Comunicação/CFESS)

Fonte: CFESS (2020).

Luciano Palhano, homem trans e palestrante da última mesa, menciona que um dos principais desafios encontrados pela população “T” na atualidade reside no fato de que, via de regra, as políticas públicas são pensadas dentro de uma lógica binária (homem-mulher) e cisgênera. Em sua fala, o palestrante cita vários casos reais em que os corpos trans são invisibilizados nas políticas de atendimento às/aos usuárias/os.

Na saúde, temos o caso de um menino trans que está com câncer de mama. Eu até escrevi para o Ministério da Saúde sobre esse caso, pedindo socorro. Ele fez várias cirurgias. Eu fico procurando ajuda, porque as políticas públicas não dão conta. O que motivou a procura de ajuda foi o fato de ele ter sido encaminhado para um hospital de referência da mulher aqui em São Paulo, o Pérola Byington. Ele foi tratado na maioria do tempo como mulher. Então, a pessoa que está vulnerável, porque está com câncer, e precisa de um tratamento especializado, ainda tem que passar pelo constrangimento de pedir para ser respeitado como homem num hospital de referência da mulher. Isso é de um constrangimento que, às vezes, não conseguimos

medir. Você ter que, na sua vulnerabilidade, com câncer, precisando de tratamento e ter que chegar e falar: “Olha, eu estou aqui, mas eu não sou mulher, então não me trata como mulher”. Esse foi o primeiro aspecto que dificultou muito o processo de tratamento dele.⁴⁶

No relato acima, compreendemos que a invisibilização dos corpos trans dialoga com uma lógica cissexista, que obstaculiza o acesso de uma população já vulnerabilizada a direitos básicos, como o da saúde. Assim, consideramos que uma das possibilidades para a atuação do Serviço Social está situada na dimensão pedagógica do exercício profissional. Por meio de ações socioeducativas, tais como rodas de conversa, palestras, oficinas temáticas, dentre outras, as/os assistentes sociais têm a possibilidade de contribuir com a socialização de informações em prol da desnaturalização da cisgenderidade, tida como universal.

Em outras palavras, independentemente do espaço sócio-ocupacional em que esteja inserido, a/o profissional do Serviço Social deve combater os preconceitos de gênero e sexualidade que estão no cerne das violências e violações de direitos que acometem a população LGBTQIA+, tal como preconizado na resolução CFESS nº 489/2006, vista no item anterior.

Na mesma perspectiva, cabe à/o profissional do Serviço Social estimular a participação das pessoas trans nas políticas e serviços em que estejam inseridas, como cita Guilherme Almeida, homem trans e professor de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em recomendação feita em uma das mesas do “Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans”:

A sexta recomendação é estimular a participação política das pessoas trans. Somos sujeitos e precisamos ser estimulados/as nos serviços em que os/as assistentes sociais atuam, seja nas universidades ou em quaisquer outros espaços em que estejamos presentes. Precisamos ser estimulados/as a exercitar o nosso protagonismo político. Portanto, cabe às assistentes sociais estimular a participação em todos os espaços de controle e participação social, para a cobrança de políticas públicas e direitos por todos/as os/as usuários/as, inclusive pelas pessoas trans.⁴⁷

Nesse sentido, Ferreira (2017) afirma que as ações do Serviço Social voltadas à população trans não devem se limitar a questões de ordem econômica somente. Isso porque muitas demandas dessa popula-

46 O compilado das palestras das/os participantes podem ser conferidos integralmente em documento disponibilizado publicamente no site do CFESS, no link [chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroSeminarioTrans2015-Site.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroSeminarioTrans2015-Site.pdf)

47 O compilado das palestras das/os participantes podem ser conferidos integralmente em documento disponibilizado publicamente no site do CFESS.

ção, embora possuam reflexos materiais, partem, primeiramente, do seu reconhecimento social. Em outras palavras, o direito à dignidade e ao respeito precede à aquisição de bens e/ou serviços, embora possua relação direta com os últimos.

Marinho (2017), ao discorrer sobre as demandas para atuação do Serviço Social diante dessa agenda, afirma:

[...] faz-se premente compreendermos que o campo de atuação profissional com pessoas trans imprime novas demandas ao Serviço Social, como, por exemplo, atuar no enfrentamento à transfobia e ao sexismo e na promoção da cidadania do público trans; intervir nas novas configurações e múltiplas expressões da questão social relacionadas, não somente, mas fundamentalmente, às discriminações de gênero; considerar gênero como categoria analítica da vida social; e, sobretudo, perseguir a perspectiva de que prática e formação profissional precisam acompanhar a realidade em movimento (Marinho, 2017, p. 105).

Durante a realização do 50º Encontro Nacional CFESS-CRESS⁴⁸, em setembro de 2023, foi aprovada, como proposta para o triênio 2023-2026, no eixo “Ética e Direitos Humanos”, a realização do II Seminário Nacional “Serviço Social e Diversidade Trans”. A proposta era uma demanda antiga da categoria, visto que a primeira última edição do seminário aconteceu em 2015, há nove anos.

Consideramos a realização do seminário de grande relevância para o Serviço Social, por constituir um espaço singular para o debate sobre as demandas da população trans, que são muitas e urgentes. Nesse momento, é importante lembrarmos do fato público de que, em toda a comunidade LGBTQIA+, são as pessoas trans e travestis as que mais são assassinadas e as que sofrem violências e violações de direitos.

Obviamente, tal afirmação não pode prescindir da análise das dimensões de sexo, raça e classe que também constituem esses sujeitos e as suas relações, porém, são poucos os demais segmentos que, ao longo da história, tiveram suas existências tão criminalizadas, patologizadas e invisibilizadas nessa sociabilidade.

Isso nos leva à reflexão de que ainda se faz necessário atuarmos junto a essa população na luta por direitos considerados básicos, como o respeito ao nome social, a garantia de acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero, a garantia de moradias e de outros espaços no mercado de trabalho, para além da rua e da prostituição.

48 O relatório completo do evento encontra-se disponível no site do CFESS: <https://cfess.org.br/50EncontroNacional/Pagina-Inicial.html>

5.1.6 CFESS Manifesta

O “CFESS Manifesta” é uma iniciativa do Conselho Federal de Serviço Social, em parceria com os conselhos regionais, que consiste nos posicionamentos da categoria profissional em relação aos mais variados temas e assuntos em destaque na sociedade. As publicações são fruto de reflexões e de diálogos realizados entre assistentes sociais e os mais diversos segmentos populacionais, reforçando o compromisso ético-político do Serviço Social em defesa da classe trabalhadora.

Os documentos sintetizam a perspectiva hegemônica da profissão em relação a questões referentes a temas políticos, econômicos, ambientais e sociais. O CFESS Manifesta se destaca por também se constituir como um instrumento de inserção do debate ético na profissão, abordando temas que envolvem relações de sexo/gênero, étnico-raciais, de orientação sexual, geracionais, etc.

Em relação à dimensão da diversidade sexual e de gênero, são diversas as publicações que reforçam a posição da categoria em defesa dos direitos da população LGBTQIA+ e na luta contra o heterossexismo e o cissexismo, compreendidos como sistemas de opressão e exploração funcionais ao capitalismo e à manutenção da ordem burguesa. Ao conceberem a transfobia, a homofobia, a lesbofobia e a bifobia como expressões da questão social, os documentos apresentam uma perspectiva crítica da temática. Em outras palavras, compreendem que a LGBTfobia é estrutural, não devendo a sua análise ser dissociada das relações sociais, políticas, econômicas e culturais constituídas na sociedade de classes.

Em 2008, o CFESS lançou um manifesto por ocasião da I Conferência Nacional LGBTQ, realizada entre os dias 05 e 08 de junho daquele ano. A conferência foi um marco histórico na luta pelos direitos da população LGBTQIA+ no Brasil. Com o tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, o evento foi o primeiro no mundo a abordar essa temática em abrangência nacional.

Figura 8 - CFESS Manifesta: CFESS na luta pela livre orientação e expressão sexual.

CFESS MANIFESTA

Brejo, 06 e 08 de junho de 2006 P. Interdisciplinar Nacional de Ética, Ética Profissional, Ética Social e Transmissão (2010/1)

CFESS na luta pela Livre orientação e expressão sexual

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) como entidade pública de caráter nacional representa em todo o Brasil, aproximadamente, 75 mil Assistentes Sociais e atua em conjunto com 25 Conselhos Regionais na defesa dos direitos, da segurança social pública e universal, das políticas sociais e de uma agenda política emancipatória. Nesse sentido, o CFESS tem como finalidades, dentre outras, conforme a Lei 8662/1993 e o Código de Ética Profissional, orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Serviço Social e de prestar assessoria técnico-operativa aos organismos públicos e privados em matéria de Serviço Social.

No âmbito de sua atuação na defesa da ética e dos direitos humanos, o CFESS defende a liberdade como valor ético central e foi com este entendimento e, em sintonia com os princípios do Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social, que foi realizada, durante a gestão 2005/2008, a Campanha pela Livre Orientação e Expressão Sexual "O Amor fala todas as línguas. Assistente Social na luta contra o preconceito" em parceria com DIVAS - Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual, LBL - Liga Brasileira de Lésbicas, ABL - Articulação Brasileira de Lésbicas e ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais. Um dos resultados fundamentais dessa Campanha foi a aprovação da Resolução CFESS nº 489/2006, publicada no Diário Oficial da União, em 07 de junho de 2006, que "estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo no exercício profissional do(a) Assistente Social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional".

A sociedade Brasileira profundamente desigual e caracterizada por uma cultura política autoritária revela um cenário cotidiano de desemprego, violência e de violação de vários outros direitos. No enfrentamento dessa situação é ação estratégica relevante que as profissões atualizem suas agendas de luta para contemplar as reivindicações, produto da organização política dos diferentes sujeitos. O CFESS defende os direitos da população usuária e estabelece nas mais diferentes áreas de atuação do Serviço Social, interlocução com os movimentos sociais e demais entidades na perspectiva de **Avançar na Luta com autonomia e Atitude Crítica**.

Nesse sentido, entendemos as formas históricas de opressão vivenciadas pelos segmentos GLBTTT como explícita manifestação da violência e da recusa ao reconhecimento da diversidade humana. Nas situações de discriminação e de preconceito se enterra o respeito, a dignidade, os sentimentos e a delicadeza humana. Vivemos um tempo histórico de anti-civilização e a lógica da discriminação e dos fundamentalismos é iminente a esta ordem social que banaliza os crimes de ódio contra os segmentos GLBTTT. Hoje, mais do que nunca é preciso tornar visível as marcas e cicatrizes em função das múltiplas modalidades de violência vivenciadas cotidianamente por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. É preciso tornar visível a ação política e a coragem em dos sujeitos políticos GLBTTT na luta pelas respostas concretas que o Estado tem que assegurar para impedir o avanço do conservadorismo e a instauração da barbárie.

A luta pela livre orientação e expressão sexual é uma questão política porque questiona a imposição da heterossexualidade como norma.

O reconhecimento da liberdade como valor ético central, a defesa intrínseca dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo, bem como o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade e à participação de grupos socialmente discriminados contidos no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social deve inspirar, servir de bandeira de luta para a categoria e influir toda a sociedade a pensar e se posicionar contra a violência da e a opressão imposta aos segmentos GLBTTT. O viver da humanidade não pode ser a barbárie, não pode ser normal um cotidiano de violência e a homofobia, lesbofobia, transfobia precisam ser reconhecidas como crime. Se culos atrás, Oscar Wilde viveu, falou e escreveu sobre o "amor que não ousava dizer o nome". No tempo presente, temos a responsabilidade de lutar por uma sociedade humana, onde a livre orientação e expressão sexual é um direito humano. O CFESS se manifesta em favor da luta permanente por uma sociedade fundada na igualdade real.

O papel político das Conferências e a I Conferência Nacional GLBTTT

As Conferências são uma importante conquista das trabalhadoras/as brasileiros/as por se constituírem em espaços coletivos de reflexão, debates e deliberações de diretrizes para as políticas públicas e realização dos direitos no País. É nessa perspectiva que o Conjunto CFESS/GRESS empenha-se em participar como um dos sujeitos coletivos que contribui na defesa da universalização das políticas sociais e reconhece as Conferências

Fonte: CFESS (2008).

O texto do documento, de autoria de Silvana Mara de Moraes dos Santos, Marylucia Mesquita Palmeira e Ivanete Salete Boschetti, destacou a importância das conferências como instrumentos de participação social e reforçou o compromisso da categoria com a defesa dos direitos da população LGBTQIA+.

O manifesto trouxe, ainda, a síntese dos compromissos assumidos pelo CFESS em articulação com outros sujeitos coletivos na defesa da livre orientação e expressão sexual, dentre eles:

Crítica à sociabilidade do capital e sua apropriação mercantil de todas as dimensões da vida social e em particular das demandas no campo da diversidade sexual; intervenção nos espaços institucionais e na mídia contra a exploração do trabalho e todas as formas de opressão, com uma política firme e crítica contra a reprodução da desigualdade social; da regressão dos direitos e de políticas sociais focalistas e fragmentadas; defesa intransigente da igualdade, da liberdade e dos direitos; recusa do arbítrio e do autoritarismo; empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e violência expressas na reprodução da homofobia/lesbofobia/transfobia, racismo, do machismo e do sexismo [...] (CFESS, 2006).

No dia 29 de agosto de 2010, o CFESS Manifesta foi alusivo ao “Dia Nacional da Visibilidade Lésbica” e trouxe, como slogan: “o amor exige expressão e reverência coletiva”. Sabemos que, para além das opressões vivenciadas pelo conjunto de todas as mulheres, tais como o assédio e a violência doméstica, mulheres lésbicas também estão sujeitas à lesbofobia estrutural, que se expressa, por exemplo, na invisibilização das suas relações afetivas/sexuais, inclusive, dentro da própria comunidade LGBTQIA+.

Nesse momento, consideramos importante lembrar a perspectiva teórica e política da qual partimos para a realização dessa pesquisa, uma perspectiva feminista materialista, transfeminista, antirracista e antilgbtfóbica. Desse modo, compreendemos que a lesbofobia constitui uma expressão do patriarcado que atinge as mulheres lésbicas - sobretudo as negras, indígenas e com deficiência - de maneira particular. Às situações de machismo, misoginia e racismo – comuns a todas as mulheres -, soma-se a violência por orientação sexual, que se expressa, por exemplo, em casos de estupro corretivo⁴⁹, uma vivência desconhecida pela grande maioria dos homens heterossexuais e cisgêneros. Não se trata de agrupar, tampouco, de hierarquizar opressões, mas de reconhecer as particularidades dos sujeitos e das relações sociais que os constituem.

49 O estupro corretivo é uma prática de natureza criminosa, em que uma ou mais pessoas estupram mulheres lésbicas, homens trans e outros sujeitos associados ao sexo feminino, supostamente com o intuito de modificar a orientação sexual e/ou a identidade de gênero desses sujeitos.

Figura 9 - CFESS Manifesta: Dia Nacional da Visibilidade Lésbica.

CFESS Manifesta
Dia Nacional da Visibilidade Lésbica
Brasília, 29 de agosto de 2010
Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta

CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL
www.cfess.org.br

O amor exige expressão e reverência coletiva

Por que a vivência do amor entre mulheres, entre "iguais", provocou ao longo da história, e ainda provoca, tanta hostilidade, a ponto de gerar as mais duras e violentas reações: rejeição familiar, repulsa social, discriminação no trabalho e violência psicológica e física? Por que esta forma de amor incomoda de tal forma que suas vivências e expressões podem, em algumas sociedades, ser punidas com prisão, perseguições, tortura e até morte? Por que as democracias modernas, mesmo após o reconhecimento e conquista de diferentes tipos de direitos, seguem negando e interditando a homossexualidade/lesbianidade e a bissexualidade como expressões da sexualidade humana?

Toda forma de amor exige reverência coletiva, por isso as relações afetivas, sejam entre homens ou entre mulheres, necessitam de respeito e reconhecimento público para serem vividas em plenitude e integralidade. O amor não pode viver na invisibilidade, oculto pelo medo de reações intransigentes, incompreensivas, restritivas e intolerantes. A vivência e expressão do amor é uma necessidade de vida, por isso devem ser asseguradas igualmente a todas as pessoas, sem nenhuma forma de discriminação. Nada justifica a homofobia/lesbofobia, sutil ou explícita, que não reconhece e rejeita as relações homoafetivas. A vivência e a expressão de amor "entre iguais" não podem ser tratadas a partir de julgamentos.

Arte inspirada no cartão da Camêlia Lésbica, do Centro LGBT de Paris. Exemplo, que por não ser nenhuma instituição de qualquer "la blanch" questiona "la blanch" question e possui, de artefatos lésbica, qualquer Diferença

FONTE: CFESS (2017).

Em 29 de janeiro de 2013, no Dia Nacional da Visibilidade Trans, o CFESS emitiu o manifesto com o tema “O direito à identidade trans”. O documento inicia apresentando uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2008) sobre transfobia no Brasil. Os dados da fundação apontaram que a população brasileira, naquele ano, já reconhecia a existência de forte preconceito contra travestis (93%) e transexuais (91%).

Em seguida, o texto apresenta dados do Grupo Gay da Bahia (GGB) presentes no “Relatório Anual de Assassinatos a Homossexuais”. Segundo o relatório, foram documentados 266 assassinatos de lésbicas, gays, travestis e transexuais em 2011 no Brasil, o que colocou o país, mais uma vez, no topo dos países que mais matam LGBT’s no mundo.

O manifesto chama atenção para os requintes de crueldade que marcaram os assassinatos. Além das mortes por arma de fogo, “há casos de enforcamento, degolamento, tortura e carbonização” (CFESS, 2013), os chamados “crimes de ódio”.⁵⁰

Diante dos dados apresentados, o texto do documento aponta a necessidade de reflexão crítica sobre as consequências da transfobia para os sujeitos que se autodefinem como travestis, transexuais ou transgêneros. Tais consequências, por sua vez, não se limitam à violência física, mas a um conjunto variado de violências e de violações de direitos que incidem sobre a vida de pessoas trans no Brasil.

Figura 10 - CFESS Manifesta: Dia Nacional da Visibilidade Trans.



Fonte: CFESS (2013).

50 São crimes motivados pelo preconceito em função do pertencimento da vítima a determinado grupo, ex.: mulheres, negros, LGBTs, idosos, pessoas com deficiência, etc. São crimes marcados pela forma cruel com que o agressor, além de assassinar, “descarrega” o seu ódio durante o ato.

Como ações estratégicas, o manifesto aponta a necessidade de desconstrução do binarismo de gênero (homem-mulher) como única possibilidade de vivência do gênero, e da heterossexualidade como única expressão legítima da sexualidade humana.

Naquele período, foram estabelecidos como compromissos:

Apoiar as lutas em torno da despatologização da transexualidade como estratégia de promoção à saúde, por meio da retirada da transexualidade dos Catálogos Internacionais de Doenças (CID), bem como pela garantia da permanência do processo transexualizador no SUS; ampliar o debate junto à categoria, reafirmando os direitos da população LGBT, do processo transexualizador, articulado à luta pelo aumento de atendimento com maior qualidade na rede pública; dar continuidade ao debate contemporâneo acerca do uso do nome social nos espaços públicos e privados, e no acesso às políticas públicas para a população LGBT, considerando o respeito à diversidade de orientação sexual e à identidade de gênero; elaborar instrumental que garanta a ampla divulgação da Resolução CFESS nº 615/2011, que “dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do/a assistente social transexual nos documentos de identidade profissional”; fortalecer e apoiar a aprovação do PLC 122/06 na íntegra, que criminaliza a homofobia; reforçar as lutas, no âmbito do Legislativo e do Judiciário, em defesa da liberdade de orientação sexual e livre identidade de gênero, assegurando à população LGBT os direitos de adoção, constituição de família, direitos sucessórios, dentre outros, acerca do tema [...] (CFESS, 2013).

Na luta contra a transfobia e pela garantia de direitos à população trans, também consideramos importante reconhecer as conquistas históricas da comunidade LGBTQIA+. Questões como o direito ao “nome social” e ao “processo transexualizador”, que ainda constituíam reivindicações à época, hoje são realidade, embora continuem inacessíveis para grande parte das pessoas trans, sobretudo pobres e negras. À vista disso, ressaltamos a importância de contribuirmos para a socialização dos direitos já conquistados e para que esses sejam acessados pelo maior número possível de usuárias/os.

Nesse sentido, o Conjunto CFESS-CRESS lançou, em 2019, o fôlder “Orientações para o atendimento de pessoas trans e travestis no Conjunto CFESS-CRESS”.⁵¹ O material educativo fortalece a dimensão pedagógica do exercício profissional, ao fornecer subsídios para o atendimento das pessoas trans e trazer orientações, por exemplo, em relação ao uso do nome social e da linguagem de gênero.

51 O material do folder encontra-se disponível gratuitamente para download no site do CFESS: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1616>

Figura 11 - Folder “Orientações para o atendimento de pessoas trans e travestis no Conjunto CFESS-CRESS.



Fonte: CFESS (2019).

Nosso compromisso, então, consiste em lutar junto a essa população contra os/as ondas conservadoras, fundamentalistas e antitrans que ameaçam os seus direitos já conquistados. Também nos cabe lutar pela garantia de novos direitos e para que esses sejam acessíveis a toda população trans, sobretudo à população trans negra, periférica e que tem apenas a rua e a prostituição como forma de sobrevivência.

5.1.7 Série “Assistente Social no Combate ao Preconceito”

Criada com o intuito de subsidiar assistentes sociais diante das variadas situações de preconceito que perpassam o cotidiano de trabalho, a série de publicações -“Assistente Social no Combate ao Preconceito”⁵² convida a categoria a refletir criticamente sobre a dimensão ética do exercício profissional, no que se refere à luta contra todas as formas de opressão e exploração.

A série possui oito cadernos publicados até o momento, que tratam de temáticas caras ao Serviço Social e que dialogam com os princípios definidos no atual projeto ético-político da profissão. Em sequência, os cadernos falam sobre: 1) O que é preconceito; 2) O estigma do uso de drogas; 3) Racismo; 4) Transfobia; 5) Xenofobia; 6) Machismo; 7) Discriminação contra pessoa com deficiência; 8) Discriminação contra a população usuária da saúde mental.

O caderno 4, sobre transfobia, foi publicado em 2016, durante a gestão CFESS “Tecendo na Luta a Manhã Desejada” (2014-2017). Escrito em uma linguagem acessível e fácil compreensão, o documento traz uma breve análise epistemológica de categorias e temáticas relacionadas à população trans, denunciando os impactos sociais do binarismo de gênero, como ideologia funcional ao sistema capitalista que se expressa nas mais variadas formas de opressão e exploração.

Após apresentar as definições de conceitos como “transexual”, “travesti”, “drag queen”, “crossdresser” e “nome social”, o caderno traz uma breve reflexão sobre as expressões da questão social que impactam na vivência da população trans, desde a infância até a velhice. Seja na família, na escola ou no mercado de trabalho, pessoas trans tendem a sofrer com a transfobia estrutural, que se materializa em situações de violências e violações de direitos em decorrência de suas identidades e/ou expressões de gênero.

As primeiras discriminações ocorrem ainda na infância, por meio de situações de abandono, negligência, expulsão escolar, dentre outras violências (CFESS, 2016). Na adolescência, é comum que tais opressões se acentuem, tendo em vista as particularidades dessa fase da vida, momento em que, comumente, sentimos maior necessidade de expressar as nossas identidades. Tais opressões tendem a permanecer e a se modificar na vida adulta, sobretudo na dificuldade de inserção no mercado de trabalho e no acesso às políticas públicas e sociais.

Na vida adulta e na velhice, com frequência, as violências e discriminações se mantêm e/ou se transformam. É comum que pessoas trans enfrentem dificuldades para

52 Todos os cadernos da série estão disponíveis gratuitamente para download no site do CFESS: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1943>

trabalhar com dignidade, para constituir famílias/demais redes de apoio e para obter espaços de moradia e acesso a políticas e programas sociais. As instituições públicas e privadas tendem a dificultar/impedir o acesso deste público a direitos, por meio de discriminações explícitas (expulsão, violência física) ou sutis (maus tratos, humilhações, desrespeito) (CFESS, 2016, p. 15).

O caderno 4 da série encerra trazendo algumas reflexões em relação ao trabalho da/o assistente social junto à comunidade trans. Segundo o texto, o que essa população espera do Serviço Social não difere muito do que já é esperado pelo conjunto dos usuários que compõem a classe trabalhadora, ou seja, que atuamos de modo a viabilizar o seu acesso a serviços e direitos (CFESS, 2016).

Elas esperam solidariedade e construção conjunta de respostas às discriminações e violências que experimentam e que os/as profissionais não sejam coniventes com as situações de opressão que testemunham. Esperam que seus conhecimentos e experiências de vida possam ser tratados com respeito, consideradas, registradas e que o/a profissional seja capaz de aprender também com elas. Esperam que os/as assistentes sociais possam fortalecer-se com informações pertinentes às suas diferentes trajetórias de vida e na perspectiva da emancipação humana. Que não as julguem nem tentem enquadrá-las nos seus critérios pessoais de moralidade, além de estimulá-las e apoiá-las na sua constituição como sujeitos políticos, e que possam coletivamente ampliar o tamanho da frágil esfera pública brasileira. (CFESS, 2016, p. 17).

A existência de um caderno específico sobre transfobia na série representa um avanço importante no que diz respeito ao entendimento da temática como expressão da questão social e, portanto, como objeto de intervenção da/o assistente social. Embora consideremos o seu texto bastante atual, a sua leitura requer alguns cuidados por parte do leitor, como, por exemplo, nas definições dos conceitos de “travesti” e “transexual”, totalmente de acordo com o conhecimento que se produzia à época sobre a temática. Por muito tempo, nos estudos de gênero e sexualidade, foi difundida uma dicotomia entre os termos, em que transexuais eram consideradas pessoas que experimentavam algum grau de estranhamento e/ou descontentamento em relação ao seu órgão sexual/reprodutor; enquanto as travestis eram aquelas que conviviam bem com a sua genitália, geralmente não recorrendo a intervenções cirúrgicas.

Sabemos que o termo “transexual” nasce no discurso biomédico no final da década de 1940, cunhado pelo médico D. O. Caudwell, para designar os sujeitos - geralmente de classe média/alta - que se sentiam pertencentes ao sexo oposto e que realizavam modificações estéticas e

cirúrgicas em seus corpos, a exemplo da modelo brasileira Roberta Close. Nesse mesmo contexto histórico, as travestis ainda eram vistas como homens que se “travestiam” de mulheres (daí o tratamento no masculino), geralmente associadas à rua e à prostituição. Compreendemos, então, que a dicotomia entre os termos possui uma forte dimensão de classe em sua constituição.

Nos estudos mais recentes, discordamos de quaisquer definições que visem categorizar travestis e transexuais a partir do desejo ou do acesso à realização de intervenções estéticas e/ou cirúrgicas. Há travestis que se submetem a terapias hormonais e a cirurgias de afirmação de gênero, assim como há mulheres e homens trans que não sentem a necessidade de realizar quaisquer desses procedimentos. Não há uma regra. Cada sujeito trans irá se autodesignar da forma que lhe parecer mais adequada à sua identidade. O importante é respeitarmos os princípios da autonomia e da autodeterminação desses sujeitos.

Defendemos, então, que a diferença entre os termos transexual e travesti se dá em seu caráter político, sobretudo, a partir da afirmação de “travesti” como uma identidade latino-americana e feminina (portanto, sempre “a” travesti), constituindo uma importante categoria histórica e de luta.

Por fim, consideramos que o caderno pode ser uma fonte importante para uma discussão introdutória da temática em formações e capacitações de assistentes sociais e de outros profissionais.

Figura 12 - Cadernos da Série “Assistente Social no Combate ao Preconceito”.



Fonte: CFESS (2016).

5.1.8 Projeto “Ética em Movimento”

Inaugurado em 2000 pela gestão CFESS “Brasil, mostra a tua cara” (1999-2002), o Projeto Ética em Movimento consiste em uma proposta que visa promover a reflexão da ética em uma perspectiva crítica, articulada à direção social do atual projeto ético-político do Serviço Social. Sabemos que, a partir da década de 1990, o debate sobre a ética e os direitos humanos se adensou no Serviço Social, sobretudo após a publicação do atual Código de Ética da/o Assistente Social e da Lei nº 8.662 de 1993. O projeto surge, então, fruto de debates e de reflexões promovidas por profissionais e estudantes da época, para difundir e socializar os princípios e valores definidos em nosso código de ética profissional, tais como liberdade, democracia, pluralismo, equidade e justiça social, buscando materializá-los no cotidiano de trabalho das/os assistentes sociais.

Em tempos de avanço do conservadorismo e do neoliberalismo, o projeto traz, ainda, a necessidade de superarmos a dimensão legal/formal do código de ética, convidando as/os assistentes sociais a refletir criticamente sobre os mecanismos de dominação burguesa que vêm promovendo o individualismo, o particularismo, a corrupção e as desigualdades (CFESS, 2023).

Segundo Marylúcia Mesquita, conselheira CEDH/CFESS nas gestões 1999/2002 e 2008-2011 e uma das idealizadoras do projeto, a iniciativa se consolida a partir de quatro eixos: 1) dar visibilidade à ética profissional, capacitando os profissionais para as denúncias éticas; 2) ampliar a interlocução com os organismos nacionais e internacionais em defesa dos direitos humanos e sociais; 3) publicar os posicionamentos políticos da categoria, por meio de eventos e publicações como o “CFESS Manifesta”; 4) realizar o “Curso de Capacitação para Agentes Multiplicadores/as”, coordenado pela Comissão de Ética e Direitos Humanos do CFES (CEDH) e dirigido a agentes multiplicadores (CFESS, 2023).

O Curso de Capacitação para Agentes Multiplicadores foi dividido em quatro módulos com 16 horas/aula cada (64 h/a no total): 1) Ética e História; 2) Ética e Trabalho Profissional; 3) Ética e Direitos Humanos e 4) Ética e Instrumentos Processuais. Cada módulo, por sua vez, deu origem a um livro contendo textos e exercícios para reflexão. A metodologia adotada nos encontros também é bastante diversa, envolvendo diferentes recursos e instrumentos para a discussão dos temas trabalhados, tais como músicas, filmes e rodas de conversa.

O módulo “Ética e Direitos Humanos”, de autoria da professora Silvana Mara de Moraes dos Santos, traz a proposta de “contribuir para a apreensão dos direitos humanos (DH) como um campo de reflexão crítica, de resistência, de luta e de posicionamento crítico do ponto de vista teórico-ético e político” (CFESS, 2017, p. 6).

Seguindo a mesma dinâmica dos demais módulos do curso, o conteúdo do Módulo Ética e Direitos Humanos conta com diálogos interativos entre personagens, extratos de textos, exercícios/atividades complementares e questões norteadoras para a reflexão dos temas abordados (CFESS, 2017).

A temática da diversidade sexual e de gênero é contemplada diversas vezes ao longo do módulo. Seja nas falas das personagens ou nos exercícios e questões propostas no livro, o assunto é abordado em uma perspectiva de totalidade, ou seja, de forma articulada às outras dimensões da diversidade humana e às relações sociais, políticas, econômicas e culturais estabelecidas na dinâmica de uma sociabilidade capitalista.

Figura 13 - Exercício para reflexão proposto no módulo.



1. Analise as principais contribuições que os movimentos feministas e LGBT dão no combate ao machismo, à misoginia e à LGBTfobia. É possível pensar um projeto anticapitalista, sem a inclusão das lutas feministas, antirracistas e em defesa da diversidade sexual?

Fonte: CFESS (2017).

O módulo traz, ainda, um breve feedback sobre os principais marcos históricos e legais da incorporação da temática da diversidade sexual e de gênero no Serviço Social, como, por exemplo: a campanha “O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual”, lançada em 2006; a participação do CFESS nas Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; a incorporação do dia 29 de janeiro, Dia Nacional da Visibilidade Trans (travestis, transexuais e transgêneros), na agenda em defesa dos direitos humanos do Conjunto CFESS-CRESS e a aprovação da Resolução CFESS nº 615/2011, que “dispõe sobre a inclusão e uso do nome

social da assistente social travesti e do/a assistente social transexual nos documentos de identidade profissional” (CFESS, 2017).

Vinte e três anos após o seu lançamento, o projeto permanece conforme já sinalizado em seu título, “em movimento”, promovendo a reflexão coletiva das/os assistentes sociais de todo o país sobre a importância da defesa e da materialização dos princípios do nosso projeto ético-político, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Por fim, após a análise da proposta do projeto e, sobretudo, do material trabalhado no “Curso de Capacitação para Agentes Multiplicadores/as”, consideramos a iniciativa um importante instrumento para o aprofundamento do debate ético no seio da profissão, inclusive no que diz respeito ao compromisso da categoria na luta contra a transfobia e pelos direitos da população LGBTQIA+.

Figura 14 - Cartaz “Nem rótulos, nem preconceito. Quero respeito”.

Lançado em 2014, o material consiste em uma iniciativa do CFESS para o fortalecimento da luta em defesa da visibilidade trans.



Fonte: CFESS (2014).

6. Considerações Finais

Realizar uma análise da relação entre o Serviço Social e a luta contra transfobia, em uma perspectiva crítica, traz uma série de desafios. O primeiro deles diz respeito à busca, na literatura da profissão, por fontes que tratem sobre as temáticas da diversidade sexual e de gênero a partir de suas determinações materiais. Sabemos que grande parte da produção acadêmica nessa área fundamenta-se em perspectivas teóricas que nem sempre partem das relações materiais para o estudo da realidade. Cabe-nos, então, partindo de categorias mais amplas e que consideramos centrais para o nosso estudo, tais como patriarcado e questão social, construir diálogos com epistemologias de outras perspectivas teóricas, a fim de construir as articulações necessárias ao entendimento do nosso objeto.

O segundo desafio consistiu em realizar uma aproximação entre as perspectivas teóricas e políticas defendidas pelas duas correntes feministas das quais partimos para o nosso estudo: feminismo materialista e transfeminismo. Foi necessário buscar pontos de interconexão entre as duas correntes, a fim de encontrar determinantes materiais comuns para a opressão e exploração de mulheres cisgêneras e de pessoas trans. A partir dessa relação - a nosso ver, promissora -, reiteramos o nosso pressuposto inicial, a de que *a transfobia constitui uma expressão das relações patriarcais de gênero na sociedade cisheteropatriarcal-racista-capitalista*.

No primeiro tópico dessa pesquisa, vimos que as categorias “opressão”, “exploração” e “apropriação”, à luz do feminismo materialista francófono, são estratégicas para o desvelamento das estratégias de dominação patriarcal dos homens sobre as mulheres. Embora tais categorias, em suas formulações originais, não fizessem menção direta às pessoas trans, nos conferem elementos importantes para refletirmos criticamente sobre a transfobia e seus efeitos deletérios para a sociedade.

No item 2.2, avançamos nesse debate quando, a partir da categoria “cisgeneridade” e dos estudos transfeministas, compreendemos que o patriarcado, para além do machismo, do sexismo e da misoginia, também possui uma dimensão cissexista e heterossexista. Decorre daí a nossa escolha epistemológica pela utilização do termo “cisheteropatriarcado”, para dar ênfase ao fato de que esse sistema de opressão e exploração também incide negativamente sobre a vida de pessoas não cisgêneras e não heterossexuais.

No capítulo seguinte, trouxemos uma breve reflexão sobre Estado, conservadorismo e a pauta da diversidade sexual e de gênero no Brasil. Vimos que a formação sócio-histórica do nosso país, marcada pelo colonialismo, pela escravidão e pelo conservadorismo, consolidou as bases políticas e econômicas para que a pauta da diversidade humana

fosse alvo de injunções e de ataques, desde o período da colonização até os dias atuais.

No item 4.2, trouxemos uma discussão teórica que consideramos central em nossa pesquisa: a transfobia como expressão da questão social. Na tradição marxista, vimos que, embora as acepções mais clássicas de questão social não fizessem menção direta à dimensão da diversidade sexual e de gênero, como também constitutivas da relação capital x trabalho, autoras/es como Yamamoto, desde 1999, já mencionavam a importância dessas dimensões para a análise das desigualdades sociais e da própria questão social.

Nesse sentido, compreendemos que, se por um lado, uma análise crítica da transfobia deve estar articulada à compreensão de seus determinantes materiais, políticos e econômicos; por outro, a discussão sobre a questão social também não pode prescindir do debate sobre a diversidade humana e sobre as formas como essa diversidade é apropriada no capitalismo. Concordamos com Amanda Palha quando afirma que não devemos estudar machismo, LGBTfobia, racismo, capacitismo, etc., apenas porque na classe trabalhadora também há mulheres, LGBT's, negros e pessoas com deficiência, mas porque as opressões e explorações que atingem esses segmentos também são estruturantes do modo de produção capitalista.

No último capítulo, trouxemos uma pesquisa documental sobre a temática da transfobia no Projeto Ético-Político do Serviço Social. Vimos que essa incorporação ocorreu por meio do aprofundamento do debate ético e dos direitos humanos no seio da profissão. Vimos, todavia, que essa inserção ocorreu com muita resistência por parte de profissionais e de setores da categoria, que questionavam qual seria a relevância da temática para o Serviço Social.

Nesse cenário, foi fundamental o protagonismo de assistentes sociais e de estudantes LGBTQIA+, além da articulação junto às organizações e aos movimentos sociais pela livre orientação sexual e identidade de gênero. Consideramos que a atuação desses sujeitos foi essencial para o fortalecimento do debate sobre a importância da defesa dos direitos humanos e sobre a luta contra a LGBTQIA+fobia no Serviço Social.

Nos itens finais, realizamos uma análise documental acerca dos principais marcos legais e políticos que contribuíram para o aprofundamento do debate da diversidade sexual e de gênero na profissão. A partir dessa análise, compreendemos que são diversos os documentos produzidos pela categoria - especialmente pelo Conjunto CFESS-CRESS, que orientam e subsidiam a atuação de assistentes sociais em relação à luta contra a transfobia e no atendimento à população LGBTQIA+.

Foram diversos os encontros, mesas de debate, grupos de estudos e pesquisas, campanhas, manifestos, dentre outras iniciativas que

contribuíram, de maneira significativa, para a materialização do debate ético em torno da defesa do direito à liberdade de orientação sexual e de identidade de gênero. Obviamente, seria inexequível analisar todos os documentos produzidos a partir dessas iniciativas, visto que são muitos. Dessa forma, nos atemos àqueles que tiveram alcance nacional e que continuam a subsidiar a atuação dos profissionais até os dias atuais.

Em relação à atuação das/os assistentes sociais diante da luta pelos direitos da população trans, compreendemos que são muitos os desafios: o conservadorismo que marcou a gênese da profissão e que ainda se faz presente por meio da reprodução de preconceitos no âmbito da prática profissional, os limites estruturais das políticas de atendimento à população LGBTQIA+, o aparelhamento estatal por parte de setores conservadores e fundamentalistas para a disseminação de ideologias cissexistas e heterossexistas, etc. Compreendemos que muitas dessas políticas, além de serem precarizadas, ainda são pensadas em uma lógica binária e cisnormativa, não contemplando as singularidades dos corpos trans, por exemplo.

Entretanto, também é possível enxergar, no horizonte do exercício profissional, muitas possibilidades de intervenção junto a essa população. Compreendemos que nossas ações devem estar centradas, primeiramente, na necessidade de uma formação profissional crítica, comprometida com a defesa do nosso projeto ético-político e com as lutas da classe trabalhadora. Em segundo ponto, compete a nós, enquanto profissionais, contribuir com o debate sobre a pauta da diversidade de gênero e de sexualidade em nossos espaços sócio-ocupacionais, denunciando práticas preconceituosas e/ou discriminatórias.

Entendemos que, enquanto profissionais, independentemente do espaço sócio-ocupacional no qual estejamos inseridas/os, devemos contribuir para a desconstrução das ideologias de cunho LGBTfóbico, racista e sexista, denunciando posturas e práticas discriminatórias.

Consideramos importante, ainda, atuar na perspectiva de compreensão das relações de sexo/sexualidade, “raça” e classe que estruturam as diferentes opressões nesta sociabilidade capitalista, visto que os sujeitos sofrerão diferentemente os rebatimentos destas opressões. Afinal, como nos dizem Cisne e Santos (2018), a classe trabalhadora é formada por sujeitos reais, com diferentes histórias e subjetividades.

Consideramos essencial atuar junto aos movimentos sociais, no fortalecimento da luta política por liberdade, por igualdade de direitos e pela implementação de políticas públicas de combate à LGBTQIA+fobia no país. Assim, reiteramos a necessidade de reafirmar o nosso compromisso ético e político diante da necessidade de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, sem exploração de qualquer natureza, um compromisso previsto no nosso código de ética profissional.

Compreendemos, ainda, que as demandas da população LGBTQIA+ não devem ser concebidas de forma isolada de outras expressões da questão social já conhecidas, quais sejam o racismo, o machismo, a misoginia, dentre outras. Isso porque as raízes de tais expressões partem de uma base comum, a constituição de um sistema cisheteropatriarcal-racista-capitalista.

Por fim, concordamos com Marx ao acreditarmos no potencial revolucionário da classe trabalhadora, formada por sujeitos diversos e plurais. Sujeitos estes que, embora imersos em processos de alienação, frutos de ideologias heterossexistas, cissexistas e racistas, não deixam de lutar e acreditar na possibilidade de construção de uma sociabilidade mais livre e humanamente emancipada.

Referências

Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). *Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022*. Florianópolis, SC.

IPEA; FBSP. *Atlas da violência 2023*. Brasília, 2023. Disponível em https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/atlas-da-violencia-2023/ acesso em 15/12/2023.

ABEPSS, A. *GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades*. Temporalis, ano 14, n° 27, 233-241.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. Coleção Feminismos Plurais. Cord. Dejamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

BARROCO, Maria Lúcia Silva (2009). *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. “Cisgênero” nos discursos feministas: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”. Campinas: Unicamp, 2015.

BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022* / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. 109p.

CFESS. *18 anos do Código de Ética Profissional do/a assistente social*. In CFESS Manifesta. 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/cfess_manifesta_18anoscep_site.pdf acesso em: 10/12/2023.

CFESS. *CFESS na luta pela livre orientação e expressão sexual*. In: CFESS Manifesta. 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA-OAMORFALATODASASLINGUAS.pdf> acesso em: 15/12/2023.

CFESS. O amor fala todas as línguas - Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual. In: *CFESS Manifesta*. Natal, 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA-OAMORFALATODASASLINGUAS.pdf> Acesso em: 16/10/2023.

CFESS. Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. In: CFESS Manifesta. Brasília, 2017. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/2017-CfessManifesta-VisibilidadeLesbica.pdf> Acesso em 15/12/2023.

CFESS. Dia Nacional da Visibilidade Trans. In: CFESS Manifesta. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2013_visibilidatrans-site.pdf acesso em: 15/12/2023.

CFESS. Ética em Movimento: Curso de Capacitação para Agentes Multiplicadores. Módulo 3: Ética e Direitos Humanos. 5ª ed. Brasília, 2017. Disponível em

CFESS. *Seminário Nacional de Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate*. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroSeminarioTrans2015-Site.pdf> acesso em 10/10/2023.

CFESS. *Resolução CFESS nº 489, de 03 de junho de 2006*. Brasília: CFESS, 2006. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_489_06.pdf acesso em 10/10/2023.

CFESS. *Resolução CFESS nº 615, de 08 de setembro de 2011*. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/615-11.pdf> acesso em 16/10/2023

CFESS. *Resolução CFESS nº 845, de 26 de fevereiro de 2018*. Brasília: CFESS, 2018. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/ResolucaoCfess845-2018.pdf> acesso em 16/10/2023

CFESS. *Série Assistente Social no Combate ao Preconceito: Transfobia*. Caderno 4. 2016. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS> acesso em 20/10/2023

CISNE, Mirla. *Feminismo e marxismo: ortodoxia no método e teoria em movimento*. Teoria e política feminista: contribuições ao debate sobre gênero no Brasil. 1ed. Porto Alegre: ZOUK, 2020, v., p. 30-46.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana. *Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social*. Biblioteca Básica do Serviço Social. Vol. 8. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, Mirla; CANTALICE, Luciana; ARAÚJO, Luciene. “Renovação” do Serviço Social brasileiro: um continuum à ofensiva conservadora. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 307-327, jul. / dez. 2020.

- COUTINHO, Carlos N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules. Introdução. In: FERREIRA, Verônica et al. *O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas*. Recife: SOS Corpo, 2014. p. 7-26.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo. Boitempo, 2016.
- DELPHY, Christine. Patriarcado. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009b.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- FERREIRA, Guilherme G. *Conservadorismo, fortalecimento da extrema direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo*. Revista Lutas Sociais, 2016.
- GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In FERREIRA, V. et al (Orgs.). *O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas*: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014.
- HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009 (324 p.)
- HIRATA, Helena. *O trabalho de cuidado: comparando Brasil, França e Japão*. SUR 24 13 (24): 2016. 53-64.
- IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1999.
- IAMAMOTO, Marilda V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço*

Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2006.

IANNI, Octavio. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014b.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos*. 2ª ed. Brasília: Fundação Biblioteca Nacional, 2012a.

KOYAMA, Emi. *The Transfeminist Manifesto*. In: DICKER, Rory; PIEPMEIER, Alison (Orgs.). *Catching a wave: reclaiming feminism for the 21st Century* Boston: Northeastern University Press, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. *Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Guacira Lopes Louro, Jane Felipe Neckel, Silvana Vilodre Goellner (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MESQUITA, M.; MATOS, M. (2012). “O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito”, reflexões sobre a campanha do conjunto CFESS/CRESS. *Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*, (28), 131-146.

MARINHO, Silvana. *Serviço Social e População Trans: Um debate sobre questão social e suas expressões na cena contemporânea*. *Revista Serviço Social em Perspectiva*. Montes Claros, v.1, 2017.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política, Livro III*. São Paulo: Difel Difusão Editorial S.A., 1985.

MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. 3ª ed. São Paulo: Edipro, 2015.

MINAYO, M. C. *Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social*. In: MINAYO, M; et al. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIOTO, Regina; LIMA, Telma. *Procedimentos Metodológicos na Construção do Conhecimento Científico: a pesquisa bibliográfica*. In: *Rev. Katál*. Florianópolis v. 10, 2019.

- NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 4-49, jan./jul. 2001.
- NETTO, J. Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- NETTO, J. Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NOGUEIRA, L; PEREIRA, M; TOIOTIO, R. *O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.
- OKITA, Hiro. *Homossexualidade da opressão à libertação*. São Paulo: Sundermann, 2007. 136 p.
- PÁDUA, E. M. M. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1997.
- PALHA, Amanda. *Transfeminismo e construção revolucionária*. Margem Esquerda, v. 33, 2019.
- PEREIRA, Potyara. *Política Social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2008. (Capítulo 3 e 4)
- POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- QUINELLATO, Lua; YORK, Sara Wagner. TRAVESTEENS. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/announcement/view/1563>
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.
- SANTOS, Josiane S. *Questão social: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, S.M.M. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 104, out. 2010, p. 695-714.

SOUZA, J. *Tendências ideológicas do conservadorismo*. Recife: Ed. UFPE, 2020.

TABET, Paola. Mãos, instrumentos, armas. In FERREIRA, Verônica et al (Orgs.). *O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas*: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014.

TREVISAN, João S. *Devassos no paraíso. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4ª ed. Record: Rio de Janeiro, 2000.



SERVIÇO SOCIAL
E A LUTA
CONTRA
A TRANSFOBIA
COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

